

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E  
EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TECNOLOGIAS E INTERFACES DA COMUNICAÇÃO

**NEIMAR DA CUNHA ALVES**

**LUMINAR: CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOBRE A COBERTURA DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA MÍDIA ALTERNATIVA**

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS

2018

**NEIMAR DA CUNHA ALVES**

**LUMINAR: CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOBRE A COBERTURA DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA MÍDIA ALTERNATIVA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Menegotto Spannenberg.

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

A474L Alves, Neimar da Cunha, 1993-  
2018 Luminar : construção de um observatório sobre a cobertura de políticas públicas na mídia alternativa / Neimar da Cunha Alves. - 2018. 176 f. : il.

Orientadora: Ana Cristina Menegotto Spannenberg.  
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.256>

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Políticas públicas - Teses. 3. Mídia digital - Aspectos Políticos - Teses. 4. Mídia digital - Aspectos sociais - Teses. I. Spannenberg, Ana Cristina Menegotto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

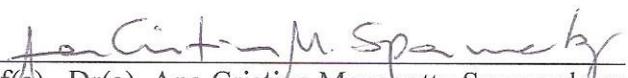
CDU: 37

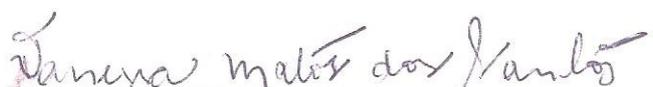
**LUMINAR: CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOBRE A COBERTURA DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA MÍDIA ALTERNATIVA**

NEIMAR DA CUNHA ALVES

BANCA EXAMINADORA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

  
Prof(a). Dr(a). Ana Cristina Menegotto Spanenberg  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

  
Prof(a). Dr(a). Vanessa Matos dos Santos  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Participou por meio de webconferencia

---

Prof(a). Dr(a). Lilian Reichert Coelho  
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Uberlândia, 16 de março de 2018.

Aos meus pais, Laura e José Manoel, pelo amor e pelo suporte de sempre.

## AGRADECIMENTOS

Ao escrever estes agradecimentos, me recordo da minha trajetória até chegar aqui. Jamais conseguiria me esquecer da minha trajetória. Esta trajetória cruzou, e foi cruzada, por tantos personagens e situações que contribuíram de alguma forma para eu ser exatamente quem eu sou hoje: o Neymar. Gostaria de agradecer de modo amplo a todos que passaram pela minha vida e que contribuíram comigo. Gostaria de agradecer por todas as situações, sejam elas boas ou ruins, pois as adversidades nos fazem crescer e nos tornarmos mais fortes do que antes. Se alguns contratempos não tivessem surgido no meu caminho ou se algumas pessoas não tivessem se aproximado de mim, eu não seria quem eu sou hoje. Eu poderia ser qualquer um. Eu seria apenas um despersonalizado qualquer. Não seria eu. São os momentos, os sentimentos, os sujeitos próximos, etc., que nos tornam únicos. Exclusivos em meio a um mundo de sete bilhões de pessoas.

Agradeço aos meus pais por serem os melhores pais do mundo. De antemão, peço desculpas aos demais pais por tal afirmação.

Agradeço à Ana Spannenberg, minha orientadora, por ter me acolhido de braços abertos tanto no ambiente acadêmico quanto na vida pessoal. Impossível mensurar em palavras tamanha gratidão que eu sinto por você. Muito obrigado por ter sido um suporte nos momentos mais difíceis e nas noites mais tenebrosas de angústia e ansiedade. Receba todo o meu carinho.

À Adriana Omena, primeira coordenadora do Programa, uma grande fonte de inspiração, uma grande profissional e uma grande mulher.

Agradeço ainda à professora Lilian Reichert e à professora Vanessa Matos por terem aceitado o convite de fazerem parte da banca, cujas contribuições serão de grande valor para este trabalho.

Às colegas Ana Barros, Anátalia Amorim, Bianca Guedes e Mariana Solis, pois nunca ninguém caminha sozinho e, sem elas, a execução deste trabalho não seria possível.

À secretária do curso, Luciana Almeida, pela sua doçura, responsabilidade e seriedade; e ao técnico Marcelo Melazzo pelas boas risadas.

Por fim, agradeço a Deus por sua bondade infinita.

*"Puisque je doute, je pense; puisque je pense, j'existe"*

(Eu duvido, logo penso, logo existo).

(DESCARTES)

ALVES. Neimar da Cunha. **LUMINAR**: construção de um observatório sobre a cobertura de políticas públicas na mídia alternativa. Uberlândia, 2018. 176 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta o processo de criação que culminou na execução do produto denominado Luminar, o observatório de políticas públicas na mídia alternativa. O observatório de mídia analisa a produção de conteúdos sobre políticas públicas na mídia alternativa digital e tece críticas e comentários sobre o fazer jornalístico atual. O Luminar atua como um repositório de relatórios com as análises, além de divulgar os resultados obtidos por meio de ações para diferentes públicos como criação de multimídias e roteiros para análise crítica da mídia para as comunidades atendidas por políticas sociais. A pesquisa, desenvolvida em conjunto com este produto tecnológico experimental, tem como objetivo compreender o modo como a mídia alternativa brasileira trata das políticas públicas. Para tanto, foi produzido um roteiro metodológico próprio que norteou a pesquisa e o desenvolvimento do produto.

**Palavras-chave:** Observatório de mídia. Monitoramento da mídia. Políticas públicas. Mídia alternativa.

ALVES. Neimar da Cunha. **LUMINAR**: construction of an observatory on the coverage of public policies in the alternative media. Uberlândia, 2018. 176 p. Course Completion Work (Postgraduate Program in Technologies, Communication and Education). Federal University of Uberlândia. Uberlândia, 2018.

## **ABSTRACT**

The present research presents the creation process that culminated in the execution of the product called Luminar, the observatory of public policies in the alternative media. The media observatory analyzes the production of public policy content in the digital alternative media and wears reviews and comments on current journalistic making. Luminar acts as a repository of reports with the analyzes, in addition to disseminating the results obtained through actions for different audiences such as creation of multimedia and scripts for critical analysis of the media for the communities served by social policies. The research, developed in conjunction with this experimental technological product, aims to understand how the Brazilian alternative media deals with public policies. For this purpose, a methodological guide was produced that guided the research and development of the product.

**Keywords:** Media Observatory. Monitoring the media. Public policy. Alternative media.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico - Sondagem de Público - Renda .....	20
Figura 2 - Gráfico - Sondagem de Público - Domicílio .....	20
Figura 3 - Gráfico - Sondagem de Público - Veículos preferidos .....	21
Figura 4 - Gráfico - Sondagem de Público - Frequência de acesso a internet .....	21
Figura 5 - Gráfico - Sondagem de Público - Confiança nos meios de comunicação .....	22
Figura 6 - Gráfico - Sondagem de Público - Nível de confiança em notícias online.....	22
Figura 7 - Gráfico - Sondagem de Público - Assuntos preferidos.....	23
Figura 8 - Gráfico - Sondagem de Público - Acesso de notícias por mídias sociais.....	24
Figura 9 - Gráfico - Sondagem de Público - Frequência de acesso a mídias sociais.....	24
Figura 10 - Esquema de rotinas produtivas.....	54
Figura 11 - Captura de tela do serviço Google Alertas.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Seções do Site .....	43
Tabela 2 - Quantidade de internautas que “curtem” cada veículo.....	55
Tabela 3 - Quantidade de matérias por veículo e por temática.....	62
Tabela 4 - Quadro metodológico adotado na análise.....	63
Tabela 5 - Notícias por política por mês no período analisado.....	64
Tabela 6 - Notícias por política por jornal no período analisado.....	65
Tabela 7 - Notícias sobre Educação.....	67
Tabela 8 - Notícias sobre Habitação.....	69
Tabela 9 - Notícias sobre Saúde.....	71
Tabela 10 - Notícias sobre Trabalho.....	72
Tabela 11 - Análise Qualitativa - Quadro Geral - Alternativos.....	74
Tabela 12 - Análise Qualitativa - Educação - Alternativos.....	75
Tabela 13 - Análise Qualitativa - Habitação - Alternativos.....	78
Tabela 14 - Análise Qualitativa - Saúde - Alternativos.....	81
Tabela 15 - Análise Qualitativa - Trabalho - Alternativos.....	83
Tabela 16 - Material permanente.....	90
Tabela 17 - Material de consumo.....	91
Tabela 18 - Recursos humanos (custos fixos).....	91

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	10
<b>1.1 Memorial</b>	10
<b>1.2 Apresentação e Justificativa</b>	13
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	26
<b>2.1 Políticas Públicas</b>	26
<b>2.2 Mídia Alternativa Digital</b>	30
<b>2.3 Observatórios de Mídia e a Crítica à Mídia</b>	36
<b>3 DADOS SOBRE O PRODUTO FINAL</b>	40
<b>3.1 Projeto Editorial</b>	40
<b>3.2 Projeto Gráfico</b>	44
<b>3.3 Piloto</b>	46
<b>3.4 Ações para o Público-Alvo</b>	47
<b>4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO</b>	48
<b>4.1 Pesquisa Bibliográfica</b>	48
<b>4.2 Análise de Similares</b>	49
<b>4.3 Sondagem de Público</b>	52
<b>4.4 Definição dos Projetos Editorial e Gráfico</b>	53
<b>4.5 Fluxograma de Trabalho</b>	53
<b>4.6 Corpus de análise</b>	55
<b>4.7 Definição do Sistema de Monitoramento</b>	57
<b>4.8 Coleta e Análise de Dados</b>	60
<b>4.9 Tratamento dos Dados e Construção dos Materiais de Divulgação</b>	86
<b>5 EXEQUIBILIDADE E VIABILIDADE SOCIAL</b>	89
<b>REFERÊNCIAS</b>	92
<b>APÊNDICES</b>	
<b>APÊNDICE A - Sondagem de Público</b>	96
<b>APÊNDICE B - Tabelas de Análises Individuais das Matérias Sorteadas</b>	109
<b>APÊNDICE C - Atividade de Análise Crítica da Mídia</b>	123
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A - Íntegras das Matérias</b>	137
<b>ANEXO B - Detalhamento Técnico - Web design</b>	175

## 1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta o processo de criação que culminou na execução do produto denominado Luminar, o observatório de políticas públicas na mídia alternativa, durante o segundo semestre letivo de 2017, na disciplina Defesa do Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação. Tendo em vista a dinâmica desse mestrado profissional, temos a liberdade criativa para elaborarmos produtos tecnológicos experimentais, de acordo com as necessidades demandadas pelas áreas de atuação dos discentes. Como jornalista atento à maneira de se produzir conteúdo pela mídia e também tomando por base a enorme necessidade de compreender a realidade social da qual os brasileiros fazem parte, optou-se por um projeto desafiador que unisse essas demandas de forma clara: como é a atuação da mídia quando a temática é tão delicada quanto as políticas públicas? O resultado do nosso trabalho está disponível no endereço eletrônico: <<https://www.observatorioluminar.org/>>.

### 1.1 Memorial

Olá, me chamo Neimar! Para além de dizer o próprio nome, acho válido que exista este espaço para que o estudante possa contar um pouco de sua trajetória. Afinal, a educação é construída de histórias de vida e da bagagem que cada um possui. Então, como eu cheguei ao Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação?

Ao escrever sobre mim, espero que o texto não fique piegas e ne se torne brega. Nasci em 1993, em Patrocínio, Minas Gerais, conhecida como a cidade do café. Coincidência ou não, jornalistas e café têm uma relação íntima. Filho de um pedreiro quase cego e de baixa escolaridade, que acabou sendo obrigado a se aposentar, e de uma professora de educação básica, cresci com o pensamento de que somente a educação poderia mudar a minha vida. Desde cedo, tive interesse pela leitura, entre um videogame e um livro novo que a minha mãe trazia, escolhia sempre a segunda opção. O campo da educação me fascinava desde cedo; o prazer em descobrir o mundo sem sair do quarto fez parte da minha infância.

Procurava ter um bom comportamento na escola, apesar do *bullying* constantemente sofrido, situação desagradável que na minha época sequer recebia um

estrangeirismo assim tão pomposo para designá-la. Tirava boas notas e meu ar introspectivo e reflexivo para a minha idade, faziam de mim uma criança mais adulta do que as demais, de modo que eu não conseguia fazer amigos da mesma idade. Em meio ao *bullying*, cujo nome naquela época eu sequer sabia que existia, eu era desejado e desejar me afastar daquela cidade, daquela escola, daquelas pessoas, etc. A forma de conseguir isso seria sendo aprovado no vestibular e então me mudar em busca de uma vida nova. Lembre-se de que eu disse que a educação pode mudar vidas? Olhando para o passado, eu sou muito grato, pois ela mudou a minha (para melhor). Desde jovem eu queria ser jornalista e advogado. Primeiro, tive a honra de poder ter ingressado no curso de jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia e de ter amadurecido intelectualmente. Fazendo reflexões interiores e um balanço do que vivi, acho que antes eu era um e agora eu sou outro. O “eu” de agora foi transformado pela educação.

Mantendo o mesmo estilo desde criança, na graduação também me esforcei para cumprir corretamente com todas as responsabilidades e tirar boas notas. Então, parti para o mestrado e tive a honra de ser orientado pela professora Ana Spannenberg e poder dar a minha contribuição para este projeto que foi idealizado por ela: um observatório de mídia em Uberlândia. Além disso, resolvi partir para a Universidade Federal de Lavras (UFLA) em busca de uma segunda graduação. Optei pelo direito. Desse modo, conciliar uma segunda graduação com o mestrado foi bastante complicado, mas não impossível. Tive de trancar dois semestres na UFLA e voltar a morar na casa dos meus pais em Patrocínio para facilitar o deslocamento para Uberlândia, quando fosse necessário.

Chegar até aqui, claro, não foi fácil. Difícil descrever com palavras os sentimentos e também os percalços que surgem na vida pessoal e que acabam influenciando a vida acadêmica. Crises de ansiedade, depressão, estresse... Aqueles sentimentos de “ah, eu não sou capaz”, “ah, eu não vou conseguir”... Estamos todos suscetíveis às emoções e à subjetividade. Some a isso o fato de o mestrado não disponibilizar bolsas. Mas aqui estou, apesar dos pesares e de tantos obstáculos, tristezas e também de alegrias. Há alguns dias, li uma publicação em uma rede social questionando aos estudantes universitários se eles desejariam ter um orientando assim como eles. Fiquei refletindo se eu teria capacidade de orientar alguém com o meu estilo no futuro. Sei que emocionalmente não sou a pessoa mais bem resolvida do mundo, então sou grato à minha orientadora por ter me suportado ao longo desses últimos anos. Partindo da esperança de que haja um Paraíso após a morte, minha orientadora já vai ter entrada assegurada, pois é uma profissional apaixonada pelos árduos caminhos da docência e da pesquisa. Eu também posso dizer que tenho orgulho deste projeto, pois nada mais lamentável do que alguém que não se sinta apaixonado pelo que faz.

Por falar em pesquisa, lembro-me que “Um bem público a serviço do Brasil” era o lema da instituição na qual cursei minha primeira graduação. Lema estampado nas portarias de seus *campi* quase que como um mantra e uma reflexão para aqueles que naqueles espaços adentram. Durante toda a graduação, cotidianamente, eu lia aquela frase e me arrepiava com o peso da carga de responsabilidade atribuída aos que puderam e podem ter a oportunidade de estudar em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade; invariavelmente custeada pelo dinheiro dos brasileiros. Desde o brasileiro mais humilde e semianalfabeto até o que ocupa um alto cargo, todos pagam impostos, e, mesmo sem saber, foram eles que colaboraram para construir cada tijolo que sustenta a Universidade Federal de Uberlândia e tantas outras instituições públicas.

“Ciência e Prática”, esse é o lema da Universidade em que curso a minha segunda graduação. Há uma enorme responsabilidade frente à sociedade de formar cidadãos e profissionais qualificados como forma de retornar para a comunidade o investimento que financiou os estudos de todos aqueles que na Universidade adentraram. A responsabilidade aumenta ao pensarmos que, dentre os jovens brasileiros de 18 e 24 anos, somente em torno de dez por cento estão matriculados em algum curso superior. Sim, em meio a um país de proporções continentais, com elevada desigualdade socioeconômica e que não se resume a algumas porções de terras prósperas no Sudeste, poucos têm condições de acesso e permanência no ensino superior.

Por outro lado, eu sou um privilegiado por não apenas ter concluído a graduação financiada à custa do dinheiro público, mas por estar em um mestrado na mesma instituição na qual me formei. Eu devo este mestrado e eu devo a graduação a cada um dos mais de 200 milhões de brasileiros. É a eles que eu desejo servir da melhor forma possível, servir, sobretudo, àqueles que a vida deu caminhos diferentes e não puderam ter as mesmas oportunidades que eu tive. É para melhorar a vida do rapaz da favela da Rocinha, é para melhorar a vida da moça que acorda diariamente de madrugada para enfrentar uma batalha diária em busca de emprego e que sai do Glória e vai para o Centro de Uberlândia; eu devo a minha vida acadêmica a cada moça e a cada rapaz que estão fora da escola. É para eles que é indispensável pensar políticas públicas sociais adequadas.

A minha primeira graduação foi um verdadeiro divisor de águas na minha vida. Posso me arriscar a dizer que existem dois de mim, um Neymar “pré” curso de jornalismo e um Neymar “pós” curso de jornalismo. Graças à Universidade, pude desconstruir tabus e preconceitos, repensar lugares-comuns e me atentar às causas sociais, como a das minorias, às questões de gênero, às causas LGBTQTTs, ao preconceito étnico-racial, aos marginalizados

socialmente, etc.

Devido a essa formação humanista e não simplesmente profissional que tive, sobretudo fazendo parte de um Programa de Educação Tutorial – o PET Conexões Educomunicação, pude enxergar o mundo com outros olhos, pude enxergar o mundo de uma forma mais desconstruída e sem preconceitos. Depois de ter tomado gosto pelas causas sociais e de ter participado de inúmeros eventos, acabei fazendo parte de um projeto de uma agência de notícias de políticas públicas e sociais idealizada e coordenada pela minha orientadora, Ana Spannenberg. Do contato com a agência, das leituras sobre a temática e da prática de produção de notícias no período em que atuei como editor-chefe do veículo, surgiu a necessidade de criar um observatório da mídia especialmente das publicações de políticas públicas, este é o objetivo central desta pesquisa de mestrado cujos detalhes procuro explicar nas próximas páginas.

## **1.2 Apresentação e Justificativa**

Partindo-se da necessidade patente da consolidação de uma jovem democracia no Brasil, faz-se necessário observar qual tipo de jornalismo é praticado atualmente. O jornalismo anda de mãos dadas com a democracia, com a liberdade de expressão e de informação e com a fiscalização do equilíbrio entre os Poderes Federativos e o dia a dia da comunidade. Muitas vezes, ele é a única fonte de informação para brasileiros que não tiveram a oportunidade de desfrutar sequer de uma educação formal em sala de aula. São justamente essas pessoas as que mais são afetadas diretamente pelas chamadas políticas públicas, ou seja, um conjunto de medidas governamentais que visam proporcionar minimamente dignidade social aos cidadãos brasileiros. Tal característica é a base de um Estado Democrático de Direito no qual a intervenção do Estado sobre a vida dos sujeitos é prioritariamente social e aonde, concomitantemente, as liberdades individuais estão sempre asseguradas.

O jornalismo trata desde discussões dessas políticas públicas pelos legisladores no Congresso Nacional até a aplicação e seus desdobramentos sociais na vida em comunidade. Dizer corretamente para a comunidade o que são políticas públicas, como fazer valer os próprios direitos e como não se deixar enganar são formas de promover o “empoderamento” dos sujeitos mais vulneráveis e carentes. Será que a mídia realmente está cumprindo seu papel? Será que as informações estão ao lado do povo ou estão ao lado de interesses

econômicos e políticos? Como a mídia cobre políticas públicas? Esses são apenas alguns questionamentos motivadores para este trabalho que se propõe a construir um observatório de mídia em Uberlândia, a segunda maior cidade de Minas Gerais. Por uma questão de limitação técnica e temporal, foram feitos recortes para o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado e que serão detalhados adiante.

A presente pesquisa se propõe a desenvolver um observatório de mídia que analise a cobertura jornalística sobre políticas públicas de educação, habitação, saúde e trabalho em veículos nacionais da mídia alternativa. A partir dos resultados obtidos, propomos ações de leitura crítica da mídia que possibilitem ao leitor/receptor uma maior compreensão dos seus direitos enquanto cidadão e um olhar mais criterioso sobre como as notícias a respeito das políticas públicas são apresentadas. O observatório, chamado Luminar, também apresentará análises das coberturas dos principais jornais digitais da região Sudeste e dos veículos de comunicação do município de Uberlândia/MG, além de breve histórico dos veículos analisados.

Para compreender a produção de conteúdos, em especial a produção de notícias, nada mais importante do que os observatórios. Um observatório “olha” para a mídia que nos observa e, através de suas análises, resulta em *feedback* tanto para os produtores de conteúdo quanto para a sociedade que consome tais informações.

Um observatório de mídia funciona como uma entidade que monitora e reúne dados sobre o conteúdo publicado pelos veículos de comunicação, geralmente sobre uma temática delimitada. Ao tecer críticas e análises sobre o trabalho feito pela grande mídia ou pela mídia alternativa, um observatório apresenta um caráter estreitamente vinculado aos ideais de uma comunicação mais democrática, eticamente responsável e socialmente justa.

Partindo dessas premissas, este trabalho propôs a criação e a execução prática de um observatório de mídia focado em uma temática delimitada: as políticas públicas com ênfase na mídia alternativa<sup>1</sup>. Vale destacar que, por questões operacionais, foi necessário recortar o tema em quatro subáreas, quais sejam: educação, habitação, saúde e trabalho. Importante ressaltar ainda que este trabalho faz parte de uma pesquisa já em curso iniciada há três anos, como Iniciação Científica, e depois ampliada através de um projeto aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais<sup>2</sup> e que conta com a participação

---

<sup>1</sup> Paralela à esta pesquisa, está sendo desenvolvida, pelo mesmo grupo de pesquisa POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAUTA - Monitoramento da cobertura e produção noticiosa sobre políticas públicas com foco na Região Sudeste e na mídia da cidade de Uberlândia/MG, no qual me insiro, um recorte do observatório que irá se debruçar sobre a grande mídia.

<sup>2</sup> A pesquisa Pibic tinha como título: "POLÍTICAS SOCIAIS EM PAUTA - Mapeamento de notícias sobre

de alunos de graduação do curso de jornalismo da UFU, além de três mestrandos que colaboram com a Agência de Notícias Conexões, que produz conteúdos sobre políticas públicas gratuitamente. Com a criação do Luminar, acredita-se ser possível trabalhar duas frentes importantes na relação das políticas públicas com a mídia: a análise e observação sistemática dos conteúdos jornalísticos, possibilitando informações aos veículos de comunicação para melhorar suas práticas, por um lado, e a Conexões produzirá conteúdo jornalístico, visando reduzir os problemas encontrados na cobertura analisada, por outro.

As políticas públicas estão historicamente entrelaçadas com o campo da economia. Com a crise econômica mundial advinda do *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929, as políticas públicas passaram a ser encaradas como matéria urgente e foram fortalecidas após a Segunda Guerra Mundial, embora tal conceito existisse algumas décadas antes. O economista inglês John Keynes é o principal precursor da temática em suas obras. Em linhas gerais, Keynes rompe com o liberalismo clássico que pregava a política de Estado mínimo, ou seja, que o Estado não deveria intervir na economia, e passa a divulgar o conceito de proteção social. Dessa perspectiva, o Estado, na verdade, deve assegurar determinados direitos aos cidadãos independentemente de suas rendas ou da atuação no mercado de trabalho, de acordo com Behring e Rossetti (2011).

Desde a consolidação dos Estados Modernos, as políticas públicas nada mais são do que um conjunto de responsabilidades que o Estado se compromete a cumprir. Já as políticas públicas sociais<sup>3</sup> são proteções sociais asseguradas pelo Estado aos seus cidadãos para que esses possam viver dignamente. São criadas ações para diminuir a desigualdade social. Importante destacar que as políticas públicas sociais empregadas por um Estado devem atender a questões unicamente particulares e locais, dessa forma, as mesmas políticas públicas sociais aplicadas em outro país poderiam ser completamente ineficazes.

Segundo Saraiva e Carvalho (2012), em relação ao Brasil, o tema pontualmente era discutido desde o governo de Getúlio Vargas, passando pelo Regime Militar e culminando com a redemocratização e posterior promulgação da Carta Magna, em 1988, que expressamente delimita as competências do Estado sobre a tutela dos cidadãos e assegura as

---

Políticas Públicas Sociais na mídia de Uberlândia/MG". Posteriormente, foi aprovado projeto pelo Edital Fapemig 01/205 Demanda Universal, com o título: "POLÍTICAS SOCIAIS EM PAUTA - Construção de um modelo de monitoramento da cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG". Ambos são desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa e extensão Conexões - Agência de Notícias de Políticas, Ciências e Educação.

<sup>3</sup> Inicialmente, o trabalho focava-se apenas nas políticas sociais, mas, devido ao limitado número de notícias localizadas especificamente sobre elas, optou-se por ampliar o escopo para as políticas públicas de modo geral, focando nas quatro áreas prioritárias - educação, habitação, saúde e trabalho. Pois, para Chrispino (2016) toda política pública é, também, uma política social.

suas liberdades individuais. Desde então, as políticas públicas são centrais no planejamento e nas ações dos governos (sobretudo no Poder Executivo). O tema também passou a ser alvo de pesquisas acadêmicas e conquistou olhares mais atentos dos meios de comunicação.

Para além de delimitar quais assuntos estarão em voga, a abordagem da mídia sobre os mais diversos temas pode fazer com que os sujeitos “comprem” ideias acrílicas, deturpadas e enganosas e as aceitem como representação fiel da realidade. Enquanto, na verdade, há apenas um simulacro, simplesmente um recorte da realidade escolhido por critérios editoriais que atendem a interesses econômicos e políticos do meio de comunicação. Conforme sugere o artigo de Porto no livro “Políticas Públicas e Sociais e os Desafios para o Jornalismo” (2008),

Ao cobrir temas sociais, os jornalistas precisam considerar a condição do problema social no momento inicial da implementação da política pública. Com este objetivo, as reportagens devem incluir dados estatísticos sobre a realidade social pertinente e os respectivos indicadores setoriais. (PORTO, 2008, p. 186).

Ou seja, ainda segundo ele, os jornalistas precisam selecionar de forma criteriosa as fontes de dados e as estatísticas, o que faz necessário manter contato com agências públicas e privadas sérias trabalhando com as coletas de dados. Entretanto, Porto aponta ainda que tais dados comumente são de má qualidade ou, pior, refletem interesses escusos como exemplos de subnotificação em casos de violência, entre outros.

Além do lado obscuro e controverso da mídia, há o lado benéfico. A mídia pode ter um papel de fazer chegar a mais e mais casas os direitos sociais assegurados aos cidadãos, instruí-los a exigir o cumprimento desses direitos e auxiliar na fiscalização do que é feito com o dinheiro público que é pago por cada contribuinte brasileiro. Para além de mostrar quais políticas públicas existem aos principais interessados, é extremamente relevante dar voz aos beneficiários. Ouvir suas críticas, sugestões, elogios, enfim, o papel do jornalismo não é reproduzir *releases*<sup>4</sup> governamentais fantasiosos, é checar na prática se a Dona Maria e o Seu João estão recebendo os medicamentos na data certa no posto de saúde mais próximo e se o filho do casal está recebendo a merenda todo dia na escola. A quem a Dona Maria e o Seu João, muitas vezes com pouca escolaridade, poderiam recorrer para fazer valer os seus direitos? Ao judiciário? Não. O judiciário brasileiro é extremamente elitizado e amedronta e intimida os mais pobres que se deparam com palacetes bancados pelo Estado servindo de refúgio para engravatados massagearem os seus egos enquanto recebem salários astronômicos

---

<sup>4</sup> Informativo noticioso e oficial geralmente produzido por um serviço de assessoria de imprensa.

que lhes permitem viver numa redoma de ouro, completamente alheios às realidades do trabalhador que acorda às quatro da manhã para pegar duas conduções para chegar ao trabalho. Esse papel, de ouvir e defender o cidadão, tem sido, muitas vezes, assumido pela mídia (ou até ignorado, o que é ainda pior).

O presente trabalho exigiu compreender o que são políticas públicas. Importante frisar que debates sobre a questão já haviam começado com o projeto parceiro, Conexões - Agência de Notícias de Políticas, Ciências e Educação. Ademais, o conceito de observatório é importante para este trabalho, além de ações de leitura crítica de mídia. Por fim, mas não menos importante, planejamos ações para que segmentos da sociedade que pensam, que refletem, que interagem, que desejam saber mais possam também inteirar-se das nossas análises. Afinal, deveria ser o cidadão o mais interessado nos resultados de uma pesquisa acadêmica, sobretudo sobre políticas públicas. Portanto, em consonância com a responsabilidade social do jornalista de sempre bem informar, resolvemos não apenas produzir, mas compreender como são produzidas as notícias que nos cercam.

Acreditamos que o conhecimento e a criticidade podem e devem ser estimulados desde cedo e um produto jornalístico pode instigar tais aspectos. Por exemplo, a educação através da mídia provoca intensos estudos e debates e, ao mesmo tempo, é importante destacar o papel das mídias como produtoras e veiculadoras tanto da educação formal quanto da educação não formal. A leitura crítica de mídia (apresentar ferramentas de checagem e municiar o leitor com roteiros de leitura) pode ser empregada como estímulo social para a criticidade na vida de milhares de pessoas impactadas diante de um cenário mundial de intensas descobertas e questionamentos sobre o ser e sobre o mundo. O jornalismo pode agir como aliado, sendo produtor e vetor desses conteúdos.

O público-alvo do Luminar envolve prioritariamente a mídia, tanto a alternativa quanto a chamada grande mídia. Do mesmo modo, o observatório deseja dialogar com os leitores. Por leitores entendemos as cidadãs e cidadãos que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com uma ou mais de uma política pública (PP) e que, ao mesmo tempo, também são consumidores de mídia. Interessante reforçar que a totalidade da população hora ou outra vai ter contato com alguma PP. Logo no nascimento, por exemplo, as primeiras vacinas aplicadas no recém-nascido são uma execução prática de uma política pública voltada para a saúde da população, seja na rede pública ou na rede privada de atendimento médico.

O objetivo geral deste trabalho envolve criar um observatório temático da mídia com foco nas políticas públicas de educação, habitação, saúde e trabalho, capaz de oferecer os produtores de informação análises das coberturas jornalísticas de veículos de mídia

alternativa, bem como ações de leitura crítica aos receptores dessas mídias. Como objetivos específicos para a consolidação do que aqui está proposto se apresentam: a necessidade fundamental de mapear observatórios de mídia existentes no Brasil (similares); mapear veículos jornalísticos alternativos que tratem de políticas públicas; desenvolver um sistema de monitoramento de notícias sobre políticas públicas na mídia alternativa brasileira; compilar e analisar as notícias publicadas por veículos alternativos brasileiros que tratam de políticas sociais em um determinado período de tempo.

O processo de construção da atual pesquisa está alicerçado nos estudos anteriores iniciados no já referido Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas que deu origem à Agência de Notícias Conexões, que produz conteúdos gratuitos sobre o tema. O fluxo de criação, ou seja, a compilação de ideias e reflexões que culminaram na criação do observatório partiu inicialmente das leituras e pesquisa bibliográfica sobre os assuntos relacionados às políticas públicas na mídia brasileira. Posteriormente, fez-se o recorte do corpus em dois grandes grupos: mídia alternativa nacional e grande mídia do Sudeste e de Uberlândia. Por meio de uma coleta semiautomatizada, utilizando-se um sistema de computador, ocorreu a compilação de notícias publicadas pelos veículos escolhidos em um determinado período de tempo, também definido. Com as notícias em mãos, foi possível aplicar um roteiro de análise das matérias sobre políticas públicas de educação, habitação, saúde e trabalho. Optou-se inicialmente por uma análise estritamente quantitativa. Por se tratar de um projeto ainda incipiente, no futuro há a intenção de outras formas de análises. Para isso, será importante que colaboradores e voluntários se juntem ao Luminar, pois dar tratamento a um volume grande de dados (notícias) é um trabalho árduo. Mas, voltando ao nosso trabalho, de posse das tabelas quantitativas e dos projetos editoriais e gráficos, enfim, foi possível colocar um novo observatório de mídia no ar.

Este relatório final, aqui exposto, está estruturado da seguinte forma: inicialmente uma apresentação generalista do trabalho, seguida de um apanhado teórico sobre tópicos relevantes para a pesquisa. Posteriormente, estão elencados os dados sobre o produto final; métodos e técnicas utilizados no desenvolvimento do trabalho; exequibilidade e viabilidade social. Para finalizar, as considerações, referências utilizadas, além de anexos com as íntegras das matérias.

O Luminar surge para preencher uma lacuna existente no mercado de Uberlândia, oferecendo conteúdo analítico sobre a cobertura de políticas públicas na mídia. Sua estrutura é dividida em quatro partes: cobertura da mídia alternativa nacional, cobertura dos principais jornais digitais da região Sudeste, cobertura dos veículos de comunicação do município de

Uberlândia e proposição de ações para leitura crítica da mídia pelos grupos beneficiados pelas políticas públicas analisadas. No presente trabalho de mestrado foi realizada especificamente a análise dos veículos alternativos, a proposição das ações de leitura crítica da mídia e foram desenvolvidas todas as etapas de criação do observatório (projeto editorial, projeto gráfico, construção do piloto). A análise dos sites do Sudeste e da mídia local, que também aparecem no Observatório, ficaram sob responsabilidade de estudantes de graduação que são bolsistas e integram o Grupo de Pesquisa “POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAUTA - Monitoramento da cobertura e produção noticiosa sobre políticas públicas com foco na Região Sudeste e na mídia da cidade de Uberlândia/MG”. Nosso público-alvo, ou seja, com quem iremos dialogar, é centrado em dois segmentos principais: a mídia e o leitor que também é beneficiário das políticas públicas. Portanto, para cada qual haverá uma maneira distinta de apresentar os conteúdos do observatório.

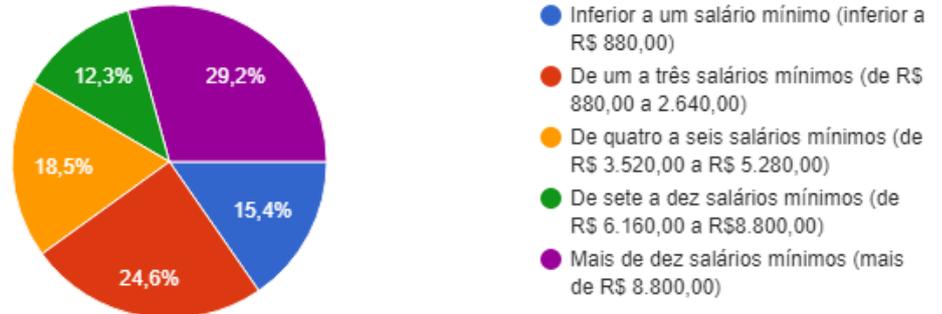
Não existem similares que tratem exatamente das particularidades definidas e com foco no mesmo público-alvo aqui proposto, mas sim veículos nacionais e outros produzidos para regiões distintas que, ou tratam exclusivamente de políticas públicas, ou tratam exclusivamente da cobertura midiática de maneira geral ou sobre outros temas. Outro diferencial são as proposições de ações de leitura crítica da mídia, item pouco encontrado em outros similares analisados. Portanto, a criação do site Luminar supre essa lacuna com um produto digital facilmente acessível de qualquer parte do globo e a qualquer hora.

Justificamos a existência deste trabalho tomando por base uma sondagem inicial de público ocorrida por meio de formulário eletrônico e divulgada em diversos grupos e listas de pessoas interessadas pelas temáticas mídia e políticas públicas, tais como pesquisadores, estudantes e docentes. A divulgação foi feita via redes sociais e também foi utilizada a página da “Conexões – Agência de Notícias de Políticas, Ciências e Educação”, na rede social Facebook. Por este motivo, pessoas sem contato com a internet evidentemente ficaram de fora da contagem. A íntegra do formulário está disponível em anexo. Foram colhidas 65 respostas no total.

Figura 1 - Gráfico - Sondagem de Público - Renda

## Renda

65 respostas



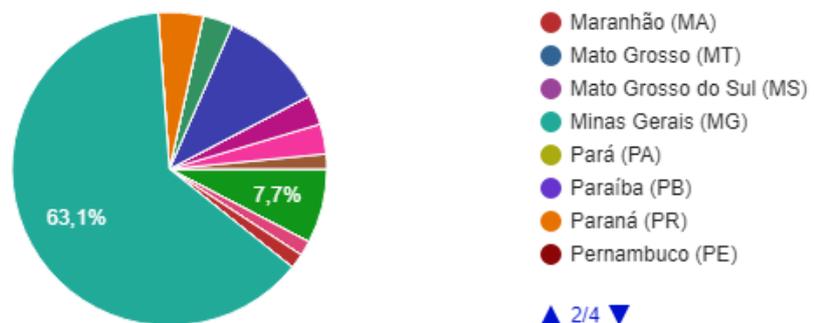
Fonte: Elaboração própria.

Como uma das políticas analisadas trata justamente de renda, observamos que a renda familiar gira em torno de um a três salários mínimos para um grupo de 29,2%, enquanto uma renda acima de dez salários mínimos corresponde à fatia de 24,6%.

Figura 2 - Gráfico - Sondagem de Público - Domicílio

## Estado onde mora

65 respostas



Fonte: Elaboração própria.

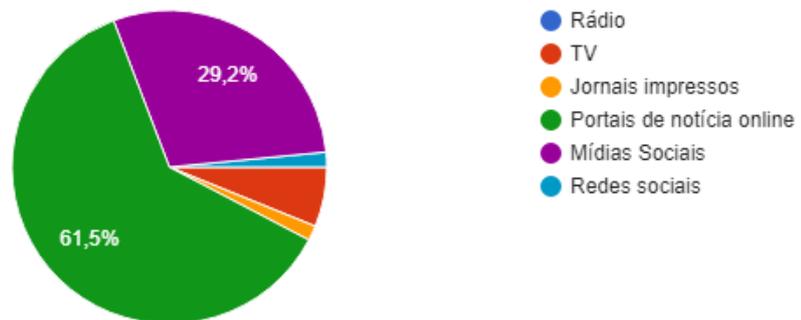
Minas Gerais (63,1%) e Bahia (7,7%) foram os Estados com maior número de respostas. Levando em conta que haverá um espaço reservado para observação da grande mídia uberlandense (estudo feito em paralelo a este trabalho), é interessante que os leitores

tenham proximidade com a cidade e com o Estado de Minas Gerais.

Figura 3 - Gráfico - Sondagem de Público - Veículos preferidos

Qual seu principal modo de acesso a notícias?

65 respostas

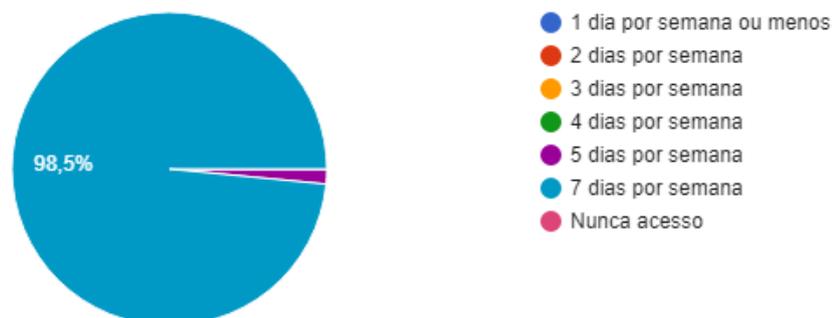


Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 - Gráfico - Sondagem de Público - Frequência de acesso à internet

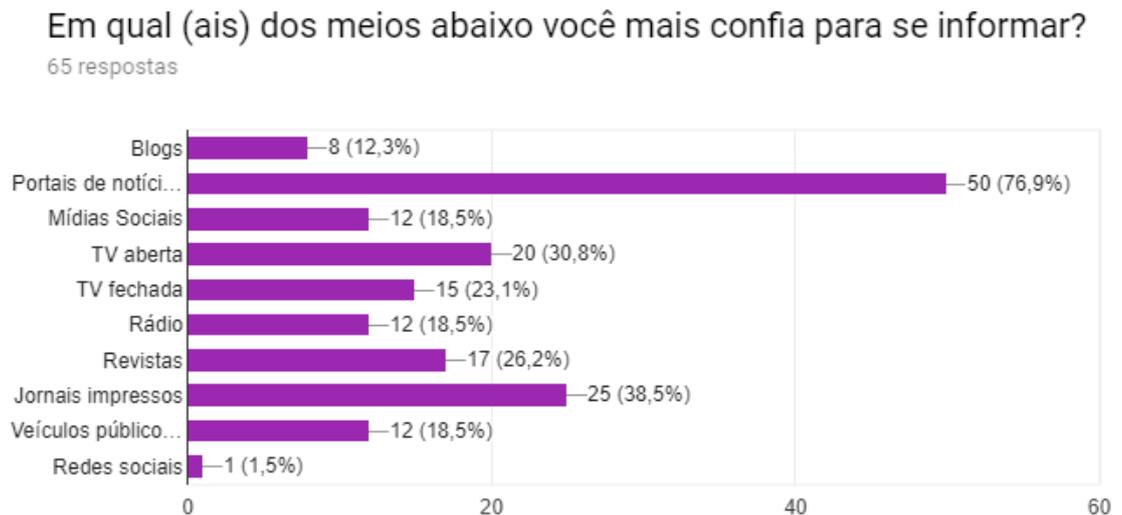
Com que frequência você acessa a Internet?

65 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 - Gráfico - Sondagem de Público - Confiança nos meios de comunicação



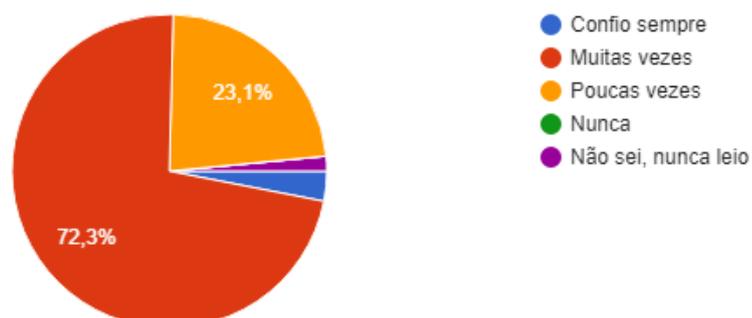
Fonte: Elaboração própria.

O observatório é online, o que vai ao encontro das preferências do público em se informar. Afinal, 61,5% acessam sites e quase 77% confiam em portais de notícias. Outro dado que corrobora a existência de um produto online é a expressiva quantidade de pessoas que acessam a internet diariamente: 98,5%. Além disso, 96,9% afirmam buscar notícias na internet.

Figura 6 - Gráfico - Sondagem de Público - Nível de confiança em notícias online

Você confia nas notícias que lê online?

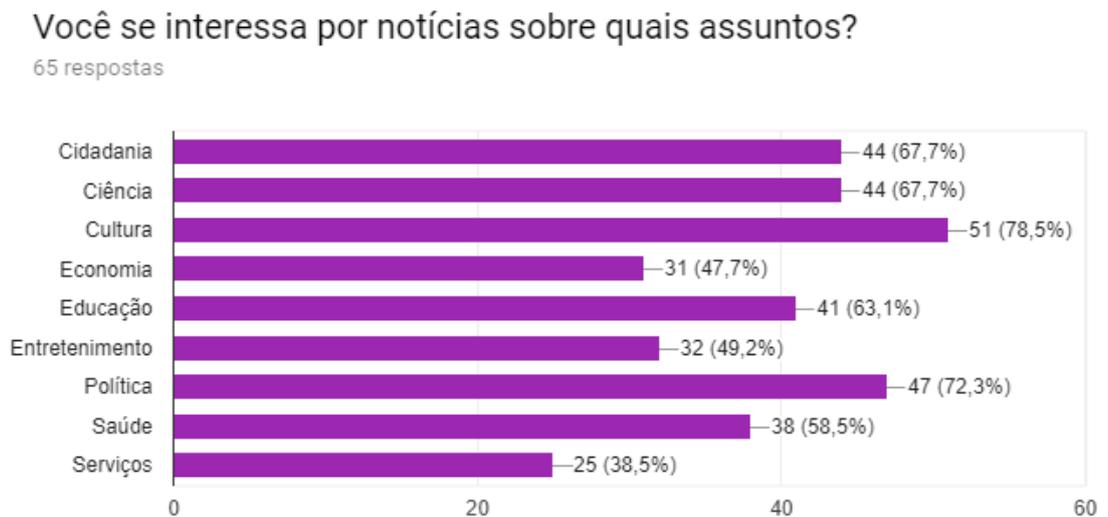
65 respostas



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos respondentes também afirma confiar nas notícias que lê. Como um observatório de mídia questiona justamente o conteúdo publicado, esse contraponto entre a percepção dos leitores e o, muitas vezes distinto, resultado da análise torna-se um ponto forte do trabalho.

Figura 7 - Gráfico - Sondagem de Público - Assuntos preferidos



Fonte: Elaboração própria.

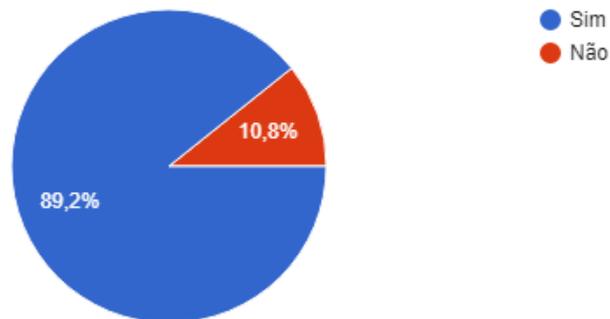
Como as mídias sociais serão utilizadas para dar visibilidade ao observatório, a sondagem de público nos apontou alguns dados interessantes nesse sentido. A maioria diz acessar mídias sociais diariamente (87,7%) e 89,2% afirmam acessar notícias por essa via.

Além disso, 98,5% afirmam ter interesse em políticas públicas. As que mais despertam atenção, por ordem decrescente, são: educação, saúde, cidadania, segurança, habitação e cultura. Meio ambiente, esporte e ciência receberam o restante dos votos. E, novamente, o meio preferido para se informar sobre a temática políticas públicas é a internet, seguida pelas mídias sociais. Já 75,4% disseram ainda que se interessam por conteúdos que apresentam análises da mídia. O mesmo percentual também acha interessante a existência de um site que trate de análise da mídia. Para 33,8%, conteúdos audiovisuais e multimídias são os preferidos para se informar sobre a análise da mídia. Outros 21,5% preferem notícias.

Figura 8 - Gráfico - Sondagem de Público - Acesso de notícias por mídias sociais

Você acessa notícias pelas mídias sociais?

65 respostas

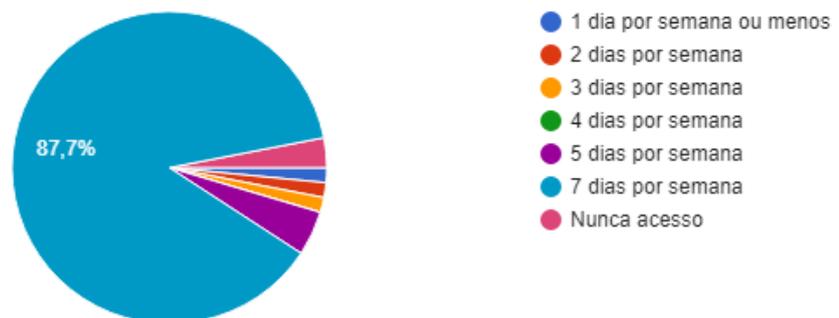


Fonte: Elaboração própria.

Figura 9 - Gráfico - Sondagem de Público - Frequência de acesso a mídias sociais

Com que frequência você acessa mídias sociais? (Facebook, Twitter, Instagram etc)

65 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Um observatório de mídia segmentado em políticas públicas, como nos propomos a desenvolver neste trabalho, é um diferencial em meio aos observatórios generalistas que abarcam os mais variados temas. O assunto “política” ocupa o segundo lugar.

Por outro lado, 63,1% dos respondentes disseram que confiam “poucas vezes” nas propagandas governamentais. E, em segundo lugar, a opção “Nunca” obteve 24,6% da preferência.

O papel dos meios de comunicação no agendamento de temáticas é decisivo. Apesar de não haver consenso e tendo sofrido com muitas críticas, a hipótese de que a mídia pauta a opinião pública (WOLF, 2003) ainda continua sendo adotada. Além de apresentar ao seu público um rol de fatos, a mídia, através das suas escolhas, recortes, ênfases e “apagamentos”, diz “como pensar” sobre os fatos. Ao construir a apresentação do fato como notícia, a mídia indica ao público o que pensar a respeito, algo que exige responsabilidade. Portanto, há necessidade de monitorar como a mídia trata tais temáticas, um observatório pode colaborar para apontar desvios, equívocos e acertos das coberturas beneficiando primordialmente o direito à informação de qualidade e correta dos atores sociais interessados, conforme é exemplificado a seguir:

Ainda que não haja dúvidas da necessidade da existência de uma imprensa plural para a ocorrência, por exemplo, de eleições livres e justas (direitos políticos), há uma percepção cada vez mais consolidada de que a mesma imprensa é de primordial importância para também garantir os diferenciais dos elementos que contribuem para o alcance de um índice de desenvolvimento humano mais elevado, de maneira mais geral, e para a garantia de direitos específicos (como os das crianças) [...]. (CANELA, 2008, p. 57).

Importante também apresentarmos alguns similares brasileiros já em atuação que podem servir de inspiração. Talvez um dos mais famosos e antigos, ainda em atividade, seja o Observatório da Imprensa, comandado pelo jornalista Alberto Dines. Nos mesmos moldes do observatório aqui proposto, Dines debate a mídia na própria mídia utilizando-se de um website. Existem outras instituições cujo foco maior não está nas publicações feitas pela mídia, mas na temática. Por exemplo, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) lançou o Observatório Nacional de Políticas de AIDS, há ainda o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, O Observatório de Investimentos na Amazônia, o Observatório da Educação: democratização e acesso a informações, o Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha, entre tantos outros. Existe ainda o Observatório da Mídia conduzido pela Universidade Federal do Espírito Santo que, anualmente, realiza o evento Mídia Cidadão que reúne pesquisadores e colaboradores de observatórios brasileiros. Mais adiante serão apresentadas análises detalhadas de alguns desses similares que serviram como inspiração para a elaboração do Luminar.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, inicialmente, vamos apresentar um pouco do conceito de políticas públicas. Em seguida, o tópico “A Noticiabilidade em Tempos de Mídia Digital”, versará sobre como o jornalismo emprega técnicas para definir se um fato é relevante e merece ser publicado, além disso, vamos focar especialmente no que são as mídias alternativas. Em seguida, nos aprofundaremos na análise da história e no panorama atual dos observatórios de mídia e na contribuição gerada por eles para a análise crítica da mídia.

### **2.1 Políticas Públicas**

Para Chrispino (2008), o uso comum no cotidiano do termo “políticas públicas” quase nunca se traduz em uma explicação imediata sobre ele. O uso se tornou tão corriqueiro que erroneamente há a impressão de que tanto aqueles que falam quanto aqueles que ouvem têm domínio sobre o assunto. Geralmente, políticas públicas se referem às ações dirigidas pelo poder público aos cidadãos. Entretanto, ele afirma ainda que o termo é tão amplo que os interlocutores podem se basear em conceitos distintos, embora válidos. Souza (2006) classifica a política pública como um campo “holístico” e, portanto, apesar de ser alvo de estudos prioritariamente das ciências políticas, também envolve serviço social, psicologia, filosofia, sociologia, economia, administração, etc. As políticas públicas são primeiramente delineadas e depois postas em prática sob a avaliação de pesquisadores.

A partir de um termo amplo, é importante, então, tentar buscar restringir os limites do conceito, pois não há uma única definição válida como padrão aceito universalmente. Chrispino (2016) exterioriza seu estranhamento ao questionar o seguinte: se há política social existiria política não social? Ou ainda, existem políticas privadas? Para contornar essa problematização, ele apresenta as políticas sociais como sendo uma consequência do caráter antissocial da economia. As políticas sociais cumprem o papel de suprir lacunas da economia antissocial. Portanto, algumas políticas públicas automaticamente também têm um caráter social e podem ser chamadas de políticas sociais.

Ainda para Chrispino (2016), “o conceito de política pública é resultado de

inúmeras variáveis (constructo) e que seu significado será tão distinto quanto os valores, ideologias, contextos, ética etc. de seu formulador” (CHRISPINO, 2016, p. 17). Souza (2006), faz um paralelo entre os Estados Unidos e a Europa. A política pública nasce nos Estados Unidos enquanto campo do saber e área do conhecimento do mundo acadêmico, rompendo a tradição de mera análise do Estado e de suas instituições. Por outro lado, a visão europeia baseou-se nas teorias sobre o Estado e o governo (principal proponente de políticas públicas).

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “*o que o governo escolhe fazer ou não fazer*”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 23).

Faleiros (2016) aponta que as revoluções ocorridas nos séculos XVII e XVIII na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos foram marcos para o reconhecimento da dignidade da pessoa humana enquanto valor universal e difuso. Inicialmente, com o declínio do Estado absolutista e ascensão do Estado moderno, buscava-se instituir um distanciamento do Estado na medida em que esse deveria interferir menos na vida dos cidadãos. “Chamados de direitos de primeira dimensão, os direitos individuais são considerados as liberdades civis que englobam, dentre outros, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito ao devido processo legal”. (FALEIROS, 2016, p. 100).

Faleiros (2016) prossegue apontando que, após esse período de afastamento entre Estado e população e a consolidação de liberdades, percebeu-se que tal cenário poderia intensificar desigualdades sociais profundas. Passou-se então a planejar uma nova estratégia, agora, a sociedade clamava por direitos sociais. Eles foram chamados de direitos de segunda geração ou de direitos de segunda dimensão. Podemos citar o direito à educação enquanto um direito humano.

No pós Segunda Guerra Mundial, Faleiros (2016) aponta que tais direitos foram definitivamente formalizados por meio da Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, à época, foram expandidos os direitos de terceira dimensão “como o respeito ao meio ambiente, à biodiversidade cultural dos povos e à humanidade de modo geral”. (FALEIROS, 2016, p. 100). Ela destaca ainda que os direitos não devem ser compartimentados, eles interagem entre si. Além disso, segundo a autora, os

direitos humanos são intrínsecos aos seres humanos e são caracterizados por universalidade, interdependência, indivisibilidade e judiciabilidade.

Souza (2006) ainda apresenta os grandes “pais” da área de políticas públicas. Harold Laswell, que introduziu a expressão “análise de política pública” na década de 1930, ao investigar a relação entre pesquisa acadêmica e ações empíricas do governo e de instituições. Herbert Simon, que estudou o processo de tomada de decisões dos gestores públicos, Charles Lindblom, que aperfeiçoou os estudos dos dois anteriores e, por fim, David Easton, que teorizou sobre as políticas públicas enquanto um grande sistema sendo influenciado pela mídia, pelos grupos de interesse, pelas instituições, etc. Há ainda Theodor Lowi, que introduziu a máxima “a política pública faz a política”. Para ele, cada política pública sofre com apoios e rejeições e que essas disputas são inerentes à decisão sobre elas. Souza (2006) destaca que existem as políticas públicas distributivas que impactam mais um grupo social em detrimento de outros, como no caso dos negros, dos idosos, das pessoas com deficiência, etc. Há ainda as políticas regulatórias, como no caso do Minha Casa Minha Vida, que burocratizam e estabelecem critérios para concessão de benefícios, há as políticas redistributivas que impactam o maior número de pessoas, como no caso da Previdência Social e, por fim, políticas constitutivas que são procedimentais.

Ainda segundo Souza (2006), há um ciclo da política pública: “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 30). A questão do *agenda setting* (que será tratada no tópico a seguir) influencia tanto a noticiabilidade dada pela mídia quanto a tomada de decisões do governo. Existem muitos problemas e poucas soluções, então para qual problema olhar primeiro?

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36).

A política pública, portanto, é uma área de conhecimento que busca acionar o governo e também analisar as medidas adotadas, e, quando for o caso, sugerir mudanças. Souza (2006) traduz o percurso de criação de uma política pública em fases: os governos

apresentam programas e ações, as ações são analisadas e estão abertas a modificações, por conseguinte, tais ações implicam em resultados no mundo real.

Bucci, por outro lado, conceitua política pública da seguinte forma:

Política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados - processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial - visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados. (BUCCI 2006 apud PEREIRA, 2016, p. 34).

Ainda segundo Souza (2006), no mundo, a política de contenção de gastos públicos e mudanças de posicionamento com o pós-guerra, para um ajuste fiscal e medidas para contornar a inflação, fizeram das políticas públicas tema central de atenção. Há ainda outro fator, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, pois passam por um processo de consolidação democrática e de consolidação de políticas públicas que merece ser estudada. No Brasil, por sua vez, tal temática ganhou força na pesquisa acadêmica na década de 1990.

A emergência, relativamente recente, da pesquisa em políticas públicas no Brasil e a popularização do tema requerem um esforço para tornar mais claras algumas questões a ela relacionadas. Esse esforço é também necessário porque a literatura sobre políticas públicas tem sido pouco traduzida no Brasil, assim como sua aplicação empírica ainda é relativamente escassa, inclusive nos trabalhos acadêmicos. (SOUZA, 2003, p. 12).

Importante ressaltar que não apenas o governo propõe políticas públicas, outros grupos da sociedade como movimentos sociais e instituições também podem desempenhar esse papel. O crescimento de teorizações sobre o tema corrobora para sustentar, ou não, a condução de medidas que impactem na comunidade. Ou seja, estudos empíricos evidenciam ainda mais equívocos e acertos. Souza destaca ainda a tendência do chamado neo-institucionalismo, ou seja, as instituições têm papel importante na “decisão, formulação e implementação de políticas públicas” (2006, p. 16).

Faleiros (2016) compara a trajetória histórica do Brasil e da Inglaterra. Na Europa, os direitos e liberdades civis foram conquistados à base de lutas, posteriormente conquistando direitos políticos e a participação ativa nas decisões do Estado. No Brasil, por outro lado, não houve luta. Os direitos sociais aqui não foram conquistados, foram concedidos. Mais um fato

interessante que revela a fraqueza das políticas públicas no Brasil: as políticas sociais vieram antes dos direitos civis e dos direitos políticos.

A Constituição Cidadã brasileira, publicada em 1988, é considerada como plural por ter contado em sua feitura com representantes dos mais diferentes setores da sociedade civil organizada. Importante atentar que a democracia brasileira é recente e em processo de consolidação e que a Constituição é considerada como o principal instrumento para assegurar as políticas públicas. Para Behring e Boschetti (2011), a Constituição Federal de 1988 e a legislação complementar trouxeram avanços nas áreas de educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, direitos da infância e da maternidade, etc. Embora, os indicadores dessas áreas ainda tenham muito que melhorar. As autoras destacam ainda que a introdução da seguridade social foi um grande avanço por ser uma ampla proteção social. Faz-se necessário, portanto, um olhar para a mídia e para a forma como ela trata das políticas públicas que podem melhorar tais indicadores (sociais, de saúde, de educação, etc.) e, ainda, prioritariamente, dar condições dignas aos brasileiros e brasileiras para que tenham assegurados seus direitos e liberdades individuais. No tópico a seguir, vamos compreender melhor sobre o processo de noticiabilidade na mídia.

## 2.2 Mídia Alternativa Digital

Como visto no tópico anterior, o agendamento pauta a gestão do Estado e, conseqüentemente, determina decisões em torno das políticas públicas. Da mesma forma, a mídia detém o papel de agendar pautas com potencial de impactar a sociedade. Os meios de comunicação apresentam um *agenda setting* e determinam um rol de assuntos a serem pautados num específico momento temporal. O agendamento feito pela mídia pode tanto “silenciar” (ocultar ou apagar) um assunto como pode “escancará-lo” e com as políticas públicas não é diferente. Inevitavelmente, o que a mídia pauta acaba pautando, por conseguinte, as rodas de conversa na sociedade e a opinião pública, segundo Wolf (2003).

Neste trabalho nos propomos a observar e a analisar como as políticas públicas são noticiadas. Então, entender porque os veículos (não) consideram políticas públicas fatos com noticiabilidade suficiente é algo que nos interessa. Para analisar as notícias é preciso

compreender como os valores-notícia<sup>5</sup> são empregados na construção de conteúdo no jornalismo brasileiro. Eles definem os motivos para a escolha do que é noticiado. Conforme afirma Traquina (2008), onde existe morte, existem jornalistas dispostos a fazer a cobertura. A morte é um valor-notícia fundamental “que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado nas páginas do jornal ou nos écrans da televisão” (TRAQUINA, 2008, p.79).

A notoriedade do ator envolvido nos acontecimentos também influencia o destaque dado ao fato pela comunidade jornalística. Se no fato há uma celebridade ou pessoa de importância hierárquica envolvida isso significa que “quanto mais o acontecimento disser respeito às pessoas de elite, mais provavelmente será transformado em notícia”, conforme Gatalung e Ruge (1993 apud TRAQUINA, 2008).

A proximidade geográfica e cultural com o acontecido e a relevância do mesmo para a vida das pessoas, a novidade do assunto, o fator tempo (comemoração de datas, atualidade da informação) e o inesperado são outros valores-notícia. Somados a estes, temos ainda a infração, ou seja, os escândalos, a violação de regras, os crimes, etc. que se aproximam dos valores-notícia controvérsia e conflito (exemplificados pela violência). As reportagens são chamativas e apresentam um texto facilmente compreensível e que, ao mesmo tempo, sutilmente provoca emoções no leitor-modelo, conforme Eco (2008), para que ele crie um vínculo subjetivo com o assunto. Mas será que o leitor-modelo está mesmo sendo representado nas reportagens sobre políticas públicas? Será que os cidadãos da comunidade que dependem do transporte público para chegar ao trabalho, por exemplo, estão bem informados sobre as políticas de transporte público?

A noticiabilidade é outro valor fundamental para a comunidade jornalística que comumente trabalha mais com fatos do que com problemáticas. Problematizar, em profundidade, a eficácia ou não de uma medida governamental exige aprofundamento. A quantidade de pessoas envolvidas no caso, o insólito, a inversão da ordem natural (“o homem morde o cão”), a falha, o excesso/escassez de algo também refletem na construção e relevância da notícia.

Existe um leque de outros critérios de noticiabilidade<sup>6</sup>, mas é preciso lembrar que cada veículo possui sua própria política editorial e que “as empresas jornalísticas não funcionam no vazio; têm concorrentes. Todas as outras empresas são concorrentes, mas cada

---

<sup>5</sup> Valoração dada a um fato com base na sua importância enquanto notícia.

<sup>6</sup> Série de critérios apontados por pesquisadores que podem tornar um fato jornalisticamente relevante e publicável ou não.

empresa jornalística tem os seus concorrentes de estimação, isto é, seus concorrentes diretos” (TRAQUINA, 2008, p. 89). Caso determinado meio de comunicação não divulgue uma informação, certamente o outro divulgará e o leitor cobrará do primeiro. O furo<sup>7</sup> “é uma lógica que intensifica a natureza concorrencial da atividade jornalística” (TRAQUINA, 2008, p. 89).

Precisamos abrir um parêntese aqui para tratar especificamente do caso das mídias alternativas. Por mais que não visem prioritariamente o lucro, mas a exposição maior do seu trabalho, ideologicamente falando, os veículos alternativos são considerados como uma voz dissonante à massificação de agendas da grande mídia. O olhar autoral e aprofundado é, em teoria, diferencial da mídia alternativa.

As práticas de mídia alternativa são, costumeiramente, entendidas como ações que visam pluralizar as vozes do debate público, ao oferecer temas, ângulos e até mesmo fatos que são obscurecidos, silenciados quando não distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos, orientados pelo interesse comercial. Assim, as práticas de mídia alternativa são majoritariamente articuladas ao modelo da contra-informação, que tem como função desobstruir o acesso à opinião pública para os mais diferentes grupos sociais, políticos, étnicos, religiosos, de gênero e indicação sexual. Pode-se encontrar o modelo de contra-informação na maioria das manifestações identificadas como de mídia alternativa, como em jornais populares, rádios comunitárias, experiências com vídeo e cinema, fanzines e publicações impressas de pequena escala dirigidas e voltadas para grupos subalternos, muitos deles envolvidos em movimentos sociais. (MAZETI, 2007, p. 01).

O tempo de produção é outro diferencial dos veículos alternativos. Traquina (2008) diz que o imediatismo prevalece incontestável na cibernídia e alerta-nos para a efemeridade das matérias jornalísticas nesse meio, considerando que na web há a rápida velocidade na apuração, produção e divulgação de notícias. Nos impressos, por outro lado, especialmente nas revistas, o tempo de apuração é maior e o mergulho do repórter em um assunto pode levar meses. Tal marca também pode ser percebida nos veículos da mídia alternativa, mesmo naqueles veiculados na web, por terem periodicidades distintas do ritmo da grande mídia.

Segundo Fumero (2007), a velocidade na feitura de notícias acarretou num trabalho mais desafiador para os observatórios de mídia. Se antes geralmente circulavam uma meia dúzia de jornais em uma cidade, com mais algumas poucas emissoras de rádio e TV, o escopo de análise para um observatório era muito mais restrito, bastando estar atento aos programas jornalísticos estipulados em uma grade de programação já estabelecida. Com a

---

<sup>7</sup> Notícia exclusiva dada em primeira mão por um veículo.

internet, surgem, a cada segundo, sites e mais sites, blogs e mais blogs, páginas e mais páginas, notícias e mais notícias. Se a web impactou no trabalho de quem faz jornalismo, por conseguinte, também impacta o trabalho de quem analisa o fazer jornalístico dentro de um observatório. Para além dos impressos, a web se tornou suporte midiático acessível, de baixo custo e de grande poder de divulgação, chamando a atenção da mídia alternativa.

Apresentamos a seguir, com base em Fumero (2007), um rápido retrospecto da web que, para um mestrado profissional em tecnologias, corresponde a uma das tecnologias mais inovadoras dos últimos tempos e que teve avanços inimagináveis em poucas décadas. A *web 1.0*, ou primeira geração da *World Wide Web* data de 1991 e é caracterizada, sobretudo, por seu aspecto ainda experimental e por ser baseada na semântica. Ou seja, no armazenamento de palavras e textos de maneira digital além de permitir o acesso remoto a documentos por diferentes usuários ao redor do planeta, pondo fim à fisicalidade de ter que se deslocar a uma biblioteca, por exemplo.

Depois de treze anos, a internet havia passado por uma série de transformações culminando com uma definição elaborada por especialistas de que uma segunda geração havia começado. O termo *web 2.0* surgiu no ano de 2004 para nomear uma série de conferências sobre informática e tecnologia promovidas pela empresa de mídia americana *O'Reilly Media* e popularizou-se posteriormente.

Notou-se na época, ainda conforme Fumero (2007), que algumas empresas de internet possuíam certas estratégias parecidas para se manterem no competitivo mundo virtual, em especial no final da década de 1990 e início dos anos 2000 com a bolha da internet, e se convencionou chamar tais características em comum também de *web 2.0*. Alguns críticos afirmam, no entanto, que tudo não passou de mero marketing para destacar globalmente o esperado potencial da rede mundial de computadores. Outra crítica aponta que a interatividade sempre existiu antes mesmo da internet surgir e que essa característica da rede foi somente evidenciada.

É neste cenário, em que a interação social (como e onde nos comunicamos e nos relacionamos) e o tecnológico (novas ferramentas, sistemas, plataformas, aplicações e serviços) provoca alterações de um sobre o outro. Surge uma nova rede caracterizada como a web das pessoas frente a web dos dados, correspondendo a primeira versão, a web 1.0<sup>8</sup>. (FUMERO, 2007, p. 11, tradução nossa).

---

<sup>8</sup> “Es en ese escenario, en el que interactúan lo social (cómo y dónde nos comunicamos y relacionamos) y lo tecnológico (nuevas herramientas, sistemas, plataformas, aplicaciones y servicios) provocando cambios de lo uno sobre lo otro. Surge una nueva Red caracterizada como la web de las personas frente a la web de los datos, correspondiente a la versión uno, la Web 1.0.” (FUMERO, 2007, p. 11).

A internet de segunda geração é marcada pela interação e pela interatividade entre os próprios usuários e entre os usuários e os programadores. Torna-se importante destacar que o conceito de *web 2.0* não se aplica ou se refere a qualquer tipo de revolução do ponto de vista técnico, abrange somente a questão social entre receptores de conteúdo, produtores e programadores. Portanto, afirma-se que surgiu a oportunidade de se criar um espaço social virtual chamado sociedade da informação, da comunicação e do conhecimento. Em relação ao conhecimento, aconteceu o *boom* dos *wikisites*, plataformas livres e gratuitas que permitem o desenvolvimento de verbetes sobre determinado assunto, algo similar a uma enciclopédia virtual baseada na divulgação de saberes. O caso mais famoso é o da *Wikipédia*.

Concomitante a esse serviço, destaca-se o crescente desenvolvimento e uso de softwares livres e conteúdos que usam licença *Creative Commons*. A ética hacker é baseada no compartilhamento livre de conhecimento, de arquivos e de informações na rede e é prática comum da Geração Y, ou nativos digitais. Além disso, os imigrantes digitais estão saindo da exclusão tecnológica, por outro lado, os excluídos tecnológicos permanecem à margem da sociedade contemporânea.

A maneira como dados são indexados na segunda geração, por sua vez, se diferencia da primeira. Na *web 1.0* as informações eram catalogadas na forma de índices e subíndices temáticos, enquanto que na atual web os conteúdos são indexados usando as chamadas *tags*. Essa característica é chamada de folksonomia e foi empregada primeiramente no serviço *Delicious* (compartilhamento online de favoritos) e posteriormente nos conhecidos *Flickr*, *Last.fm* e *YouTube*.

As redes sociais se enquadram como caracterizadoras da segunda geração da internet, exemplos claros de interação e interatividade entre usuários, produtores de conteúdo e programadores. A propagação de virais e os *memes*, além da personalização, avaliação de páginas e replicação de conteúdos são algumas das características cada vez mais comuns no ambiente virtual. Já a computação em nuvem é o armazenamento e o acesso remoto a arquivos e conteúdos que permanecem hospedados em servidores de internet.

Segundo Antoun (2009), para os veículos alternativos e para a liberdade de informação, a cultura do blog teve e tem papel preponderante. A cultura do blog (ou cultura do site) pode ser definida a partir da prática de publicar no formato blog (site) exercida por pessoas que divulgam suas visões, posicionam-se e assumem responsabilidades distintas na rede, são consumidores, leitores, cidadãos, clientes, espectadores, especialistas, etc. Nesse contexto, inclusive, surgiram alguns dos veículos alternativos cujas produções são analisadas

por este trabalho.

O leitor não depende mais da produção feita por grandes emissoras de TV e por grandes jornais para se informar. Agora, de modo acessível, é fácil ter a análise de assuntos não pautados pela grande mídia em um “cardápio” disponível 24 horas por dia. A web, definitivamente, mudou a forma de se fazer jornalismo. Seja o jornalismo feito pela grande mídia, seja o jornalismo feito pela mídia alternativa. Houve ainda forte impacto da web 2.0 sobre o marketing e o jornalismo, com o fortalecimento de atividades empresariais voltadas para a internet.

Na nova web a publicidade encontraria a nova voz dos grupos da cultura da mídia que transformariam a publicidade em uma honesta recomendação crítica dos usuários. Os usuários se transformariam em sócios das empresas através de sua cooperação interessada na mesma medida em que as empresas reconhecessem seu valor e garantissem sua livre expressão e participação. A cooperação, a colaboração e a livre expressão seriam os instrumentos desta nova web que uniria empresários e usuários através da livre comunicação. (ANTOUN, 2009, p. 238).

As técnicas profissionais da comunicação, tanto do jornalismo quanto da publicidade, precisaram ser revistas teoricamente e os profissionais tiveram de se adaptar aos novos tempos. Surgiram diversos termos para outras áreas em decorrência da *web 2.0*, como *governança 2.0*, *consumo 2.0*, *universidade 2.0*, *rádio 2.0* e, claro, *publicidade 2.0*. Apesar do panorama futuro ser incerto, indícios apontam que a *web 3.0* será a web da inteligência artificial.

### **2.3 Observatórios de Mídia e a Crítica à Mídia**

Os observatórios de mídia estão intimamente ligados com o conceito da instituição de democracia, conforme apontam Rebouças e Cunha (2010). A criação de observatórios de mídia ao redor do mundo é um verdadeiro indício da existência de uma pulsão democrática. Por esse motivo, o termo “observatório” vem recebendo cada vez mais atenção na América Latina, no ambiente político, por parte de jornalistas ou cientistas sociais. Observatórios vêm sendo criados pela administração pública, por sindicatos, fundações, organizações não governamentais e pela academia com a finalidade de monitorar as mais variadas temáticas (tecnologia, meio ambiente, xenofobia, violência de gênero, etc.) e setores.

Um fluxo de comunicação livre é imprescindível para as democracias. Mas, devido à forma como os grandes grupos midiáticos estão organizados atualmente, as democracias precisam de instrumentos que se contraponham à preponderância de interesses privados nas questões da comunicação social. (REBOUÇAS e CUNHA, 2010, p. 2).

Mais necessários e atuais do que nunca, os primeiros observatórios tiveram origem, nos séculos XVIII e XIX, na mesma época da organização dos primeiros observatórios astronômicos modernos localizados em Greenwich, Paris e Washington (ALBORNOZ e HERSCHMANN, 2006). A ampliação e a institucionalização dos serviços de estatística, sobretudo por órgãos governamentais, auxiliou o desenvolvimento de técnicas de análises empregadas pelos observatórios. Albornoz e Herschmann (2006) destacam que esses observatórios têm a função de otimizar o acesso público à informação, além de servirem como embasamento para tomadas de decisões por parte de autoridades responsáveis.

Em geral, a função desses observatórios estaria associada às seguintes atividades: a) recompilação e elaboração de bases de dados; b) metodologias para codificar, classificar e categorizar informações; c) conexão entre pessoas e organizações que trabalham em áreas similares; d) aplicações específicas de novas ferramentas técnicas; e) análise de tendências/publicações. (ALBORNOZ e HERSCHMANN, 2006).

Os observatórios podem ser locais, regionais, nacionais ou ainda de âmbito internacional que podem atuar em conjunto formando redes de cooperação que potencializam a troca de dados e de conhecimentos. A maioria dos observatórios sociais foi criada na segunda metade da década de 1990 e os mais expressivos internacionalmente estavam atrelados à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), vinculando instituições de diversos países e o Sistema Regional de Informação (SIRI). Os primeiros observatórios compilavam dados relativos à educação na América Latina, cujas trocas de conhecimento poderiam propiciar uma melhora nos sistemas de educação empregados na região.

Ao pesquisar em dicionários o significado e a etimologia da palavra Observar, identificamos que ela vem do latim *Observare*, Ob (Delante - esp. ou Sobre - port.) e Servare (Ter, Guardar, Conservar). Observar é, pois, ver, examinar com atenção, cuidado. No caso dos Observatórios de Mídia, podemos dizer que uma de suas funções seria olhar para a informação e para os meios de forma mais aprofundada. Um olhar que sonda, retém, avalia, lê as mensagens veiculadas cada vez em maior quantidade e em menor intervalo de tempo pela mídia. (PARENTE e PINTO, 2017, p. 421).

No que tange aos observatórios de mídia, Siqueira e Rothberg (2008) apontam que houve ampliação das ações que visam à qualidade da prática jornalística, além do incentivo às mídias comunitárias. Os observatórios, por exemplo, podem ser empregados tanto na educação formal quanto na educação não-formal, a vertente que estuda a aproximação da mídia com a educação é chamada de *media literacy*.

Siqueira e Rothberg (2008) criticam o fato de que, apesar de ações tomadas nos últimos 30 anos, ainda não é possível afirmar que na sociedade brasileira exista, de fato, “um sistema nacional de políticas para a mídia-educação, a exemplo do que ocorre na Inglaterra, na Austrália e no Canadá.” (SIQUEIRA; ROTHBERG, 2008, p. 197). Embora, tanto educadores quanto jornalistas, cientistas, etc., têm feito trabalhos válidos de comunicação contra-hegemônica. Siqueira e Rothberg atentam para a questão de que não basta aos observatórios denunciarem os problemas, é primordial que eles ensinem aos leitores sobre jornalismo com casos concretos que cotidianamente são divulgados na mídia.

Assim, adotar a teoria social da aprendizagem em mídia exige oferecer aos aprendizes a oportunidade de perceber a existência de contextos de produção de notícias marcados por relações políticas e mercadológicas específicas, e de reconhecer que suas próprias respostas são formadas em sintonia com as características de tais contextos. (SIQUEIRA e ROTHBERG, 2008, p. 211).

Portanto, oligopólios são prejudiciais em qualquer setor, na mídia e na política não é diferente. Segundo Régis Debray (1992 apud REBOUÇAS e CUNHA, 2010), está pacificado nos dias de hoje que todo poder deve ser acompanhado de um contrapoder. Fazendo uma ponderação, o poder seria representado pela grande mídia enquanto que o contrapoder seriam os observatórios de mídia que a acompanham. Por outro lado, se a política está intimamente ligada à ideia de poder, a “fiscalização” do poder em uma democracia compete à sociedade civil organizada e, até certo ponto, também compete à imprensa.

A tarefa, porém, não é exclusiva, a população também “fiscaliza” a mídia. Segundo Loures (2008), nos últimos anos, pesquisas indicam uma onda de desconfiança por parte da população sobre os jornalistas e os meios de comunicação. Em uma democracia, a informação livre é necessária, então essa desconfiança é sintomática e a mídia deve se reinventar no cumprimento do seu papel social. As críticas não partem apenas dos leitores, os próprios jornalistas nas redações percebem desvios éticos de seus pares. Loures (2008) ressalta ainda que, em meio à crise de credibilidade, fica em segundo plano o problema dos interesses comerciais das empresas *versus* o dever de informar.

O que tem acontecido com a imprensa brasileira é que, no momento em que essa “lógica do mercado” entra nas redações, muitos dos preceitos éticos que regem a categoria dos jornalistas costumam sair pela porta. [...] Assim, o que se vê nas redações é que a busca da informação verdadeira, a serviço do cidadão - que se constituiu na ideologia justificadora de atividade jornalística - fundada no lucro e nos interesses da elite foi instrumentalizada ou esquecida. (LOURES, 2008, p. 159).

Loures (2008) afirma que, em 1965, a mídia brasileira começou a ser objeto de crítica a partir da iniciativa do jornalista Alberto Dines, então diretor de redação do Jornal do Brasil. Ele havia visto, na Universidade de Columbia (EUA), um boletim do jornal *New York Times* que fazia críticas ao próprio jornal. De volta ao Brasil, Dines e Fernando Gabeira criaram um fórum de críticas à mídia, o Cadernos de Jornalismo e Editoração. Algum tempo depois, Dines foi demitido e o caderno foi extinto. Em seguida, a medida chamou a atenção do Centro de Pesquisas de Jornalismo Empresarial com nomes como Manoel Chaparro, Francisco Gaudêncio Torquato e Carlos Eduardo Lins da Silva. Todavia, as publicações do Centro ficaram restritas ao meio acadêmico.

Ainda segundo Loures (2008), Dines passou uma nova temporada nos Estados Unidos e deparou-se com a expressão *media criticism* que designava o modo com que a imprensa faz uma autocrítica. Em meio ao escândalo *Watergate*, com a renúncia do Presidente Nixon, a mídia americana passou a se autoquestionar sobre seu papel. Enquanto isso, Dines concluía seu clássico livro **O Papel do Jornal**.

A convite de Cláudio Abramo e Otávio Frias (ambos do jornal Folha de São Paulo), Dines retorna ao Brasil e começa a publicar diariamente uma coluna, na seção Opinião, com críticas à mídia. A coluna Jornal dos Jornais foi extinta em 1977 por pressão da Ditadura feita à direção do jornal. Loures (2008) prossegue informando que Dines então foi para o jornal Pasquim do Rio de Janeiro e as críticas continuaram na coluna Jornal da Cesta e, posteriormente, ele passou a trabalhar no Pasquim de São Paulo com a coluna Pasca Tasca.

Além das iniciativas de Dines com o Observatório da Imprensa vinculado ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), surgiu a revista Imprensa e o Instituto Gutenberg. Dines inspirou-se na ideia do Observatório de Imprensa de Lisboa (Portugal) do qual ele também participou. Além de Dines, Carlos Voigt (então reitor da UNICAMP) e José Marques de Melo ajudaram a implementar o LABJOR. O Observatório da Imprensa está ancorado em três pilares, segundo Egypto e Malin (2008):

(1) a mídia tem responsabilidades com sua audiência; (2) a observação contínua do desempenho da imprensa deve ser convertida numa atividade jornalística regular, e (3) nenhuma atividade relacionada com o estudo da mídia pode ignorar a interface com o público. (LOURES, 2008, p. 178).

Para além do campo acadêmico, podemos citar ainda a popularização do cargo de ombudsman nas redações (essa palavra de origem sueca significa algo como “representante do povo”). O veículo contrata um profissional para tecer críticas e comentários à sua produção, com total independência editorial. A Folha, em 1989, foi o primeiro veículo brasileiro a ter esse cargo. Loures cita, por fim, que as Universidades também aderiram ao trabalho de crítica da mídia, sobretudo após a criação, em 2005, da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RENOI) durante Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM).

A conclusão é de que aqueles que transmitem a informação têm uma grande responsabilidade sobre a qualidade dela, mas o cidadão também tem uma obrigação: a de ser ativo e não passivo em busca de informações. Afinal, informar-se não é somente interessar-se por certos domínios importantes - a economia, a política, a cultura etc. - é também interessar-se pela informação, pela comunicação. É preciso então que a mídia analise o seu funcionamento, que se submeta à crítica e que faça permanentemente sua autocrítica. [...] Que seja tão exigente com ela mesma quanto diz que é com outros setores da vida nacional. [...] Hoje, todos veem a mídia, a observam, analisam, e os críticos estão aí para mostrar que ela não é perfeita. (LOURES, 2008, p. 171).

Egypto e Malin (2008) destacam que a História da Humanidade indica a produção de informação pela imprensa como um “direito social” e “serviço público”, tal informação deveria ser a mais fidedigna possível e atrelada à cidadania e à democracia. Portanto, tal papel é passível de críticas e tais críticas são tão antigas quanto a própria imprensa.

### 3 DADOS SOBRE O PRODUTO FINAL

O Luminar é o produto principal deste trabalho de mestrado, mas foi construído com o auxílio de várias mãos. Desde a escolha do nome até o layout do site, os aspectos gráficos e editoriais foram debatidos previamente. Houve consulta a designers, por exemplo, para que o resultado ficasse o mais profissional possível, como se estivéssemos, de fato, inaugurando um observatório no mercado. Nos tópicos seguintes detalhamos esses passos.

#### 3.1 Projeto Editorial

- **Linha Editorial**

Luminar é um observatório de mídia voltado para a observação sistemática da cobertura jornalística sobre políticas públicas. Seus objetivos são qualificar o trabalho dos veículos de comunicação, através da reflexão sobre suas práticas, e oferecer à população, sobretudo aos beneficiados por políticas públicas, informações que permitam uma leitura crítica da produção jornalística. Os públicos prioritários do Luminar são profissionais que atuam em veículos de mídia, assim como seus leitores, bem como os beneficiários das políticas públicas. Para atingir nossos objetivos, disponibilizamos uma compilação de matérias sobre assuntos ligados às políticas públicas e apresentamos análises quantitativas e qualitativas delas. Os dados divulgados no site e em mídias sociais através de imagens, vídeos e relatórios de pesquisa são resultados de uma análise sistemática realizada nos mais acessados veículos de comunicação nacionais de mídia alternativa e da grande mídia<sup>9</sup>. Além das análises, o Luminar também se propõe a oferecer sugestões de ações de leitura crítica da mídia a serem desenvolvidas por qualquer interessado, de modo simples e sem custos. Com isso, pretendemos atingir escolas, associações de moradores, associações de classe, usuários de serviços públicos e a população em geral que, de um modo ou de outro, é beneficiária de políticas públicas.

---

<sup>9</sup> Coube a esta pesquisa de mestrado a análise da produção da mídia alternativa, ficando a análise da grande mídia sob responsabilidade das estudantes de graduação que são bolsistas do projeto.

- **Público-alvo**

O Luminar pretende atingir a um público prioritário do qual fazem parte a mídia e também os beneficiários das políticas públicas, ou seja, praticamente todos os segmentos direta ou indiretamente acabam tendo algum contato, seja com políticas de saúde, educação, trabalho e renda, transporte, etc.

- **Formato**

O site utiliza a plataforma WordPress com o layout desenvolvido pela web designer Mariana Solis. Com uma composição visual interativa, o site está estruturado de acordo com os padrões dos navegadores de internet mais utilizados, tais como *Google Chrome*, *Mozilla Firefox* e *Internet Explorer* e também adotando design responsivo, que permite fácil acesso através de plataformas móveis. A escala do site seguirá o padrão 1024 x 768 pixels. A hospedagem e domínio estão sendo feitos pelas empresas E-consulters e Superdomínios, respectivamente. Seu acesso está disponível através do link: <<https://www.observatorioluminar.org/>>.

O projeto de criação do site prevê, ainda, estratégias para a sua divulgação, através de redes sociais, um convite virtual com hiperlink integrado, para o preenchimento de dados cadastrais e recebimento de notificações sobre atualizações (*newsletter*). No lançamento oficial do site, que está previsto para o mês de abril de 2018, será realizado um evento de apresentação, voltado para profissionais de jornalismo, pesquisadores de comunicação e políticas públicas, além de demais interessados.

- **Periodicidade**

O Luminar será alimentado com periodicidades diversas. Semestralmente será publicado um relatório apresentando dados sobre a cobertura das notícias sobre políticas públicas na mídia de Uberlândia/MG, e nos maiores veículos alternativos nacionais. Mensalmente serão divulgadas, no site e nas mídias sociais, informações pontuais a respeito destes resultados, com o objetivo de dar maior dinamicidade e ampliar o potencial de visibilidade das informações contidas no relatório. Tais postagens, chamadas de “pílulas”, poderão ter formatos variados como infográficos, multimídias ou áudios e vídeos curtos que

sintetizem os dados obtidos nas análises quantitativas. Também semestralmente serão divulgadas propostas de ações a serem desenvolvidas com o público-alvo envolvendo leitura crítica, reflexão e espaço para debates. O site também oferecerá conteúdos acadêmicos, como pesquisas sobre mídia e políticas públicas, análise e história da mídia, e outros assuntos relacionados ao escopo do Luminar, porém esses não terão periodicidade definida, poderão ser publicados a qualquer tempo, de acordo com a sua ocorrência.

- **Cobertura Geográfica**

A cobertura do Luminar é mundial, pois a internet nos permite isso, não tendo limite de fronteiras para o acesso. As análises sobre a mídia alternativa se dão em âmbito nacional, enquanto as análises sobre a grande mídia são focadas nos veículos do município de Uberlândia/MG e na região Sudeste do Brasil.

- **Interatividade**

O Luminar abre espaço para comentários nas postagens das “pílulas de informação” e envio de sugestões de conteúdo e críticas dos leitores. A interatividade é reforçada com as promoções para que os internautas comentem, compartilhem, acessem as mídias sociais. O observatório está no Facebook, Twitter, Instagram, Google+ e YouTube.

- **Importância Estratégica**

O Luminar é o único observatório midiático de Uberlândia e região e, mesmo em âmbito nacional, não encontramos outro produto similar que se proponha a analisar a cobertura jornalística específica sobre as políticas públicas. Portanto, ele supre uma lacuna, tanto acadêmica quanto de mercado, ao propor a análise dessa interface. Também cabe destacar que a proposição de ações que envolvam a leitura crítica da cobertura da mídia é um dos diferenciais da proposta, que amplia o escopo de atuação do Luminar.

- **Seções**

Conteúdo: as seções do site seguirão uma estrutura de cabeçalho que se manterá

em todas as demais páginas. O cabeçalho padrão contém a logo do observatório links para as redes sociais, campo de busca e, logo abaixo, uma barra horizontal para ações. No acesso mobile, será utilizado o menu sanduíche.

Em cada página haverá, ainda, um espaço para localização do observatório, contato, envio de mensagens, etc. Contém também um link para a Agência Conexões. A seguir, uma tabela descritiva das principais seções do site.

Tabela 1 - Seções do site

O que se diz sobre	Que mídia é essa?	Políticas públicas na mídia	Para pensar e agir	Luminar
<b>Educação</b> (audiovisual com principais resultados, link para o relatório)	<b>Uberlândia</b> (história dos veículos pesquisados e link para o relatório)	<b>Por que políticas públicas?</b> (Texto explicando a proposta do site e por que analisar a cobertura das políticas públicas é relevante)	<b>Refleta sobre educação</b> (texto com propostas de ação de leitura crítica sobre a cobertura de educação, link para os principais resultados da cobertura dessas políticas)	Quem somos
<b>Habitação</b> (audiovisual com principais resultados, link para o relatório)	<b>Sudeste</b> (história dos veículos pesquisados e link para o relatório)	<b>Metodologia</b> (Texto explicando como é realizada a análise)	<b>Refleta sobre Habitação</b> (texto com propostas de ação de leitura crítica sobre a cobertura de educação, link para os principais resultados da cobertura dessas políticas)	Contato

<p><b>Saúde</b> (audiovisual com principais resultados, link para o relatório)</p>	<p><b>Alternativos</b> (história dos veículos pesquisados e link para o relatório)</p>	<p><b>Relatórios</b> (tópico com os links para os PDFs dos relatórios semestrais)</p>	<p><b>Refleta sobre saúde</b> (texto com propostas de ação de leitura crítica sobre a cobertura de educação, link para os principais resultados da cobertura dessas políticas)</p>	
<p><b>Trabalho</b> (audiovisual com principais resultados, link para o relatório)</p>			<p><b>Refleta sobre trabalho</b> (texto com propostas de ação de leitura crítica sobre a cobertura de educação, link para os principais resultados da cobertura dessas políticas)</p>	

Fonte: Elaboração própria.

### 3.2 Projeto Gráfico

#### a) Elementos do Projeto

- **Layout**

A logomarca do Luminar foi pensada com um ícone que remete à produção de luz (para iluminar - um jogo de palavras com o nome do observatório). Para chegarmos a esse conceito, realizamos um *brainstorm* organizado pela designer Ana Cláudia dos Santos Barros. Já o Layout do site, com base na paleta de cores, foi feito pela web designer Mariana Solis. A íntegra da proposta de layout encontra-se ao final do trabalho como anexo.

#### Escala de cores

Escala RGB (para monitores).

Para impressão, foi transformada para a escala CMYK.

- Roxo: R: 100 C: 79% HEX; 64007F (Hex (#), código da cor)

G: 0 M: 100%

B: 127 Y: 12%

K: 3%

- Laranja: R: 255 C: 0% HEX: FF8A00

G: 138 M: 55%

B: 0 Y: 94%

K: 0%

### Família tipográfica

Para o nome: Greycliff CF Bold

Para o nome de baixo: Greycliff CF Demi Bold

### Tamanho dos caracteres

Como estamos lidando com uma peça gráfica que pode aparecer em vários tamanhos, dependendo de onde for aplicada, não é possível estabelecer um tamanho único.

### Área livre

A área livre da logo se dá a partir de dois O's, lado a lado em cada extremidade, para quando o logo for utilizado com outras marcas, evitando-se assim, que o logo fique muito próximo delas. Esses O's: mantendo a mesma proporção do logotipo.

### Tamanho mínimo:

L: 2,51 cm

A: 1,93 cm

O site segue a base Qode do Wordpress, um layout flexível e permissivo, baseado em uma barra com os nomes das seções no topo e um carrossel de fotografias e vídeos abaixo.

O site é otimizado também para dispositivos móveis.

- **Hospedagem**

O site é hospedado no endereço observatorioluminar.org utilizando-se o serviço E-consulter.

- **Marcas de Identificação**

Novamente, a principal marca de identificação é o logotipo presente em destaque no site. Para além dela, há um padrão de cores em gradiente entre tons de laranja e roxo, no esquema de flat design.

- **Aplicação de Cores**

A policromia é utilizada no site com tons de laranja e roxo, além do flat design.

- **Imagens**

As imagens do Luminar serão prioritariamente de divulgação e banco de imagens, ocasionalmente haverá produção própria.

### **3.3 Piloto**

O site propõe-se a ter, no mínimo, duas postagens anuais com o PDF disponível para download com as análises quantitativas e qualitativas obtidas. Nas mídias sociais, as postagens serão semanais. As seções de ações para a comunidade serão abastecidas semestralmente. A seguir, um resumo dos conteúdos disponíveis no site.

- O que se diz sobre - pílulas de áudio e vídeos com animações destacando os principais resultados do projeto;
- Que mídia é essa? - resumo sobre os veículos analisados;
- Políticas públicas na mídia - relatório detalhado com as análises;

- Para pensar e agir - ações de leitura crítica da mídia na forma de dinâmicas, por exemplo.

### **3.4 Ações para o Público-Alvo**

Como estratégia de divulgação de saber, optamos por produzir roteiros de análise crítica da mídia para que possam ser aplicados nas comunidades, seja em salas de aula, seja em associações de moradores, etc. A análise crítica da mídia aguça a percepção do leitor, além de possibilitar as trocas de conhecimento entre seus pares e compartilhamento de visões de mundo sobre um mesmo conteúdo. É da diferença de olhar que nascem os debates e a criticidade.

A proposta é apresentar atividades simples, em formato de dinâmicas e oficinas, que exijam o mínimo de estrutura e possam ser conduzidas por qualquer pessoa que se interesse pelo tema e faça algumas leituras prévias envolvendo a produção da mídia analisada. Não é necessário conhecimento técnico ou teórico especializado a respeito, justamente para que elas possam ser realizadas pelo maior número de pessoas possível. As atividades serão disponibilizadas em formato de roteiros em arquivos PDFs e poderão ser acessadas na seção “Para pensar e agir”. Para o piloto, produzimos um roteiro de análise crítica de mídia que se encontra no site e também como apêndice deste trabalho.

Como visto anteriormente, estamos vivenciando a web 3.0 caracterizada pelas mídias sociais, por isso consideramos importante dar atenção a esse relevante meio de divulgação. Portanto, produzimos também as chamadas “pílulas”, isto é, conteúdos multimídia curtos, didáticos e de fácil entendimento que serão disponibilizadas na seção “O que se diz sobre”.

## **4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**

A pesquisa exploratória, como no caso do presente trabalho, embasa-se nos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil (1946), pesquisas exploratórias “têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições” (GIL, 2006, p. 41). Ainda segundo o autor, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2006, p. 41) e a pesquisa documental envolve materiais não submetidos a um tratamento analítico como notícias, portarias, leis, registros de batismos, epitáfios, etc.

Consideramos o trabalho aqui apresentado como pesquisa aplicada. Sobre os objetivos, é classificada como descritiva porque busca checar publicações sobre políticas públicas, relatá-las e analisá-las. Os objetos escolhidos são documentais e englobam notas, notícias e reportagens publicadas em suporte digital (site) que serão alvo de análise quantitativa e qualitativa. A pesquisa é realizada em laboratório e o método utilizado é observacional, além de hipotético-dedutivo.

Para determinar o corpus, foram selecionados alguns veículos midiáticos alternativos que publicam notícias sobre políticas públicas sociais. Conforme Marconi; Lakatos (2010, p. 205), foi utilizada a observação direta intensiva não participante sobre o corpus.

A seguir apresentaremos detalhadamente os procedimentos adotados para a execução desta pesquisa. Sua ordenação segue uma sequência cronológica livre, tendo em vista que alguns procedimentos foram concomitantes e outros se estenderam por vários momentos distintos da atividade acadêmica.

### **4.1 Pesquisa Bibliográfica**

Para que os objetivos fossem alcançados, foram elaborados alguns procedimentos a serem cumpridos como, por exemplo, uma pesquisa bibliográfica a respeito de observatórios de mídia já existentes para que servissem de modelo para a criação do observatório em

Uberlândia e para uma análise de similares. Tal levantamento é extremamente importante para que exista um suporte de técnicas e práticas exitosas já aplicadas em outros observatórios e que podem ser reproduzidas em Uberlândia.

Para a realização da pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico pelo discente, além da indicação da orientadora de leituras sobre as temáticas centrais deste trabalho: políticas públicas, observatório de mídia, mídia e tecnologias aplicadas ao jornalismo e leitura crítica da mídia.

## **4.2 Análise de Similares**

Apesar da originalidade e especificidade deste trabalho, é importante nos basearmos no histórico de outros observatórios já existentes e em funcionamento pelo país. A partir da análise de similares, é possível absorver fluxos e rotinas produtivas que poderão ser aplicados também ao Luminar, otimizando a sua execução.

- **Observatório da Imprensa**

O Observatório da Imprensa (OI) talvez seja o observatório de mídia mais reconhecido do Brasil. Criado em abril de 1996 pelo respeitado jornalista Alberto Dines, está vinculado ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e também ao Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo.

No mesmo ano, a versão para web foi colocada no ar. Dois anos mais tarde, foi criado um programa semanal de TV produzido pela TVE (Rio de Janeiro) e pela TV Cultura (São Paulo) e exibido por todo o país por emissoras públicas, mas atualmente extinto. Importante destacar essa espécie de metalinguagem, a mídia cedendo espaço para que um programa fale sobre ela mesma apontando críticas e análises de especialistas.

Como objetivo, o OI se pauta por dar voz, através de um fórum, a leitores, ouvintes, internautas e espectadores, que antes eram considerados receptores passivos. Além disso, o jornalista Alberto Dines coordena uma iniciativa de capacitação de boas práticas jornalísticas de pequenos veículos locais e regionais chamado de Grande Pequena Imprensa (GPI). Uma das ações do GPI, por exemplo, foi o lançamento de um manual de cobertura

jornalística para as eleições municipais.

No site há um extenso acervo de artigos, geralmente escritos por jornalistas, que passam pelo crivo editorial do laboratório. Os textos perpassam os desafios da profissão, as inovações futuras, os projetos em execução por todo o país. Há uma vasta miscelânea de opiniões e visões de mundo sobre ética, parcialidade e política no jornalismo, talvez alguns dos mais polêmicos assuntos. Todo o conteúdo é disponibilizado gratuitamente na internet e qualquer interessado pode enviar seus artigos. Há ainda o conteúdo elaborado pela própria equipe do OI. São as chamadas Seções, atualizadas semanalmente, e apontam o que merece destaque nas coberturas jornalísticas feitas pela mídia.

- **Projeto Credibilidade**

O “Projeto Credibilidade”, uma iniciativa da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em parceria com a Universidade de Santa Clara (Estados Unidos), que propõe a checagem responsável de notícias e informações disponibilizadas na rede mundial de computadores. Nada mais atual em tempos da onda de *fake news* que tem assolado a internet. Atualmente, existe um consórcio de veículos que também faz parte do projeto, desde grandes grupos como a Folha e o UOL até jornais locais como o Jornal de Jundiaí. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o Observatório da Imprensa também são colaboradores.

O Projeto Credibilidade checa quais veículos estão fazendo jornalismo de qualidade e, portanto, cumprindo seu papel de compromisso com a cidadania e com a ética. Está em processo de criação um programa de computador de código-aberto para otimizar a checagem de notícias, mas no site já estão disponibilizados todos os requisitos e procedimentos que devem ser seguidos para que um veículo produza reportagens transparentes e verdadeiras. Ademais, há uma pesquisa acadêmica comparativa feita com jornalistas brasileiros, americanos e europeus sobre as suas visões acerca do jornalismo que eles mesmos fazem.

- **Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas e sistemas**

Criado em 2006, O Observatório da mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência é um grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E, desde 2009, está vinculado à Universidade Federal do

Espírito Santo (UFES).

A partir do grupo de estudos, surgiu o observatório de mídia. Dentre os trabalhos desenvolvidos, há a pesquisa, elaboração e execução de cursos de capacitação sobre a cobertura responsável com base nos direitos humanos. O Observatório ainda organiza seminários temáticos envolvendo política, relações internacionais e responsabilidade no campo da publicidade, sobretudo para crianças.

O grupo conta com quinze observadores, e é composto prioritariamente por estudantes bolsistas de jornalismo e publicidade, há ainda dez professores-pesquisadores e mais três jornalistas profissionais. O objetivo do grupo é “acompanhar se a produção midiática está de acordo com o respeito, a promoção e a proteção dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.”.

O site é dividido em seções e feito em plataforma gratuita, a Wix. Há uma seção de clipping de notícias relevantes envolvendo a mídia e aquelas produzidas pelo próprio grupo. Em outra, há sugestões de outros projetos de análise de mídia com os respectivos links. Interessante destacar que há o ícone de Creative Commons oficializando que é permitido o uso do conteúdo do observatório desde que citada a fonte. Já na seção Agenda, são informadas as datas dos últimos eventos promovidos pelo grupo.

Na seção Quem somos, resumidamente são explicados os três pilares centrais do observatório: a difusão de conhecimento, a leitura crítica e a elaboração de pesquisas. Os resultados dessas pesquisas são disponibilizados em outra aba do site. Algumas abordam, por exemplo, a publicidade infantil, a educação para a mídia, a cobertura jornalística de saúde e o diagnóstico do direito à informação pública no Brasil. Na página Legislação, há um compilado de leis que embasam os direitos humanos no país. Já na página Denuncie, os cidadãos podem escrever alguma irregularidade que eles tenham observado na mídia para que o grupo de pesquisa possa apurar. Por fim, há o Fale Conosco, com os telefones e e-mail de contato do observatório.

- **ANDI**

Os jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein, apoiados por outros colaboradores, deram início às atividades da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). Criada em 1993, a ANDI é outra organização a promover uma comunicação pautada pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento sustentável, seja nas faculdades, seja nas

empresas ou nos poderes públicos. O contexto de surgimento da ANDI vai ao encontro da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que passava a assegurar a democracia e dava um salto na proteção de minorias como crianças, adolescentes e idosos. A legislação os respaldou ainda mais com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Estatuto do Idoso (EI).

Estudos da ANDI logo evidenciaram uma mídia brasileira negligente sobre a questão das crianças e adolescentes, não retratando-os como sujeitos de direito e cidadãos. Uma imprensa desatenta a esta mesma realidade, e com dificuldades para construir para si mesma uma cultura de investigação jornalística na qual os meninos e as meninas pudessem ser trazidos à agenda pública como sujeitos de direito.

Ao longo de sua história, foram publicados no site extensas análises sobre a cobertura da mídia. A ANDI aponta, por exemplo, como a infância, os usuários de drogas, a Amazônia, os direitos humanos, as políticas públicas de comunicação, etc., são retratados (ou violados) pela mídia. Além de apontar e criticar, a organização também pesquisa e publiciza caminhos para uma mídia cidadã e eticamente respaldada pela legislação, seja promovendo seminários, seja fazendo relatórios.

A ANDI atua em três questões principais: Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação. A partir desses três grandes temas, existem subtópicos que merecem estudos e análises específicos. Todos os relatórios produzidos são disponibilizados gratuitamente para *download* no site da instituição. Assim como outros similares, há uma seção de *clipping* de notícias relevantes na home page, uma área com a legislação já compilada, além de alguns guias criados especialmente para jornalistas e para o exercício de uma cobertura responsável.

### **4.3 Sondagem de Público**

Conhecer as visões de mundo, as preferências, os anseios do público com o qual se deseja estabelecer relações é fundamental para qualquer projeto. As chamadas *surveys* ou sondagens de público não são formais como aquelas realizadas por institutos de estatística, mas servem para obter-se um panorama geral do público em um trabalho acadêmico. Uma *survey* envolve uma série de questionamentos (com alternativas, ou não, para as respostas) para que o respondente possa manifestar suas escolhas. Optamos por fazer a sondagem de

público por meio de formulário eletrônico no serviço, gratuito, Google Forms. A propagação do formulário ocorreu por compartilhamento em mídias sociais e ele também foi publicado no site da Agência Conexões, entre julho e setembro de 2017. Como relatado em tópico anterior, descrevemos os principais resultados e, nos apêndices deste trabalho, há a íntegra do formulário.

#### **4.4 Definição dos Projetos Editorial e Gráfico**

Algo rotineiro quando tratamos de veículos de mídia é a criação dos projetos editorial e gráfico. O primeiro se refere ao conteúdo. O segundo se refere à estética adequada com a qual o conteúdo será apresentado ao leitor. Os detalhes técnicos e aprofundados estão disponíveis no capítulo sobre o produto final. O produto final é o piloto do observatório, e, portanto, está aberto a adaptações futuras.

A estruturação do projeto editorial ocorreu por meio de reuniões de orientação nas quais fomos planejando esboços de conteúdos para o site. Inicialmente, pensamos o site como repositório para os relatórios semestrais. Com o decorrer das orientações, pensamos em outras possibilidades de conteúdo como a produção de multimídias com os resultados mais relevantes e o desenvolvimento de atividades de leitura crítica da mídia para os grupos de interesse.

A parte estética e gráfica foi baseada em reuniões coletivas e desenvolvida a várias mãos. Pensamos coletivamente a ideia para a logomarca, a escolha das cores, tipologia, aplicações, etc. Enquanto o site foi programado baseando-se em um esquema debatido com a web designer para que ele fosse responsivo tanto em computadores quanto em dispositivos móveis.

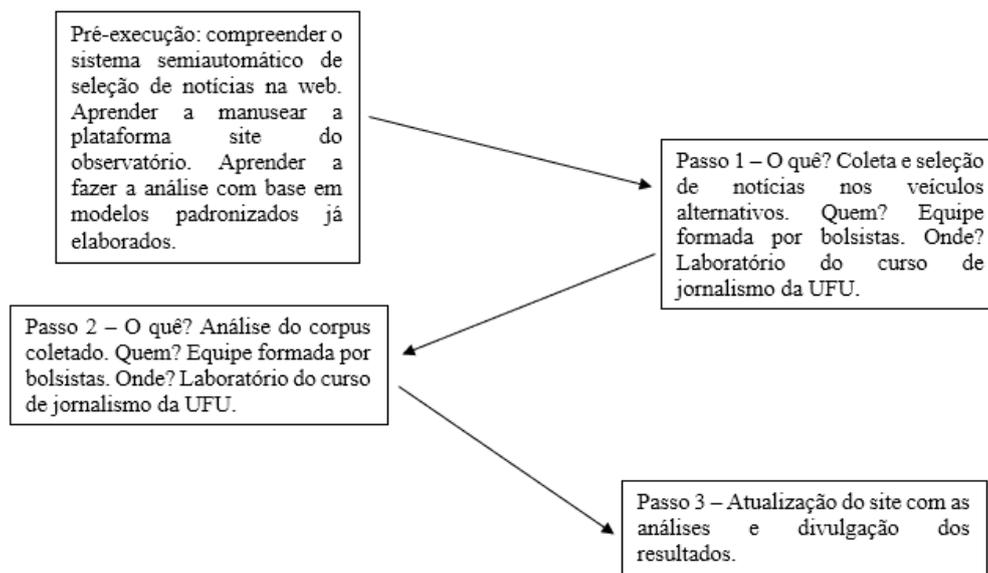
#### **4.5 Fluxograma de Trabalho**

Ao se trabalhar com um observatório de mídia, algumas etapas da rotina de trabalho irão se repetir ao longo do tempo. Como nossa proposta é criar o Luminar e oferecer condições para que sua produção prossiga, consideramos necessário estabelecer um fluxo de

trabalho. De acordo com Martinez e Esteves (2003), indicar as atividades importantes de um processo, por meio de um fluxograma, pode otimizar o desenvolvimento das etapas. Essa metodologia de gestão é melhor compreendida visualmente por um fluxograma, ou seja, uma representação gráfica com símbolos que indicam como as etapas se relacionam.

De acordo com Fonseca (2016), os fluxogramas se popularizaram na área de tecnologia, computação e desenvolvimento de sistemas, mas também em áreas administrativas para se “ver” melhor os processos antes de operá-los. Os fluxogramas feitos utilizando-se símbolos. Cada símbolo possui um significado e indica o fluxo de observação das atividades. A partir de Martinez e Esteves (2003 apud FONSECA, 2016), na metodologia foi criado um padrão próprio para representar um processo chamado de “mapa de processo”.

Figura 10 - Esquema de rotinas produtivas



Fonte: Elaboração própria.

A intenção é que esses passos possam ser realizados e renovados anualmente, firmando parceria com disciplinas do curso de graduação em Jornalismo da UFU, para que o Luminar possa oferecer conteúdo atualizado periodicamente. Relatórios semestrais com os resultados das análises serão publicados, conforme descrito anteriormente, no projeto editorial do site.

#### 4.6 Corpus de Análise

Para determinar o corpus no grande universo de sites com conteúdo jornalístico considerado alternativo, foi utilizado um critério objetivo: a quantidade, em ordem decrescente, de internautas que fazem parte da página oficial de cada veículo na rede social Facebook. Pressupõe-se que com uma maior quantidade de internautas seguindo os conteúdos de um site específico de notícias, maior é o alcance das publicações e, conseqüentemente, maior também é a sua audiência e expressividade. Importante destacar que não há predileção por algum viés político-ideológico na escolha dos veículos.

Tabela 2 - Quantidade de internautas que “curtem” cada veículo

Nome do veículo	Número de “curtidas” na página oficial no Facebook em setembro de 2017
Mídia Ninja	1.618.525
Pragmatismo Político	1.149.606
Jornalistas Livres	885.606
Implicante	773.101
O Cafezinho	457.262
Spotniks	383.975
Nexo	357.239
Falando Verdades	288.467

A Pública	173.522
Think Olga	174.111
Repórter Brasil	168.195
Revista AzMina	125.601
Ponte Jornalismo	103.227
Projeto Draft	93.089
Senso Incomum	81.449
Jornal GGN	69.172
Mídia Sem Máscara	63.573
Aos Fatos	28.479
Calle2	17.556
Risca Faca	11.478
Amazônia Real	14.193
A Escotilha	8.086

Fonte: Produção própria.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 205), é utilizada a observação direta intensiva não participante sobre o corpus. As reportagens são caracterizadas por um maior tempo de apuração e contato com as fontes, por exemplo, do que em uma nota de serviço.

A escolha do corpus não foi nada fácil. Se por um lado os veículos comerciais publicam uma verdadeira enxurrada de informações a cada segundo na web, a mídia

alternativa brasileira faz um trabalho sem os mesmos suportes financeiros e sem os aparatos tecnológicos dos grandes grupos de mídia. Inclusive, alguns veículos alternativos sobrevivem de doações via financiamento coletivo, o *crowdfunding*. Alguns sites alternativos trabalham com grandes reportagens e outros tratam de assuntos muito específicos como o Amazônia Real que aborda o meio ambiente, esse cenário implica em um número menor de publicações diárias.

#### **4.7 Definição do Sistema de Monitoramento**

Foi realizado um levantamento de produtos e veículos jornalísticos em circulação para delimitar o universo a ser monitorado, por fim, foram analisadas as coberturas dos veículos reunindo um conjunto de dados quantitativos e qualitativos que nos possibilitam a criação de um website para armazenar tais informações. A análise baseou-se nas publicações selecionadas em determinado momento temporal, além disso, previamente foi trabalhado um sistema automático de monitoramento de coleta e foram feitos testes.

Escolhemos as palavras-chave mais relevantes e com maior probabilidade de estarem contidas em uma notícia sobre políticas públicas e, então, especificamos em quais sites jornalísticos o programa deveria localizá-las. Experimentalmente, começamos com alguns possíveis programas que poderiam cumprir melhor a tarefa: o sistema de monitoramento integrado da plataforma Twitter, o Google Alertas e o IFTTT. Após uma fase de testes, optamos pelo Google Alertas.

Para descobrir notícias recentes (das últimas semanas) publicadas pelos veículos sobre algum assunto em específico, basta utilizar o Google Alertas e escolher a palavra-chave desejada. O buscador elencará os resultados correspondentes, ficando a cargo de quem pesquisa um refinamento maior e um trabalho efetivamente manual.

Por outro lado, no buscador convencional do Google essa tarefa fica mais fácil, pois é possível determinar um veículo em específico (não a totalidade genérica), combinando ainda com palavras-chave e um espaço de tempo delimitado.

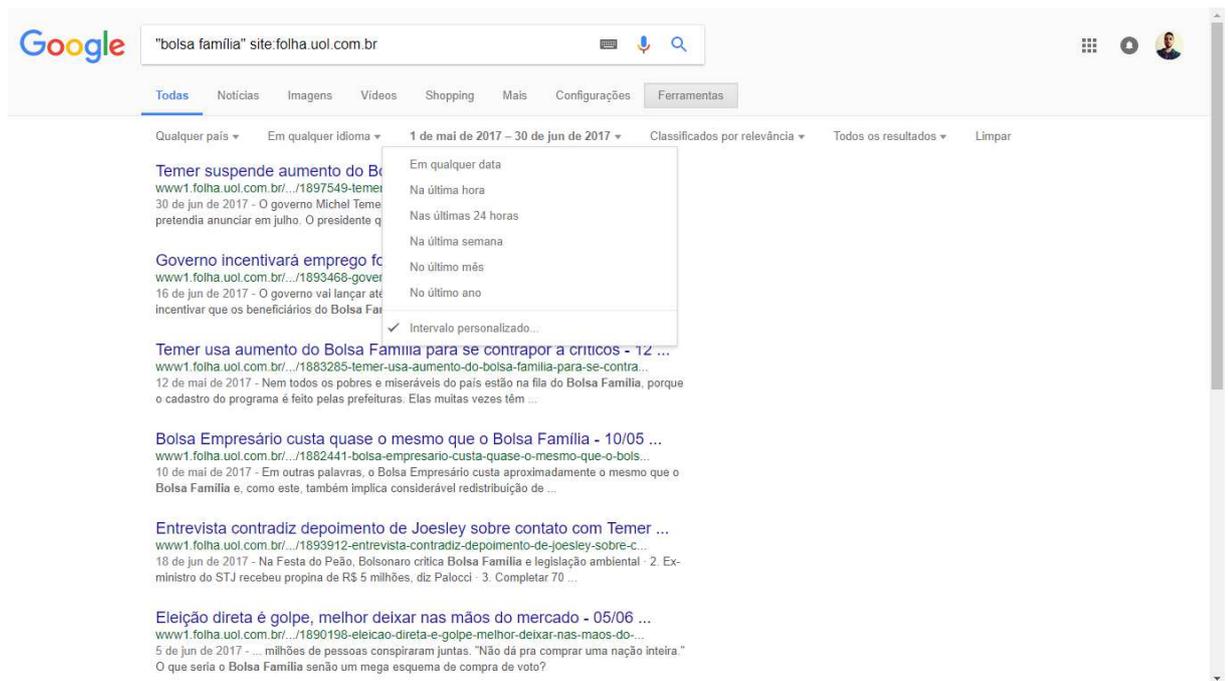
Segue um exemplo para ilustrar o procedimento. Exemplo: desejo saber quais notícias com a temática “bolsa família” foram publicadas no site da Folha de São Paulo, no mês de junho de 2017. Como fazer?

Primeiramente, é necessário abrir a URL do Google ([google.com.br](http://google.com.br)). No campo

de busca, digitar “bolsa família”. Observação: quando se digita uma palavra-chave entre aspas no Google o buscador vai mostrar somente resultados que contenham exatamente o texto digitado. Tentar também sem as aspas é uma alternativa, pois os resultados podem ser melhores. Para que os resultados venham da Folha de São Paulo, basta digitar na frente, **site:folha.uol.com.br**.

Por fim, para estabelecer o recorte temporal desejado, é preciso clicar em “Ferramentas” e, em seguida, desativar a opção “Em qualquer data” e trocar para “Intervalo Personalizado”. Feito isso, basta escolher o intervalo de tempo desejado e os resultados irão surgir. Óbvio que os algoritmos do Google ainda não superaram a capacidade de discernimento dos seres humanos, portanto, ainda é preciso ser criterioso ao filtrar o conteúdo.

Figura 11 - Captura de tela do serviço Google Alertas



Fonte: Elaboração própria.

Apresentamos a seguir alguns dos veículos passíveis de serem monitorados como parte da mídia alternativa: Mídia Ninja, Pragmatismo Político, Jornalistas Livres, Implicante, O Cafezinho, Spotnicks, Nexo, Falando Verdades, A Pública, Think Olga, Repórter Brasil, Revista AzMina, Ponte Jornalismo, Projeto Draft, Senso Incomum, Jornal GGN, Mídia Sem Máscara, Aos Fatos, Calle 2, Risca faça, Amazônia Real, A Escotilha. Esses veículos foram

escolhidos prioritariamente com base no critério da relevância, por serem os mais famosos e conhecidos veículos alternativos brasileiros. Levantamos a quantidade de internautas que acompanham as fanpages dos veículos alternativos no Facebook (maior mídia social do mundo).

Como dito anteriormente, um observatório deve contemplar a categorização de elementos para coleta de dados e melhor análise posterior. Começamos com a categorização baseada em nomes de programas de políticas públicas sociais mais relevantes e conhecidas mantidas pelo Governo Federal brasileiro. Educação: Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade Para Todos (ProUni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), cotas e ações afirmativas. Saúde: Sistema Único de Saúde (SUS). Habitação: Minha Casa, Minha Vida. Trabalho: salário mínimo.

O sistema faz a chamada “raspagem de dados”, ou seja, um programa de computador, automaticamente, mediante comandos determinados, é capaz de coletar os dados da pesquisa. Na web existem ferramentas pagas que, mediante uma assinatura, fazem o monitoramento automático como no caso do NewsMonitor e do Klipbox. Também é possível criar um sistema de monitoramento pessoal sem custos utilizando o Google Alerta, que foi o escolhido.

Sabendo quais sites de mídia seriam coletados, foi estabelecida a palavra-chave “Minha Casa, Minha vida” com parâmetros para os testes prévios, a fim de apresentarmos alguns resultados encontrados já durante a qualificação. Observou-se em todos os serviços de monitoramento que a oferta de notícias na grande mídia é muito mais extensa do que na mídia alternativa. A mídia tradicional produz informação em maior quantidade e os serviços de raspagem de dados conseguem coletá-la com mais eficácia. Por outro lado, a mídia alternativa produz conteúdos com mais profundidade e menos factualidade. Por esta razão, torna-se mais viável que a coleta de dados para fomentar o site do observatório seja realizado a cada semestre. Dessa forma, haverá volume razoável para as futuras análises dos conteúdos.

Por mais que o sistema tecnológico seja eficiente, nada se compara à compreensão de mundo do ser humano. Portanto, ainda assim é fundamental e indispensável que um indivíduo faça a curadoria do material, separando aquilo que tem relevância daquilo que não tem relevância.

Os recursos de raspagem de dados apresentados são relevantes para otimizar tanto o trabalho da agência quanto do observatório e também de pesquisas de iniciação científica e de mestrado que, invariavelmente, partem de um ponto em comum: recursos virtuais que

encontrem as notícias automaticamente, dispensando o trabalho maçante de um clipping<sup>10</sup> ou de uma coleta de dados manual e demorada. Este trabalho de automatização na rotina do observatório é o pontapé para futuros aperfeiçoamentos. Portanto, cabe aos jornalistas envolvidos neste grande projeto ter em vista o objetivo final dele: o de análise, e não tanto o trabalho manual de encontrar notícias uma a uma em grandes sites e portais pela web.

#### **4.8 Coleta e Análise de Dados**

Feita essa seleção, paetiu-se para a coleta de notícias nos sites escolhidos por meio de recursos que automatizaram a seleção de matérias. Como explicado anteriormente, utilizamos um serviço disponibilizado gratuitamente pelo Google.

Com as notícias escolhidas, foram feitas as leituras preliminares de todas elas com base no que diz Severino (2002) sobre análise textual (preparação do texto), análise temática (compreensão do texto) e análise interpretativa (interpretação do texto). Para aí então, atentando ao conteúdo das matérias, poder extrair delas os dados mais importantes para compor tabelas, cujos tópicos estão detalhados no capítulo de dados sobre o produto final. De posse das tabelas prontas, é possível extrair análises quantitativas sobre as matérias produzidas pela mídia alternativa e, o que é mais interessante, isso abre espaço para o cruzamento de dados com os resultados obtidos pelas análises feitas a partir da grande mídia.

Enfim, esse cruzamento de dados referenciado nas mais diferentes variáveis (temáticas de políticas públicas, épocas do ano pré-estabelecidas, espaço temporal, eventos cotidianos e periódicos tais como eleições e trocas de cadeiras nos poderes executivos e legislativos, etc.) pode resultar em situações e produtos interessantes. De posse desses resultados, podemos divulgá-los por meio de relatórios e também nas mídias sociais e no site do observatório com produções multimídias como pílulas de áudio e de vídeo de modo a transformar a análise acadêmica em algo mais didático e acessível a um público mais amplo e diversificado.

Devem ser observados ainda os recursos estilísticos de redação de cada um dos veículos para compreender as linhas editoriais seguidas e se existem determinações, normas e prerrogativas relacionadas à publicação de informações com viés alternativo. Os próprios manuais de redação na mídia tradicional, por exemplo, servem de guia aos jornalistas sobre as

---

<sup>10</sup> Compilação do que foi veiculado na mídia sobre um determinado assunto em um período pré-estabelecido.

formas de abordar determinados assuntos em uma empresa jornalística. Embora, os veículos da mídia alternativa não possuam formalmente manuais de redação, o viés político é muito mais explícito que na mídia comum que tende a “vender” um posicionamento de uma (impossível) imparcialidade.

A opção por utilizar matérias distintas sobre cada temática visa evidenciar que, a depender do contexto e do veículo, uma política pública pode ser noticiada de forma negativa, positiva ou neutra. Para compreender a relação simbiótica entre cultura, sociedade e mídia tendo como ponto central as políticas públicas, Stuart Hall (1997) afirma que a mídia se baseia na visão coletiva de mundo, podendo reforçar estereótipos e se omitir-se diante de assuntos polêmicos para que não haja ruptura com a visão de mundo do leitor.

Por ser esse um campo ainda pouco explorado pela Comunicação, necessita ainda que outros pesquisadores apresentem suas contribuições com futuros trabalhos. Portanto, abre-se caminho para que o corpus apresentado possa ser estendido para outras mídias como, por exemplo, no caso das grandes reportagens, documentários, jornais impressos, etc.

Anteriormente foi apresentado o corpus do trabalho, ou seja, os veículos considerados como alternativos à grande mídia. De maneira objetiva, eles foram categorizados, em ordem decrescente, de acordo com o número de internautas, cadastrados na rede social Facebook, que optaram por “curtir” as suas respectivas páginas. Esse ato de “curtir” representa que o usuário está interessado em visualizar atualizações (notícias em texto, fotos, vídeos, etc.) de determinado veículo assim que houver alguma atualização.

Fizemos o levantamento de 22 veículos, posteriormente, utilizamos algumas simulações de resultados com base em palavras-chave. Para a escolha de palavras-chave, optamos por temas relevantes no campo das políticas públicas, capazes de impactar uma parte da população brasileira e que, evidentemente, fossem relevantes para essa parcela de cidadãos. Dentre os grandes grupos de políticas-públicas sociais (conforme visto em capítulo anterior), citamos: saúde, educação, moradia e trabalho. Tais termos são muito genéricos e não seriam suficientes para serem utilizados na filtragem de notícias relevantes. Para contornar tal dificuldade, operacionalizamos a terminologia instituída pelo Governo Federal, para cada grande grupo, através de planos, metas, objetivos e ações. Desse modo, esses planos de governo específicos tornaram-se as palavras-chave. A primeira delas é o Sistema Único de Saúde (SUS) que gerencia toda a questão médica e hospitalar do país, desde a atenção básica, até o planejamento de ações nacionais como campanhas de imunizações, etc. Sobre a habitação, o Governo Federal fomenta o programa “Minha Casa, Minha Vida” que subsidia parte do valor de imóveis para pessoas de baixa renda. No campo da Educação, a pasta

responsável pelos programas e ações é o Ministério da Educação (MEC), como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Financiamento Estudantil (Fies), etc. e, como são várias as ações relacionadas a esse Órgão, optamos por fazer a pesquisa com a sigla do próprio ministério: MEC. Por fim, o salário mínimo, que é o padrão econômico de renda no Brasil, foi utilizado como referência para buscas relacionadas a políticas públicas voltadas ao trabalho.

Na tabela a seguir, há a quantidade de matérias encontradas em cada veículo de acordo com o tema, compreendendo o primeiro semestre do ano (de janeiro a julho de 2017), nos 22 veículos alternativos mais “curtidos” no Facebook. Importante frisar que, durante a busca, já foram excluídos aqueles resultados chamados de irrelevantes, isto é, de modo objetivo classificamos um conteúdo dessa forma quando apenas o nome da política pública é citado, mas o foco da notícia está relacionado a um assunto completamente diferente. Além disso, quando uma mesma notícia tratava de mais de uma política, ela foi contabilizada apenas uma única vez. Para isso, foi observado nessas notícias qual política foi mais abordada no texto, operando-se a mensuração por meio da inserção de linhas.

Tabela 3 - Quantidade de matérias por veículo e por temática

	<b>Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>Minha Casa, Minha Vida</b>	<b>Salário Mínimo</b>	<b>Ministério da Educação (MEC)</b>
Mídia Ninja	3	2	1	3
Pragmatismo Político	4	2	5	9
Jornalistas Livres	4	7	3	1
Implicante	1	1	1	4
O Cafezinho	2	3	2	6
Spotniks	1	1	3	1
Nexo	13	4	2	9
Falando Verdades	1	2	8	1
A Pública	2	3	4	-
Think Olga	-	-	-	-
Repórter Brasil	-	-	4	-
Revista AzMina	3	-	-	

Ponte Jornalismo	-	1	-	-
Projeto Draft	-	1	-	-
Senso Incomum	-	-	1	-
Jornal GGN	20	3	12	22
Mídia Sem Máscara	1	-	-	-
Aos Fatos	2	-	-	-
Calle2	-	-	-	-
Risca Faca	-	-	-	-
A Escotilha	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>30</b>	<b>46</b>	<b>56</b>

Fonte: Elaboração própria.

Com o levantamento quantitativo realizado, passamos então para as análises em meio a um corpus grande que totalizou 189 notícias, apenas no primeiro semestre do ano. Para refiná-lo ainda mais, utilizamos como critério de análise a aleatoriedade. Ou seja, de maneira randômica e independente da vontade do pesquisador. Para isso, foi realizado um sorteio por meio de um site (Sorteador.com.br) que automaticamente gerou um número e cada número se referindo a uma matéria. Por exemplo, dentre as 57 notícias relacionadas ao SUS, foram selecionadas seis. A princípio, tinha-se a intenção de selecionar ao menos uma notícia por mês com determinada temática, entretanto, foi observado que, em alguns meses, havia grande produção de matérias sobre saúde, por exemplo, enquanto em outros meses não havia quase nenhuma produção desse tipo. Como este trabalho está sujeito a uma futura lapidação, com o funcionamento efetivo do observatório, esses números e critérios podem ser revistos. Por fim, foram analisadas 24 matérias, sendo seis de cada temática. Abaixo, segue nosso instrumento de análise e seus principais resultados.

Tabela 4 - Quadro metodológico adotado na análise

	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
<b>MATÉRIA</b>		Represen-	Represen-	Positiva ()	Sim ()

01:		tantes governamentais: Sociedade civil: Outros:	tantes governamentais: Sociedade civil: Outros:	Negativa () Neutra ()	Não ()
-----	--	---	---	--------------------------	--------

Fonte: SOUZA et al., 2015, p. 11.

Em fatos geradores temos uma síntese do que trata a notícia. Os sujeitos mencionados são as fontes que embasam as informações e os sujeitos ouvidos são aquelas fontes que de fato se pronunciam na matéria. Sobre a abordagem, a política pública pode ser representada de forma positiva pelo veículo, de forma negativa ou de forma neutra. Por fim, uma matéria se torna destaque quando visualmente conseguimos identificar relevância no posicionamento por ela expresso no site do veículo. Por exemplo, quando ela aparece na lista das mais lidas ou então quando está na página principal (*home page*) do veículo.

A partir da aplicação desse quadro na observação da análise das notícias, os resultados obtidos foram sistematizados em um quadro que sintetiza nossas descobertas. Destaca-se que as tabelas de análises individualizadas para cada matéria sorteada encontram-se como apêndice ao final deste trabalho.

Tabela 5 - Notícias por política, por mês no período analisado

	Saúde	Habitação	Trabalho e Renda	Educação
Janeiro	10	2	11	8
Fevereiro	5	6	4	11
Março	11	5	10	3

Abril	5	3	8	13
Maio	7	4	3	4
Junho	7	7	2	7
Julho	12	3	8	10
Total	57	30	46	56

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 6 - Notícias por política, por jornal, no período analisado

	<b>Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>Minha Casa, Minha Vida</b>	<b>Salário Mínimo</b>	<b>Ministério da Educação (MEC)</b>
Mídia Ninja	3	2	1	3
Pragmatismo Político	4	2	5	9
Jornalistas Livres	4	7	3	1
Implicante	1	1	1	4
O Cafezinho	2	3	2	6
Spotniks	1	1	3	1
Nexo	13	4	2	9

Falando Verdades	1	2	8	1
A Pública	2	3	4	-
Think Olga	-	-	-	-
Repórter Brasil	-	-	4	-
Revista AzMina	3	-	-	
Ponte Jornalismo	-	1	-	-
Projeto Draft	-	1	-	-
Senso Incomum	-	-	1	-
Jornal GGN	20	3	12	22
Mídia Sem Máscara	1	-	-	-
Aos Fatos	2	-	-	-
Calle2	-	-	-	-
Risca Faca	-	-	-	-
A Escotilha	-	-	-	-



A Públi- ca								
Think Olga								
Repór- ter Brasil								
Revis- ta AzMi- na								
Ponte Jornali smo								
Proje- to Draft								
Senso Inco- mum								
Jornal GGN	3	4	2	5	1	3	4	22
Mídia Sem Máscara								
Aos Fatos								
Calle2								
Risca Faca								

A Escotilha								
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 8 - Notícias sobre Habitação

Habitação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Total (30)
Mídia Ninja						2		2
Pragmatismo Político		2						2
Jornalistas Livres	1	1		1		3	1	7
Implicante			1					1
O Cafezinho			1		2			3
Spotniks	1							1
Nexo		1	2	1				4
Falando Verdades					1		1	2

A Pública		1	1	1				3
Think Olga								
Repórter Brasil								
Revista AzMina								
Ponte Jornalismo						1		1
Projeto Draft					1			1
Senso Incomum								
Jornal GGN		1				1	1	3
Mídia Sem Máscara								
Aos Fatos								
Calle2								
Risca Faca								
A Escotilha								

Fonte: Luminar, 2018.



Revista AzMina				1	1		1	3
Ponte Jornalismo								
Projeto Draft								
Senso Incomum								
Jornal GGN	5	3	3		1	4	4	20
Mídia Sem Máscara							1	1
Aos Fatos			1				1	2
Calle2								
Risca Faca								
A Escotilha								

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 10 - Notícias sobre Trabalho

Trabalho	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>46</b>
----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	-----------

Mídia Ninja					1			1
Pragmatismo Político	2		2				1	5
Jornalistas Livres						2	1	3
Implicante	1							1
O Cafezinho		1					1	2
Spotniks	1	1		1				3
Nexo	1			1				2
Falando Verdades	3			1	1		3	8
A Pública		1	2				1	4
Think Olga								
Repórter Brasil	1	1	1				1	4
Revista AzMina								
Ponte Jornalismo								

Projeto Draft								
Senso Incomum			1					1
Jornal GGN	2		4	5	1			12
Mídia Sem Máscara								
Aos Fatos								
Calle2								
Risca Faca								
A Escotilha								

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 11 - Análise Qualitativa - Quadro Geral - Alternativos

<b>Número total de matérias</b>	<b>Temáticas</b>	<b>Sujeitos mencionados (número de vezes)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (número de vezes que as fontes foram ouvidas)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>

24	Habitação ; Saúde; Educação ; Trabalho e renda.	Representantes governamentais: 38 Sociedade civil: 35 Especialistas: 15 Outros: 25	Representantes governamentais : 28 Sociedade civil: 4 Especialistas: 16 Outros: 24	Positiva: 1 Negativa: 19 Neutra: 4	Sim: 24 Não: 0
----	--	---	---	--	-------------------

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 12 - Análise Qualitativa - Educação - Alternativos

<b>Número total de matérias</b>	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
---------------------------------	-----------------	------------------------	--------------------------------------	----------------------------------	------------------	-----------------

6	Educação	<p>Reportagem aponta gastos com o programa Ciência Sem Fronteiras. Falta de recursos para emissões de passaportes será suprida com cortes de gastos na educação. Reportagem mostra anúncio da Reforma do Ensino Médio. Reportagem mostra anúncio da Reforma do Ensino Médio. Influenciadores digitais são contratados por agência de publicidade do Governo Federal para apoiarem o Novo Ensino Médio. Reportagem aponta possíveis consequências com o encerramen</p>	<p>Representantes governamentais:10 Sociedade civil: 6 Especialistas: 2 Outros: 4</p>	<p>Representantes governamentais: 7 Sociedade civil: 1 Especialistas: 3 Outros: 2</p>	<p>Positiva: 1 Negativa: 1 Neutra: 4</p>	<p>Sim: 6 Não: 0</p>
---	----------	---	---	---	--	--------------------------

		<p>-to do Ciência Sem Fronteiras. Regras do Financia- mento Estudantil são revistas.</p>				
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 13 - Análise Qualitativa - Habitação - Alternativos

<b>Núme-ro total de maté-rias</b>	<b>Temá-tica</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Aborda-gem</b>	<b>Destaque-s</b>
-----------------------------------	------------------	------------------------	--------------------------------------	----------------------------------	-------------------	-------------------

6	Habitação	<p>MTST faz manifestação, em São Paulo, em defesa das políticas públicas de habitação como o Minha Casa Minha Vida. Governo Temer revê as regras de concessão de benefício via programa Minha Casa Minha Vida. Reportagem indica maiores gastos com programas empresariais do que com programas sociais durante os governos de Lula e de Dilma. O Programa de Aceleração do Crescimento (do qual o Minha Casa Minha Vida faz</p>	<p>Representantes governamentais: 7 Sociedade civil: 7 Especialistas: 3 Outros: 4</p>	<p>Representantes governamentais: 2 Sociedade civil: 0 Especialistas: 3 Outros: 4</p>	<p>Positiva: 0 Negativa: 6 Neutra: 0</p>	<p>Sim: 6 Não: 0</p>
---	-----------	--	---	---	--	--------------------------

		<p>parte), está sendo deixado de lado por Temer. MTST organiza manifestação contra medidas adotadas por Temer para o Minha Casa Minha Vida. Mulheres são minoria como proprietárias de imóveis em São Paulo, aponta pesquisa.</p>				
--	--	---	--	--	--	--

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 14 - Análise Qualitativa - Saúde - Alternativos

<b>Núme- -ro total de maté- rias</b>	<b>Temá- -tica</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Aborda- gem</b>	<b>Destá- ques</b>
--	------------------------	----------------------------	--	--	------------------------	------------------------

6	Saúde	<p>Como a PEC do Tetos de Gastos pode impactar a qualidade da saúde. Corte de verbas para o Hospital São Paulo. Governo propõe alterações no Programa Saúde da Família. Ministro da Saúde defende contenção de gastos com menos exames considerados por ele como “desnecessários”. Ato, em São Paulo, no Dia Internacional da Saúde, apresenta os problemas na área. Ministro da Saúde declara que falta da presença das mães em casa controlando a alimentação dos filhos, gera casos de obesidade.</p>	<p>Representantes governamentais: 13 Sociedade civil: 7 Especialistas: 9 Outros: 2</p>	<p>Representantes governamentais: 4 Sociedade civil: 3 Especialistas: 9 Outros: 0</p>	<p>Positiva: 0 Negativa: 6 Neutra: 0</p>	<p>Sim: 6 Não: 0</p>
---	-------	--	--	---	--	--------------------------

Fonte: Luminar, 2018.

Tabela 15 - Análise Qualitativa - Trabalho - Alternativos

<b>Número total de matérias</b>	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
---------------------------------	-----------------	------------------------	--------------------------------------	----------------------------------	------------------	-----------------

6	Trabalho/economia doméstica	<p>Pensionistas do INSS poderão receber menos de um salário mínimo com a Reforma da Previdência. O salário mínimo estabelecido para 2017 não supre as perdas da inflação do ano anterior. O reajuste do salário mínimo ficou abaixo da inflação. A aplicação da Emenda. Reportagem checa a veracidade da afirmação do Presidente Temer, se os que mais recebem são</p>	<p>Representantes governamentais: 7 Sociedade civil: 7 Especialistas: 3 Outros: 4</p>	<p>Representantes governamentais: 2 Sociedade civil: 0 Especialistas: 3 Outros: 4</p>	<p>Positiva: 0 Negativa: 6 Neutra: 0</p>	<p>Sim: 6 Não: 0</p>
---	-----------------------------	--	---	---	--	--------------------------

		<p>contrários à Reforma da Previdência. O reajuste do salário mínimo de 2017 ficou abaixo da inflação do ano anterior. Ex-Presidente Lula afirma que os mais pobres serão os mais afetados com a Reforma da Previdência. A matéria checa a informação.</p>				
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Luminar, 2018.

Observamos, pelos resultados quantitativos, que a cobertura das políticas públicas pela mídia alternativa brasileira apresenta algumas características em comum. O País atravessa um momento sombrio de instabilidade política e econômica. Em momentos assim, é preponderante que haja a luz da informação e do direito à liberdade de expressão. Então, eis o nosso convite: façamos iluminar, façamos do Observatório Luminar um farol de análises em meio à escuridão das *fake news*. A mídia, seja ela alternativa ou não, faz pulsar a democracia. A imprensa livre e o jornalismo socialmente justo e responsável são um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

A história recente do Brasil nos apresenta uma realidade na qual a informação correta se apresenta como fundamental para o enfrentamento desses momentos de crise. A destituição de uma Presidenta, o surgimento de um governo de transição marcado por polêmicas, denúncias, conchavos e todo o tipo de alianças para que projetos impactantes sejam aprovados como, por exemplo, no caso da Reforma da Previdência, da Base Nacional Comum Curricular, da Emenda Constitucional que limita os gastos públicos, etc. A cada dia, um novo escândalo, uma nova delação premiada, uma nova empreiteira no olho do furacão, a cada dia, novas denúncias de corrupção e desvio de verbas públicas. A economia caminha a passos lentos, embora os aumentos de preços sejam rápidos, assim como o congelamento do salário mínimo, a epidemia de febre amarela, a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro... Em poucas linhas, uma avalanche de acontecimentos que impactam a vida de todos os brasileiros. Uma avalanche de acontecimentos que impactam as políticas públicas.

Como é sabido, os gestores públicos têm papel importante ao traçarem estratégias de destinação de recursos para as políticas públicas. Às vésperas de eleições gerais nas quais as cadeiras dos poderes Executivo e Legislativo Estaduais e Federais vão ser novamente preenchidas, a população deve ser informada sobre como as políticas públicas fazem parte do seu dia a dia. A mídia, portanto, é um dos meios dessa população se informar sobre esse assunto.

A partir das tabelas elencadas anteriormente, observamos nos veículos alternativos matérias sobre as políticas públicas cujas abordagens geralmente são negativas. Ou seja, estão acompanhadas de críticas à forma como tais políticas estão sendo conduzidas ao não beneficiar quem deveria ou ao limitar e modificar regras para concessão de benefícios, deixando-as mais rígidas. A postura dos políticos (gestores públicos) quase sempre também é

posta em xeque. Seja por um veículo alternativo de direita ou de esquerda. A postura do governante sempre é passível de críticas. Apenas na temática educação, houve abordagem elogiosa (positiva) nos veículos alternativos.

Os representantes governamentais são os mais citados e também os mais ouvidos. Por outro lado, a sociedade civil é citada, mas não é ouvida na mesma proporção. Ao planejarmos esta pesquisa, nós já gostaríamos de compreender se a constatação de que na grande mídia há um silenciamento da população também se repetiria na mídia alternativa. Como pudemos constatar, a mesma situação se repete. Os especialistas, geralmente profissionais da área, são mais citados e ouvidos do que a própria comunidade que é atendida pelas políticas públicas.

Saúde e educação são os assuntos mais pautados, em seguida aparecem trabalho e renda. Alguns veículos têm tendência a tratar mais de um assunto do que de outro. Outro apontamento interessante está na produção de conteúdo por mês. Mensalmente, há no mínimo alguma reportagem sobre saúde e educação, enquanto que as matérias sobre habitação não são tão frequentes.

#### **4.9 Tratamento dos Dados e Construção dos Materiais de Divulgação**

De posse das tabelas se torna mais viável transformar os dados nelas contidos em informações textuais reflexivas e analíticas. Como dito anteriormente, o observatório será abastecido por relatórios semestrais. Para esta edição zero, foi diagramado um modelo de relatório padrão que poderá ser utilizado e adaptado no futuro. Algumas informações básicas como metodologia e corpus irão se repetir. Além do relatório, no site do Luminar há espaço reservado para conteúdos multimídia, como vídeos com animações e pílulas de áudio, que apresentam, de modo lúdico, informações relevantes tanto da pesquisa quanto das temáticas políticas públicas, leitura crítica de mídia e da forma de atuação de um observatório de mídia.

#### **4.10 Produção do Site**

O site do Luminar está disponível no endereço eletrônico:

<<https://www.observatorioluminar.org/>>. A programação do site foi realizada por uma web designer com base nas solicitações e demandas específicas de seções e abas requisitadas pelo produto. Foi previamente estabelecido que o site poderia ser facilmente alterado mediante acesso via login e senha, para possibilitar a atualização das seções “não-fixas” (multimídias).

## 5 EXEQUIBILIDADE E VIABILIDADE SOCIAL

Para a exequibilidade de um observatório, é necessário o planejamento embasado em uma sondagem de público, que por sua vez, já foi realizada. Importante destacar que o produto aqui proposto não visa ao lucro e será implementado dentro de uma Universidade pública, portanto os custos para sua implementação são reduzidos, tendo em vista toda a estrutura já disponibilizada pela UFU como, por exemplo, computadores, acesso à internet, espaço físico, etc. Entretanto, não podemos ignorar o fato de que mesmo não dependendo de anunciantes, audiência e rentabilidade financeira para se manter, o observatório deve ser relevante socialmente.

Ser socialmente relevante implica em impactar todos os que são beneficiários de políticas públicas, ou seja, a totalidade da população brasileira. Para informar e divulgar os dados obtidos, o observatório deve publicizar sua existência e suas funções por meio de estratégias para o público-alvo. O Luminar presta um serviço de interesse público ao monitorar a situação da mídia alternativa que publica sobre as políticas públicas, sendo isso de interesse tanto de profissionais da mídia quanto dos leitores.

O Luminar não se encerra por aqui. Esperamos que novos colaboradores abracem a ideia do observatório e mantenha-o em funcionamento para a posteridade. Há a intenção de que este trabalho seja adotado como uma das atividades do curso de jornalismo da UFU, seja em alguma disciplina, seja como projeto de pesquisa e extensão. Para isso, assim como ocorre na Agência Conexões e nos grupos dos Programas de Educação, de modo geral, iremos utilizar o processo de tutoria. A tutoria envolve a replicação de conhecimento entre vários níveis. De modo prático, um estudante veterano pode “apadrinhar” um novo colaborador acompanhando-o de perto nas atividades e contribuindo para que ele seja inserido mais rapidamente nas rotinas produtivas do observatório.

Por fim, observatórios de mídia não se sustentam isolados uns dos outros. Em um momento em que a internacionalização é o conceito-chave nas Universidades, nada mais natural do que buscar parcerias com instituições estrangeiras que também abriguem observatórios de mídia, em busca de intercâmbio imaterial (conhecimento) e, porque não, de trocas de talentos. Mas, é claro, também é importante colocar o Luminar em evidência em congressos e eventos nacionais para que haja atualização, conhecimento de novas tendências e trocas de experiências.

- **Orçamento**

A execução do projeto aqui proposto, em nível comercial, exigiria os recursos apresentados a seguir (simulação).

- **Material Permanente**

Tabela 16 - Material permanente

<b>Recursos Materiais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Câmera digital Nikon D3100	04	R\$ 1.689,00	R\$ 6.756,00
Notebook Dell Novo Inspiron 14R	04	R\$ 1.999,00	R\$ 7.996,00
Gravador de áudio portátil Sony ICD-PX312	04	R\$ 128,90	R\$ 515,60
Impressora Multifuncional HP Deskjet Ink Advantage 3546	01	R\$ 359,10	R\$ 359,10
HD Externo Portátil Samsung M3 500GB	01	R\$ 229,00	R\$ 229,00
Pen drive SanDisk Cruzer Blade 32GB	04	R\$ 79,90	R\$ 319,60
Telefone celular Motorola Moto G	04	R\$ 719,90	R\$ 2.879,60
Fone de ouvido Philips Intra-auricular SHE1360	04	R\$ 12,90	R\$ 51,60
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 5.217,70</b>	<b>R\$ 19.105,90</b>

Fonte: Elaboração própria.

- **Material de Consumo**

Tabela 17 - Material de consumo

<b>Recursos Materiais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Vale-transporte	**	R\$ 3,20	**
Combustível Gasolina Comum	**	R\$ 4,88 (o litro)	**
Assinatura de plano de telefonia e internet	01	R\$ 134,90	R\$ 134,90
Crédito para celular pré-pago	04	R\$ 20,00	R\$ 160,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 162,98</b>	<b>**</b>

Fonte: Elaboração própria.

- **Recursos humanos (Custos Fixos)**

Tabela 18 - Recursos humanos (custos fixos)

<b>Recursos Materiais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
Webdesigner/progra- mador	01	R\$ 3.029,00 (piso mensal)	R\$ 3.029,00 (piso mensal)
Jornalista	04	R\$ 1.987,00 (piso mensal)	R\$ 7.948,00
Designer	01	R\$ 515,00 (por peça)	R\$ 515,00 (por peça)
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 4.865,20</b>	<b>R\$ 11.492,00</b>

Fonte: Elaboração própria.

Os itens acima não terão custo, pois de fato o trabalho foi desenvolvido com recursos próprios do pesquisador, com auxílio material da Universidade e também por meio de mediação de parceria entre a orientadora e designer e web designer, por exemplo.

\*\* Não é possível prever os custos com locomoção, pois não existem trajetos confirmados para desenvolver o trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, L.A; HERSHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. E-compós – **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 7, dez, 2006. Disponível em: <[www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos)>. Acesso em: 11 Mai. 2010.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (Orgs.). **Blogs.Com**: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

ANTOUN, Henrique. Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Cibercultural. **Revista Lugar Comum**: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p .235-245, 2009. Disponível em: <<http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/27/13%20Web%202.0%20e%20o%20Futuro%20da%20Sociedade%20Cibercultural.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. 213 p.

BLASIS, Eloísa; ESTIMA, Regina. **Ensinar e aprender no mundo digital**: Línguas e linguagens: Blogs 5, v. 5. São Paulo: Conpec, 2011.

CANELA, Guilherme. Monitoramento de Mídia, Jornalismo e Desenvolvimento. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008, p. 57-74.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2016. 256 p.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EGYPTO, Luiz; MALIN, Mauro. Um Observatório, Mais Observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008, p. 173-183.

FALEIROS, Juliana Leme. "Escola sem Homofobia": Uma Leitura do Programa de Combate à Discriminação Sexual. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio et al (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**: Trajetórias, conquistas e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 99-114.

FUMERO, Antonio et al. **Web 2.0**. Espanha: Omán Impresores, 2007. 134 p. Disponível em: <[http://alondra.udea.edu.co/moodle/pluginfile.php/7021/mod\\_resource/content/0/Libro\\_web\\_2\\_1\\_0.pdf](http://alondra.udea.edu.co/moodle/pluginfile.php/7021/mod_resource/content/0/Libro_web_2_1_0.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Media and Cultural Regulation**. THOMPSON, Kenneth (Org.). Inglaterra: 1997, 23 p.

LOURES, Ângela. Pequena História da Crítica de Mídia no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 157-172.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHO, Simão. **Blog na educação & Manual básico do blogger**. Belo Horizonte, PUC-MG, p. 30, 2007.

MAZETTI, Henrique Moreira. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: **CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 5, 2007. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2007, p. 1 - 15.

PARENTE, Cristiane; PINTO, Manuel. Observatórios de Mídia Enquanto Espaços de Cidadania. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (Orgs.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: Abpeducom, 2017, p. 421-433.

PEREIRA, Luiz Ismael. O Impacto do Debate do Populismo na Teoria Jurídica das Políticas Públicas. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio et al (Org.). **Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias, conquistas e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 31-52.

PORTO, Mauro. A mídia e a avaliação das políticas públicas sociais. In: CANELA, Guilherme. **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, Cap. 5, p. 182-190.

REBOUÇAS, E; CUNHA, P. Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p. 85-93, 2010.

SARAIVA, Flávio Mesquita; CARVALHO, Fátima Franco Oliveira. Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica. In: GANEV, Eliane; SARAIVA, Flávio Mesquita; VIEIRA, Sílvia Valéria (Orgs.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo: Terracota, 2012, p. 31-52.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIQUEIRA, Alexandra; ROTHBERG, Danilo. Crítica de Mídia e Educação para os Meios. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 197-216.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p.20-44, jul/dez 2006.

SOUZA, Bianca Mara Guedes de et al. Políticas sociais e o MGTV – 2ª edição: análise do agendamento das políticas sociais no telejornalismo uberlandense. In: **XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 2016, Salto. São Paulo: Intercom, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Col. Leitura Crítica).

ZAGO, Gabriela da Silva. **Dos Blogs aos Microblogs: Aspectos Históricos, Formatos e Características**. VI Congresso Nacional de História da Mídia, Niterói, maio 2008.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A - Sondagem de Público**

### **Mídia e políticas públicas**

**Colabore com a Conexões - Agência de Notícias de Políticas, Ciências e Educação respondendo esse questionário sobre mídia e políticas públicas. O questionário é composto por três seções e você levará cerca de 5 minutos para respondê-lo. As respostas serão utilizadas para construção de um novo produto da Conexões. Desde já, agradecemos pelo seu tempo e sua atenção!**

**\*Obrigatório**

### **Sobre você**

**Nesta seção você responderá a questões sobre seu perfil sociodemográfico**

**Gênero \***

**Feminino**

**Masculino**

**Outro:**

**Idade \*****Até 14 anos****Entre 15 e 19 anos****Entre 20 e 24 anos****Entre 25 e 29 anos****Entre 30 e 34 anos****Entre 35 e 39 anos****Entre 40 e 44 anos****Entre 45 e 49 anos****Acima de 50 anos****Escolaridade \*****Ensino Fundamental Incompleto****Ensino Fundamental Completo**

**Ensino Médio Incompleto**

**Ensino Médio Completo**

**Superior Incompleto**

**Superior Completo**

**Pós-Graduação**

**Renda \***

**Inferior a um salário mínimo (inferior a R\$ 880,00)**

**De um a três salários mínimos (de R\$ 880,00 a 2.640,00)**

**De quatro a seis salários mínimos (de R\$ 3.520,00 a R\$ 5.280,00)**

**De sete a dez salários mínimos (de R\$ 6.160,00 a R\$8.800,00)**

**Mais de dez salários mínimos (mais de R\$ 8.800,00)**

**Estado onde mora \***

**Escolher**

## **Sobre sua relação com a mídia noticiosa**

**Nesta seção você responderá a questões sobre seu consumo de notícias nas mais diversas mídias.**

**Qual seu principal modo de acesso a notícias? \***

**Escolher**

**Em qual (ais) dos meios abaixo você mais confia para se informar? \***

**Blogs**

**Portais de notícias online**

**Mídias Sociais**

**TV aberta**

**TV fechada**

**Rádio**

**Revistas**

**Jornais impressos**

**Veículos públicos estatais**

**Você se interessa por notícias sobre quais assuntos? \***

**Cidadania**

**Ciência**

**Cultura**

**Economia**

**Educação**

**Entretenimento**

**Política**

**Saúde**

**Serviços**

**Quanto tempo você dedica do seu dia para se informar? \***

**Escolher**

**Você confia nas notícias veiculadas em sites independentes? \***

**Escolher**

**Você confia em propagandas governamentais? \***

**Escolher**

**Com que frequência você ouve rádio? \***

**Escolher**

**Quando você ouve rádio, quanto tempo costuma dedicar a isso por dia? \***

**Escolher**

**Você ouve noticiários por rádio? \***

**Sim**

**Não**

**Você confia nas notícias que são veiculadas pelo rádio? \***

**Escolher**

**Com que frequência você assiste à TV aberta? \***

**Escolher**

**Quando você assiste à TV aberta, quanto tempo costuma dedicar a ela por dia? \***

**Escolher**

**Você assiste noticiários na TV aberta? \***

**Sim**

**Não**

**Você confia em notícias que vê na TV aberta? \***

**Escolher**

**Com que frequência você lê jornal impresso? \***

**Escolher**

**Quando lê jornal impresso quanto tempo costuma dedicar a ele por dia? \***

**Escolher**

**Você lê notícias em jornais impressos? \***

**Sim**

**Não**

**Você confia nas notícias que lê em jornais impressos? \***

**Escolher**

**Com que frequência você acessa a Internet? \***

**Escolher**

**Quando acessa a Internet quanto tempo por dia costuma dedicar a ela? \***

**Escolher**

**Você busca notícias na Internet? \***

**Sim**

**Não**

**Quando busca notícias na Internet onde você as encontra? \***

**Blogs**

**Portais online de jornais impressos**

**Portais online de jornais televisivos**

**Portais de notícias online**

**Sites independentes**

**Perfis de redes sociais**

**Páginas do Facebook**

**Outros**

**Você confia nas notícias que lê online? \***

**Escolher**

**Com que frequência você acessa mídias sociais? (Facebook, Twitter, Instagram etc) \***

**Escolher**

**Quando acessa redes sociais quanto tempo por dia costuma dedicar a elas? \***

**Escolher**

**Você acessa notícias pelas mídias sociais? \***

**Sim**

**Não**

**Você confia nas notícias que lê/ assiste nas mídias sociais? \***

**Escolher**

**Sobre seu interesse por mídia e políticas públicas**

**Nesta seção você responderá a questões sobre políticas públicas e análise de mídia**

**Você se interessa por notícias que tratem de políticas públicas? \***

**Sim**

**Não**

**Sobre quais políticas públicas você tem maior interesse: \***

**Educação**

**Saúde**

**Cidadania**

**Segurança**

**Habitação**

**Outro:**

**Em que meios você costuma se informar sobre políticas públicas? \***

**Rádio**

**TV**

**Jornais Impressos**

**Revistas**

**Internet**

**Redes Sociais**

**Sites independentes**

**Não me informo sobre políticas públicas**

**Outro:**

**Você se interessa por conteúdos que trazem análise da mídia (jornais, revistas, televisão, Internet)? \***

**Sim**

**Não**

**Talvez**

**Através de qual(ais) meio(s) você costuma se informar sobre análise de mídia? \***

**Sites Independentes**

**Veículos Estatais**

**Não me informo sobre análise de mídia**

**Outro:**

**Você teria interesse em um site que trouxesse conteúdos sobre análise da mídia? \***

**Sim**

**Não**

**Talvez**

**Qual seria o formato ideal para esses conteúdos? \***

**Artigos acadêmicos**

**Artigos de opinião**

**Audiovisual**

**Notícias**

**Não sei/ não tenho interesse**

**Outro:**

## APÊNDICE B - Tabelas de Análises Individuais das Matérias Sorteadas

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
MATÉRIA 01: “A partir de 2018, saúde terá uma volta ao passado” - Pragmatismo Político	Saúde (x) Habitação () Economia doméstica () Educação ()	A aplicação da Emenda Constitucional 95 (antiga PEC do Teto de Gastos) prevê o reajuste dos gastos federais pela inflação, o que pode prejudicar a manutenção do SUS.	Representantes governamentais: 2 (Gestão Temer e ministro da Saúde, Ricardo Barros). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 2 (economista Francisco Funcia e professora Laura Feuerwer - USP). Outros:	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0 Especialistas: 2 (economista e professora da USP). Outros:	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

<b>Número total de matérias</b>	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
MATÉRIA 02: “O SUS é necessário! Saúde não é produto pra encher bolso de empresário!”	Saúde (x) Habitação () Economia doméstica () Educação ()	Hospital São Paulo sofre cortes de verbas pelo Ministério da Educação.	Representantes governamentais: 2 (Ministério da Saúde, deputados estaduais).	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 2 (paciente Clarice de	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

” - Jornalistas Livres			Sociedade civil: 2 (pacientes e estudantes da UNIFESP)  Especialista s: diretor do hospital.  Outros: Associação Paulista para o Desenvolvi mento da Medicina (SPDM)	Morais, aluna de medicina Camila Matiuzzi)  Especialista s: diretor do hospital.  Outros:		
------------------------------	--	--	--	---	--	--

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 03: “Governo planeja nova política de saúde básica. O que pode mudar” - Nexo Jornal	Saúde (x) Habitação () Economia doméstica () Educação ()	Governo propõe modificações nas estratégias do programa Saúde da Família. Especialistas são contrários.	Representantes governamentais: 3 (Gestão Temer, Ministério da Saúde e ministro da Saúde, Ricardo Barros).  Sociedade civil: 1 (população)  Especialistas: 6 (ONU, Revista Científica BMJ, Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva),	Representantes governamentais: 2  Sociedade civil: 0  Especialistas: 6  Outros:	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

			<p>Cofen (Conselho Federal de Enfermagem), Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) e o coletivo de professores do Instituto de Medicina Social da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).</p> <p>Outros: 0</p>			
--	--	--	---	--	--	--

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
MATÉRIA 04: “Para Ministro da Saúde, 80% dos exames do SUS são desperdício de dinheiro” - Falando Verdades	Saúde (x) Habitação () Economia doméstica () Educação ()	Ministro da Saúde considera que como a maior parte dos exames de saúde têm resultados normais, isso representa uma perda de dinheiro público, um gasto desnecessário.	Representantes governamentais: 1 (ministro da Saúde, Ricardo Barros). Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 0	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros:	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos</b>	<b>Sujeitos</b>	<b>Sujeitos</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
--	-----------------	--------------	-----------------	-----------------	------------------	------------------

		<b>geradores</b>	<b>mencionados (número)</b>	<b>ouvidos (fontes)</b>	<b>m</b>	
MATÉRIA 05: “O SUS não é mercadoria! Ato em SP defende saúde pública” - Jornalistas Livres	Saúde (x) Habitação () Economia doméstica () Educação ()	No Dia Internacional da Saúde, manifestação popular ocorrida em São Paulo chama a atenção para os problemas enfrentados pela saúde pública no país.	Representantes governamentais: 4 (Gestão Temer, gestão Dória, gestão Alckimin, deputados)  Sociedade civil: 3 (movimentos sociais, profissionais de saúde e sindicatos).  Especialistas: 0  Outros: ONU	Representantes governamentais: 0  Sociedade civil: 1 (deputados)  Especialistas: 0  Outros: 0	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
MATÉRIA 06: “Ministro da Saúde culpa mães que não ficam em casa por obesidade infantil” - Pragmatismo Político	Saúde (x) Habitação () Economia doméstica () Educação ()	Declaração polêmica do ministro da Saúde, Ricardo Barros, associa casos de obesidade infantil à não permanência de mães dentro de casa para auxiliarem as crianças	Representantes governamentais: 1 (ministro da Saúde, Ricardo Barros).  Sociedade civil: 0  Especialistas: 0  Outros: 0	Representantes governamentais: 1  Sociedade civil: 0  Especialistas: 0  Outros:	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

		com a alimentação				
--	--	-------------------	--	--	--	--

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 01: “Ocupação da luta, MTST outra vez” - Jornalistas Livres	Saúde () Habitação (x) Economia doméstica () Educação ()	Manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto fazem manifestação, em São Paulo, em defesa de políticas públicas de habitação como o Minha Casa Minha Vida.	Representantes governamentais: 1 (Governo Federal). Sociedade civil: 2 (população, polícia). Especialistas: 0 Outros: 1 (coordenador do movimento)	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 1 (coordenador do movimento)	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 02: “Temer suspende financiamento da casa própria para classe média” - O Cafezinho	Saúde () Habitação (x) Economia doméstica () Educação ()	Governo Temer revê as regras de concessão de benefício via programa Minha Casa Minha Vida	Representantes governamentais: 1 (Gestão Temer) Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 0	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 0	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 03: “Ministério confirmou que gestões Lula e Dilma gastavam mais com empresas do que com o povo” O Implicante	Saúde () Habitação (x) Economia doméstica () Educação ()	Dados revelados pela reportagem indicam maiores gastos com programas empresariais do que com programas sociais durante os governos de Lula e de Dilma.	Representantes governamentais: 3 (Gestão Lula, Gestão Dilma, Gestão Temer). Sociedade civil: 1 (população). Especialistas: 0 Outros: 0	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 0	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 04: “Governo encerra ciclo de planejamento em infraestrutura no Brasil” - Pragmatismo Político	Saúde () Habitação (x) Economia doméstica () Educação ()	O Governo Temer está deixando o PAC, do qual é o Minha Casa Minha Vida é um exemplo, em segundo plano.	Representantes governamentais: 1 (Gestão Temer). Sociedade civil: 1 (população). Especialistas: 0 Outros: 1 (dados oficiais).	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 1	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 05: “MTST protesta em São Paulo contra mudanças no Minha Casa Minha Vida” - Jornal GGN	Saúde () Habitação (x) Economia doméstica () Educação ()	O movimento social (MTST) organizou manifestação contrária às medidas do Governo Temer sobre o Minha Casa Minha Vida.	Representantes governamentais: 1 (Gestão Temer). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 2 (Guilherme Boulos e Natalia Szermeta - líderes do MTST)	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 2	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 06: “Mulheres são minoria entre donos de imóveis em São Paulo. Por que isso é um problema” - Nexo Jornal	Saúde () Habitação (x) Economia doméstica () Educação ()	Pesquisa indica que mulheres proprietárias de imóveis são minoria em São Paulo.	Representantes governamentais: 0. Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 3 (Priscila Specie, doutora em filosofia do direito pela USP e Miguel Stevanato)	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0 Especialistas: 3 Outros:	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

			Jacob, pesquisador do Cepesp-FGV, Paula Santoro, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, ).  Outros:			
--	--	--	---	--	--	--

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 01: “Quatro milhões de pensionistas poderão ganhar menos que um salário após Reforma” - Pragmatismo Político	Saúde () Habitação () Economia doméstica (x) Educação ()	Pensionistas do INSS poderão receber menos de um salário mínimo com a Reforma da Previdência.	Representantes governamentais: 1 (Gestão Temer). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: dados oficiais	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 0	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destques</b>
MATÉRIA 02: “Por que o salário mínimo não teve ganho	Saúde () Habitação () Economia doméstica	O salário mínimo estabelecido para 2017 não supre as perdas da	Representantes governamentais: 2 (Gestão Temer e	Representantes governamentais: 0 Sociedade	Positiva () Negativa () Neutra (x)	Sim (x) Não ()

real pela primeira vez em 15 anos” - Nexo Jornal	(x) Educação ()	inflação do ano anterior.	Gestão Dilma). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 3 (dados oficiais como IBGE, INPC e Dieese)	civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 3		
--	--------------------	---------------------------	---	---	--	--

Número total de matérias	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 03: “Pela 1ª vez desde 2003, salário mínimo não tem aumento acima da inflação” - Pragmatismo Político	Saúde () Habitação () Economia doméstica (x) Educação ()	O reajuste do salário mínimo ficou abaixo da inflação.	Representantes governamentais: 1 (Ministério do Planejamento). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 2 (Dieese, INPC)	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 2	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 04: “Temer	Saúde ()	A aplicação da Emenda	Representantes	Representantes	Positiva ()	Sim (x)

afirma que só quem ganha mais reclama da reforma da Previdência. Será?" A Pública	Habitação () Economia doméstica (x) Educação ()	Reportagem checa veracidade da afirmação do presidente Temer, se os que mais recebem são contrários à Reforma da Previdência.	governamentais: 2 (Gestão Temer, assessoria de imprensa da Presidência da República, Ministério da Previdência Social).  Sociedade civil: 1 (população)  Especialistas: 0  Outros: 3 (IBGE, Lei Orgânica de Assistência Social).	governamentais: 2  Sociedade civil: 0  Especialistas: 0  Outros: 3	Negativa (x)  Neutra ()	Não ()
---	---	---	--	--	-------------------------------	--------

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 05: "Salário mínimo tem reajuste abaixo da inflação prevista pelo governo" - Jornal GGN	Saúde () Habitação () Economia doméstica (x) Educação ()	O reajuste do salário mínimo de 2017 ficou abaixo da inflação do ano anterior.	Representantes governamentais: 2 (Ministério da Fazenda, Congresso Nacional).  Sociedade civil: 1 (população)  Especialistas: 1 (pesquisador da FGV)  Outros: 7	Representantes governamentais: 1  Sociedade civil: 0  Especialistas: 1.  Outros: 7	Positiva ()  Negativa (x)  Neutra ()	Sim (x)  Não ()

			(Diário Oficial da União, Lei Orçamentária Anual, IBGE, INPC, Dieese, PIB, FGV)			
--	--	--	---	--	--	--

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
MATÉRIA 06: “Lula diz que mais pobres vão ganhar meio salário mínimo com reforma da Previdência. Está certo?” - A Pública	Saúde () Habitação () Economia doméstica (x) Educação ()	Ex-presidente Lula afirma que os mais pobres serão os mais afetados com a Reforma da Previdência. A matéria checa a informação.	Representantes governamentais: 1 (Gestão Temer). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 3 (Lula, assessoria de Lula, Lei orgânica da Assistência Social).	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0. Outros: 3	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	<b>Temática</b>	<b>Fatos geradores</b>	<b>Sujeitos mencionados (número)</b>	<b>Sujeitos ouvidos (fontes)</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Destaques</b>
MATÉRIA 01: “Melhor ter acabado: cada aluno do Ciência sem Fronteiras custava R\$	Saúde () Habitação () Economia doméstica () Educação	Reportagem aponta gastos com o programa Ciência Sem Fronteiras.	Representantes governamentais: 1 (Ministério da Educação).	Representantes governamentais: 0 Sociedade civil: 0	Positiva (x) Negativa () Neutra ()	Sim (x) Não ()

105 mil por ano” - Implicante	(x)		Sociedade civil: 1 (bolsistas) Especialistas: 0 Outros: 1 (PNAE)	Especialistas: 1 Outros: 0		
-------------------------------	-----	--	--	-------------------------------	--	--

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 02: “Governo deve tirar dinheiro da Educação para emitir passaportes” - Pragmatismo Político	Saúde () Habitação () Economia doméstica () Educação (x)	Falta de recursos para emissões de passaportes será suprida com cortes de gastos na educação.	Representantes governamentais: 3 (Ministério do Planejamento, Congresso Nacional, Polícia Federal). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 1 (ADPF).	Representantes governamentais: 3 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0 Outros: 1 (ADPF).	Positiva () Negativa (x) Neutra ()	Sim (x) Não ()

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 03: “Reforma do Ensino Médio deve ser implementada	Saúde () Habitação () Economia doméstica ()	Reportagem mostra anúncio da Reforma do Ensino Médio.	Representantes governamentais: 1 (Ministro da Educação, Mendonça	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0	Positiva () Negativa () Neutra (x)	Sim (x) Não ()

da em 2019, diz Mendonça Filho” - Jornal GGN	Educação (x)		Filho). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 0	Especialistas: 0 Outros: 0		
--	--------------	--	--	-------------------------------	--	--

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 04: “Governo contrata youtubers para elogiar reforma do Ensino Médio” - Jornal GGN	Saúde () Habitação () Economia doméstica () Educação (x)	Influenciadores digitais são contratados por agência de publicidade do Governo Federal para apoiarem o Novo Ensino Médio.	Representantes governamentais: 1 (Ministério da Educação). Sociedade civil: 1 (população) Especialistas: 0 Outros: 2 (youtubers, Lukas Marques e Daniel Molo).	Representantes governamentais: 1 Sociedade civil: 0 Especialistas: 0. Outros: 1	Positiva () Negativa () Neutra (x)	Sim (x) Não ()

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 05: “O que acontece com o Ciências sem Fronteiras.	Saúde () Habitação () Economia doméstica ()	Reportagem aponta possíveis consequências com o encerramento do	Representantes governamentais: 2 (Ministério da Educação,	Representantes governamentais: 3 Sociedade civil: 1	Positiva () Negativa () Neutra (x)	Sim (x) Não ()

E as possíveis consequências do fim do programa” - Nexo Jornal	Educação (x)	Ciência Sem Fronteiras.	Mendonça Filho, Renato Janine Ribeiro, Aloizio Mercadante ).  Sociedade civil: 1 (população)  Especialistas: 2 Helena Nader, presidente do SBPC, Vânia Pereira, antropóloga )  Outros: 0	Especialistas: 2  Outros: 0		
--	--------------	-------------------------	--	-----------------------------------	--	--

	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (número)	Sujeitos ouvidos (fontes)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 06: “Como o Fies saiu do controle, segundo o Ministério da Fazenda” - Nexo Jornal	Saúde () Habitação () Economia doméstica () Educação (x)	Regras do Financiamento Estudantil são revistas.	Representantes governamentais: 2 (Ministério da Fazenda, Gestão FHC, Gestão Dilma, Gestão Temer, ).  Sociedade civil: 1 (população)  Especialistas: 0  Outros: 0	Representantes governamentais: 2  Sociedade civil: 0  Especialistas: 0.  Outros: 0	Positiva () Negativa () Neutra (x)	Sim (x) Não ()

## APÊNDICE C - Atividade de Análise Crítica da Mídia

### Atividade de Leitura Crítica de Mídia - Voz às Mulheres?

Tempo estimado: uma hora

Quantidade sugerida de participantes: 20

Ambiente sugerido: ao ar livre

Disposição espacial dos participantes: formação de duplas dispostas em uma roda

Material necessário: uma fotocópia da reportagem a ser analisada para cada dupla

#### Passo a passo:

- Solicitar que os participantes formem duplas e se posicionem em um círculo. O tutor da atividade também deve estar na roda.
- Distribuir uma fotocópia da reportagem a ser analisada para cada dupla.
- Primeira atividade: reconhecendo o veículo. O tutor deve explicar que se trata de uma reportagem veiculada no site Nexo. Perguntar aos participantes o que eles sabem sobre o veículo citado. Já o conheciam? Qual a percepção que os participantes têm do Nexo? Ao final, o tutor deve ler o “sobre” oficial do veículo. “Nexo é um jornal digital para quem busca explicações precisas e interpretações equilibradas sobre os principais fatos do Brasil e do mundo. Nosso compromisso é oferecer aos

leitores informações contextualizadas, com uma abordagem original. Para o Nexo, apresentar temas relevantes de forma clara, plural e independente é essencial para qualificar o debate público”.

- Leia em voz alta apenas o título da reportagem e a linha fina. Linha fina é o texto imediatamente abaixo do título que, em poucas palavras, sintetiza a informação preponderante da reportagem. “Mulheres são minoria entre donos de imóveis em São Paulo. Por que isso é um problema” e “Uma nova pesquisa mostra que o menor acesso à propriedade por elas também prejudica o acesso a serviços públicos e emprego”.
- Perguntar, sem ainda ter lido a reportagem, como os participantes podem imaginar como responder ao questionamento da reportagem: por que as mulheres serem minoria como donas de imóveis pode ser um problema? Como os participantes imaginam, na prática, que essa situação pode trazer de malefícios para a sociedade? Quem desejar se manifestar, que levante a mão.
- Mediar as opiniões com ponderações pontuais.
- Solicitar que cada dupla leia e debata a reportagem em seguida. As mulheres se sentem representadas na reportagem?
- O texto trata das discrepâncias e das desigualdades entre os sexos nos mais diferentes setores, sobretudo na habitação. Questionamento: a reportagem deu ouvidos às personagens mulheres? Não, somente aos pesquisadores. A figura feminina no texto aparece somente enquanto pesquisadoras.
- A matéria correspondeu às expectativas descritas no “sobre”?

Observação: o autor da reportagem é uma mulher.

- Dinâmica – faça sorteio entre as duplas para “reescrevermos” a reportagem acrescentando fontes e preenchendo as lacunas narrativas que faltam. Cada dupla fará o relato como se fosse uma fonte. O restante dos tutorados serão os “jornalistas” e elaborarão as perguntas. A primeira dupla sorteada deverá responder como a Prefeitura da Cidade de São Paulo, os demais participantes devem pensar em perguntas pertinentes para que a Prefeitura esclareça sobre a diferença significativa entre os sexos enquanto proprietários de imóveis.
- Outra dupla sorteada (preferencialmente composta por mulheres) fará o relato sobre como a falta de um imóvel próprio impacta na vida delas enquanto trabalhadoras de classe média. Da mesma forma, os demais “jornalistas” devem elaborar as perguntas.
- Por fim, fazer as considerações finais e encerrar a atividade.

EXPRESSO

## **Mulheres são minoria entre donos de imóveis em São Paulo. Por que isso é um problema**

Juliana Domingos de Lima 26 Mar 2017 (atualizado 16/Mai 14h28)

*Uma nova pesquisa mostra que o menor acesso à propriedade por elas também prejudica o acesso a serviços públicos e emprego*

Um novo estudo mostra que, se juntarmos todos os imóveis de São Paulo que têm mulheres como proprietárias, a cidade da qual elas são “donas” é quase duas vezes menor do que a dos homens.

Da área total construída em São Paulo, 30% pertence a mulheres, e 57%, a homens. O restante é de pessoas jurídicas ou de proprietários cujo gênero não foi identificado.

Essa proporção é semelhante quando se fala da quantidade de imóveis e não apenas em área construída. Segundo o estudo “A propriedade imobiliária das mulheres na cidade de São Paulo”, disponibilizado com exclusividade ao Nexo e ainda não publicado, apesar de representarem 52% da população da

capital paulista, mulheres possuem apenas 33% dos imóveis em que pelo menos um dos proprietários é uma pessoa física. Os homens são donos de 55% deles. Para os 12% restantes, o gênero do proprietário não foi identificado ou um dos proprietários do imóvel — na matrícula, podem constar até dois donos simultâneos — é pessoa jurídica.

Homens possuem 1,5 milhão de imóveis em São Paulo, e as mulheres, 900 mil.

O trabalho é assinado por Priscila Specie, doutora em filosofia do direito pela USP e ex-chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano na Prefeitura de São Paulo, e Miguel Stevanato Jacob, pesquisador do Cepesp-FGV (Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getulio Vargas).

Ele foi feito a partir da abertura da base de dados do IPTU, o

Imposto Predial e Territorial Urbano, pela Prefeitura de São Paulo e de seu georreferenciamento na plataforma digital GeoSampa. Só a partir da disponibilização desses dados foi possível analisá-los pelo recorte de gênero.

### *Como o estudo foi feito*

As bases de dados usadas por Specie e Jacob foram os nomes mais populares do Brasil segundo o Censo do IBGE, combinados às matrículas imobiliárias — o registro que comprova a propriedade de um imóvel — da Prefeitura de São Paulo, disponíveis na Geosampa, base de dados da prefeitura aberta desde 2016.

O objetivo era ter uma estimativa do gênero dos proprietários dos imóveis urbanos da capital paulista possuídos por pessoas físicas.

Em 2016, São Paulo contava com 3,3 milhões de imóveis. Desse total, 2,8 milhões têm pessoas físicas registradas como dono. O estudo foi capaz de identificar o gênero de 2,4 milhões desses proprietários. O restante corresponde a pessoas jurídicas e pessoas cujo gênero não foi identificado.

### *A desigualdade também é regional*

Há dois tipos de desigualdade retratados pelo estudo: entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres. Esse segundo tipo aparece por meio da concentração no espaço de mulheres com imóveis e as que não possuem imóveis: as mulheres do centro possuem mais imóveis, em relação aos homens, do que as das periferias.

“Isso traz uma evidência de que as paulistanas mais pobres têm ainda menos acesso à propriedade imobiliária, impondo-lhes ainda mais barreiras sociais”, dizem os pesquisadores,

Specie e Jacob, em entrevista ao Nexo. “Como as oportunidades de emprego e a oferta de bens e serviços urbanos são extremamente concentradas na região central de São Paulo, o acesso à propriedade também ali concentrado aumenta a vulnerabilidade relativa das mulheres que moram na periferia”.

Proporcionalmente, a área construída de imóveis que pertencem a mulheres é maior no centro expandido, uma região mais rica e urbanizada, do que os bairros afastados, que possuem menos infraestrutura urbana como transporte e saneamento.

## *DESIGUALDADE*

Em nenhum dos 96 distritos da cidade a área construída dos imóveis possuídos por mulheres e homens está igualmente distribuída entre os dois gêneros. Os homens são donos da

maior área de imóveis construídos em todos eles.

*No que o menor acesso aos imóveis afeta as mulheres*

Segundo o estudo, a maior dificuldade de acesso das mulheres à propriedade da terra não afeta somente a distribuição de riqueza urbana, mas também o acesso físico delas à cidade, aos serviços públicos (como de transporte e saúde) e às oportunidades de emprego.

“O acesso à propriedade e ao emprego, especialmente para as mulheres, também significa autonomia para escolher onde morar em função de seu trabalho e do ‘trabalho reprodutivo’ [realizado por elas no cuidado com a família]: a proximidade de creches, equipamentos de saúde, etc., além de oportunidades de lazer (como praças, parques e equipamentos culturais)”, dizem os pesquisadores.

Specie e Jacob explicam que, em grandes cidades como São Paulo, o bem-estar de toda a população depende da redução de grandes deslocamentos diários, por meio da aproximação entre emprego e moradia.

“Essa necessidade foi uma das prioridades na elaboração do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, aprovado em 2014. Como além do trabalho produtivo, ainda recai sobre as mulheres enorme responsabilidade decorrente dos cuidados da casa e da família — filhos e idosos, à mulher ainda cabe coordenar esses deslocamentos”, dizem.

“O objetivo final não é favorecer a mulher, é favorecer o comum. Todo mundo ganha se a distorção que está pesando sobre as mulheres for corrigida” Priscila Specie Ex-chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano na Prefeitura de SP

## *Mulheres proprietárias*

“Oscilo entre reconhecer que é importante que as mulheres sejam proprietárias e, por outro lado, que o importante é que não tenha propriedade”, diz Paula Santoro, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. “Tem outro debate por trás da ideia de ser proprietário que é maior do que a desigualdade de gênero”.

Para Santoro, o crescimento do número de famílias monoparentais no Brasil — formada apenas por mulher e filhos — torna fundamental que as mulheres sejam proprietárias e, sem precisar pagar aluguel, possam sustentar com menos dificuldades sua família.

Desigualdade tem raízes históricas

O fato de as mulheres possuírem um número menor de imóveis em São Paulo tem origem na forma como a legislação brasileira entendia o gênero feminino até o século 20. Até o início do século passado, as mulheres eram legalmente dependentes do pai e, depois de casadas, do marido, perante o qual tinham o mesmo status legal que os filhos.

“Mesmo com o Código Civil de 1916, receber herança e exercer direitos reais sobre imóveis só era possível para a mulher mediante autorização do marido, além da administração dos bens dos filhos só ser permitida à mulher na falta ou impedimento do marido”, explica Specie.

Com a alteração das estruturas familiares a partir do pós-Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a ter maior participação em atividades produtivas. No plano constitucional, o princípio da igualdade entre homens e mulheres aparece de forma genérica pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1934.

No entanto, somente com a Constituição de 1988 o princípio de igualdade entre homens e mulheres se estendeu a todos os direitos e obrigações, inclusive com relação à propriedade. A partir de então, legislações específicas — como a prioridade dada ao registro da unidade em nome da mulher no programa “Minha Casa, Minha Vida”, estabelecida na legislação federal — tentaram amenizar as desigualdades no acesso à propriedade das mulheres.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - Íntegras das Matérias

### MATÉRIA 01: “A partir de 2018, saúde terá uma volta ao passado” - Pragmatismo Político

Desmonte no SUS: especialistas prevêem cenário cada vez mais crítico para a saúde pública após a aplicação da Emenda Constitucional 95, pilar da nova ordem fiscal do governo Temer

A partir de 2018, quando os gastos federais passarão a ser corrigidos apenas pela inflação, conforme definido pela Emenda Constitucional 95 – anteriormente conhecida como PEC do Teto – os gastos públicos com saúde entrarão em trajetória declinante, o que coloca em risco a sustentação do Sistema Único de Saúde (SUS). O “subfinanciamento“, que já é uma realidade atualmente, deve se agravar, colocando em xeque todo o modelo de saúde pública conhecido até então.

Essa é a avaliação dos especialistas que trataram dos desafios para o setor a partir da gestão Temer, no debate “SUS em desmonte?” realizado na noite do dia 2 e promovido pelo portal Saúde Popular e pela Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares. O evento contou com a participação do economista e consultor da comissão de financiamento e orçamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin-CNS), Francisco Funcia, e da professora Laura Feuerwerker, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

“Estamos vendo, a passos largos, um processo de perda de direitos. No caso da saúde, a partir de 2018 vamos ter uma volta ao passado. Hoje, estamos aplicando, em valores consolidados, 3,9% do PIB em saúde. Daqui a 20 anos vamos estar na faixa de 3% do PIB“, destaca Funcia.

Segundo o economista, qualquer aumento populacional, ou até mesmo mudanças no perfil demográfico, como, por exemplo, o envelhecimento da população, implicariam na necessidade de incremento das receitas para a saúde, possibilidade vedada pelo congelamento de gastos. Até mesmo a incorporação de avanços tecnológicos, em equipamentos ou medicamentos, fica completamente comprometida, contribuindo para ampliar a defasagem do sistema público de saúde em relação ao atendimento oferecido pela iniciativa privada.

“A saúde deveria ter recursos crescentes proporcionais a, no mínimo, o crescimento da receita. Num segundo momento, que se fizesse a receita crescer mediante políticas de tributação que onerassem mais os de cima“, diz Francisco Funcia, criticando o congelamento.

Ele lembra que, ainda durante o governo provisório de Temer, o ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que o tamanho do SUS deveria ser revisto, deixando claro que, para o atual governo, “a Constituição não cabe no orçamento”. “Qual é a solução? Aumentar o orçamento ou retirar direitos? A solução deles (do governo) é tirar direitos.”

Segundo Funcia, durante reunião do Conselho Nacional de Saúde, o ministro teria afirmado que não pleitearia por mais recursos enquanto não houvesse melhora na gestão. O economista afirma que, para um país de dimensão continental como o Brasil, até mesmo a gestão acarreta gastos, dando por exemplo municípios do interior, muitos dos quais não contam ainda com infraestrutura de controle de gastos, como computadores e sistemas específicos.

O economista diz ainda que, com um custo per capita de R\$ 3 por dia, é legítimo brigar por mais recursos. “Uma condução é mais cara do que isso, e ainda conta com subsídio”, comparou, citando gastos públicos com transporte e mobilidade.

Para a professora Laura Feuerwerker, é preciso disputar o imaginário coletivo em torno do SUS. Segundo ela, a saída para garantir a legitimidade do sistema e, por consequência, fortalecer a luta pelo financiamento, seria tornar o atendimento básico realmente universal.

“A gente fez uma atenção básica focalizada nos mais pobres. Isso, do ponto de vista da construção da legitimidade política do sistema, é dramático. Diferentemente do Reino Unido, Cuba ou França, em que todo mundo tem acesso à atenção básica”, diz Laura.

A professora diz que o SUS vai muito além da atenção básica, e lembra que a maior parte dos transplantes de órgãos, e tratamentos de alta complexidade, como quimioterapias, são realizados pelo sistema público. “Mas é naquele hospital especializado, que a pessoa acha que nem é SUS. Para a maioria das pessoas, o SUS é o postinho de saúde.”

Para ela, falta ainda maior participação popular na construção das políticas públicas, que envolvam gestores, trabalhadores e usuários. “Num sistema em que os próprios trabalhadores reivindicam saúde suplementar, temos um problema.”

A professora de Saúde Pública da USP criticou também as isenções fiscais a setores empresariais, que retiram dinheiro da saúde; a falta de cobrança mais incisiva dos ressarcimentos devidos ao SUS pelas operadoras de planos de saúde; e até mesmo as deduções dos gastos com os planos nas declarações de imposto de renda, que, segundo ela, agrava distorções. “Na educação, alguém que paga escola particular pode descontar ínfima parte (no imposto de renda). Na saúde, o desconto é integral. No fundo, a população inteira paga para aqueles que têm planos de saúde.”

MATÉRIA 02: “O SUS é necessário! Saúde não é produto pra encher bolso de empresário!” - Jornalistas Livres

Por Aline Barbosa, especial para os Jornalistas Livres

Ato denuncia desmonte do Hospital São Paulo por corte de verbas do Ministério da Saúde. Dos 740 leitos, apenas 300 funcionam. Há pacientes esperando cirurgia urgente há meses por falta de material básico. O pronto-socorro fechou as portas, só atende quem chega de ambulância – e nem isso é garantia de operação

Cerca de 400 estudantes da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), nesta quinta (08/06), manifestaram contra a decisão do Ministério da Saúde de cortar as verbas do REHUF (Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários); afim de lograr aumento de orçamento do Hospital São Paulo, localizado na Vila Clementino, zona sul de São Paulo. Os alunos foram às ruas com cartazes e com o grito de guerra “o SUS, o SUS, o SUS é necessário, saúde não é produto pra encher bolso de empresário”.

O hospital tem passado por problemas com o acúmulo de dívidas altíssimas, que chegam a R\$ 149 milhões com bancos e R\$ 11 milhões com fornecedores. Diante do corte da verba REHUF, a unidade está em situação de falência e pode estar prestes à fechar. O pronto socorro teve que suspender seus procedimentos básicos e desde abril está atendendo apenas situações de emergência pela falta de insumos. A situação preocupa os pacientes que em sua maioria são atendidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e estudantes que utilizam o prédio como uma instituição escolar.

A paciente Clarice de Moraes, 64, aposentada por invalidez de visão, relatou que está à espera de uma cirurgia ocular há 1 ano, e que esta foi adiada pela quarta vez. “Já é a quarta vez que eu venho arrumar essa papelada para a cirurgia.” Clarice declarou ainda estar com silicone pós-cirúrgico em um de seus olhos e que deveria ter sido tirado ano passado. “O médico disse que eu deveria tirar o silicone com 3 ou 4 meses, mas até hoje estou angustiada pela espera do procedimento”, diz. “Era para ter sido operada dia 11 do mês passado, mas novamente foi cancelada sem uma nova data prevista.”

MATÉRIA 03: “Governo planeja nova política de saúde básica. O que pode mudar” - Nexo Jornal

Cerca de 80% dos problemas de saúde da população no Brasil são solucionados por medidas de atenção básica, segundo dados oficiais. Elas incluem vacinação, combate a mosquitos transmissores de doenças e o diagnóstico precoce e acompanhamento de problemas comuns, como hipertensão, antes que levem a doenças graves. A estratégia diminui a pressão sobre as redes hospitalares de emergência. Em uma publicação de junho de 2016, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas destacou que décadas de investimentos no programa Saúde da Família, a partir dos anos 90, contribuíram para a ampliação do acesso à saúde no Brasil. Essa estratégia também havia sido elogiada em editorial da revista científica britânica BMJ, que a associou a melhoras em indicadores de saúde com um bom custo-benefício. As diretrizes para a atenção

básica são determinadas pela Pnab (Política Nacional de Atenção Básica), que em sua formulação mais recente, de 2011, definiu as equipes de saúde da família como peça central do sistema. Municípios que criam equipes com o formato prescrito na política recebem recursos extras do governo federal. Dessa forma, cria-se um incentivo nacional. A Pnab divide as populações dos municípios por territórios, pelos quais uma equipe de saúde passa a responder. Essa equipe deve ser composta por, no mínimo, um médico familiar, um enfermeiro, um assistente de enfermagem e seis agentes comunitários, que têm responsabilidade de fazer a ponte entre serviços de saúde e famílias e acompanhá-las. O foco também é a prevenção. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, vem anunciando, no entanto, o objetivo de realizar uma série de mudanças no sistema básico de saúde brasileiro ainda em 2017. As propostas foram divulgadas no final de julho. A principal delas é diminuir a ênfase no atual modelo de equipes de saúde da família. Recursos extras passariam a ser concedidos também para municípios que implementassem outros tipos de equipes. O argumento é que isso permitiria adequar o atendimento a realidades locais. Em nota, o Ministério da Saúde afirma que planeja dobrar “a produtividade das equipes” com as alterações, que também incluem ampliar as atribuições dos agentes comunitários. As mudanças são combatidas por organizações como Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Cofen (Conselho Federal de Enfermagem), Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) e o coletivo de professores do Instituto de Medicina Social da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). As entidades avaliam que, no formato pretendido, o governo abre mão de fomentar uma tática planejada, com bases técnicas e que se provou bem sucedida, e permite que gestores municipais do país inteiro realizem experimentos. A proposta do governo passou por uma rápida consulta pública, que se iniciou no final de julho e foi encerrada no dia 10 de agosto. Ela foi discutida no dia 11 de agosto em uma reunião do Conselho Nacional de Saúde, que fez uma série de ressalvas e recomendou que as mudanças não sejam aprovadas sem um debate mais amplo. Vinculado ao Ministério da Saúde, o órgão é uma das principais instâncias de deliberação sobre o Sistema Único de Saúde, e conta com representantes do governo, usuários de serviços e trabalhadores da área de saúde. Para que as alterações entrem em vigor, elas precisam ser aprovadas pela Comissão Intergestores Tripartite, que reúne representantes de Ministério da Saúde e secretarias de Saúde municipais e estaduais. As próximas reuniões da entidade estão marcadas para os dias 24 e 31 de agosto, mas as pautas ainda não foram divulgadas publicamente. As mudanças propostas pelo governo **ESTRATÉGIAS MALEÁVEIS** Atualmente, o Plano Nacional de Saúde Básica posiciona as equipes de saúde da família como peças centrais. Com a mudança, secretarias municipais de Saúde teriam mais liberdade para estabelecer a composição das equipes que desejassem, e mesmo assim receber verba federal extra **FLEXIBILIZAÇÃO DE AGENTES** Hoje, a atenção básica possui agentes comunitários de saúde e agentes de endemia, que são cargos de nível médio. Entre as funções dos agentes comunitários estão: cadastrar famílias, visitá-las uma vez por mês e orientá-las sobre os serviços de saúde. Segundo o ministério, há hoje na atenção básica 261 mil desses agentes no país, frente a 67 mil médicos e 69 mil enfermeiros, por exemplo. O agente de endemias combate focos de animais transmissores de doenças como malária, dengue, chagas e leishmaniose com vistorias e aplicação de inseticidas. Hoje há 51.537

desses agentes. O governo pretende qualificar os profissionais para realizar ambas as atividades, o que, afirma, criaria equipes mais eficientes LISTA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS Com as alterações, o governo estabelecerá uma ‘relação nacional de ações e serviços essenciais e estratégicos da atenção básica’. Ela incluirá por exemplo, procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade, pré-natal, vacinação e acompanhamento de hipertensos e diabéticos, que integrariam um padrão mínimo a ser oferecido por todas as Unidades Básicas de Saúde GERÊNCIA Segundo o Ministério da Saúde, atualmente profissionais de enfermagem acumulam a responsabilidade de gerenciar as Unidades Básicas de Saúde. Com as mudanças, um profissional seria encarregado especificamente da chefia. Se essa responsabilidade fosse exercida por um enfermeiro, a UBS contrataria um profissional extra Além das reformulações, o governo também anuncia mais investimentos na atenção básica, que devem passar dos R\$ 17,3 bilhões de 2016 para R\$ 19,1 bilhões em 2017. Isso inclui R\$ 1,5 bilhão por ano em informatização para que os dados dos pacientes passem a ser coletados com smartphones e tablets. Além disso, R\$ 1 bilhão deve servir para a compra de veículos, como ambulâncias. As críticas às propostas do governo A principal crítica à proposta do governo é de que ela retira as bem sucedidas equipes de saúde da família do centro da política de atenção básica. Em entrevista coletiva no dia 10 de agosto, o ministro Ricardo Barros afirmou que “essa flexibilização na Pnab (Política Nacional de Atenção Básica) permite financiar formas de atendimento que já existem em diversos municípios brasileiros. São equipes e serviços que não estão no padrão estabelecido pelo Saúde da Família. Vamos passar a financiar o mundo real”. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva avalia que “essa decisão abre a possibilidade de organizar a AB [atenção básica] com base em princípios opostos aos da atenção primária em saúde” atualmente adotados pelo SUS. Em entrevista ao Nexo, Roberta Gondim, que é pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ligada à Fundação Oswaldo Cruz, afirma que o modelo atual das equipes de saúde da família foi pensado considerando as melhores práticas de saúde básica no mundo. “Quando se flexibiliza a estratégia da saúde da família e se financia outras equipes de livre escolha, o município pode enxugar custos e trazer penalidades importantes. Ele pode prescindir da figura do médico”, exemplifica. Em um documento formulado após a reunião do dia 11 de agosto, o Conselho Nacional de Saúde afirmou que “estudos mostram que o investimento na Estratégia de Saúde da Família é mais custo-efetivo que o modelo de atenção básica tradicional”. Além disso, membros da entidade têm manifestado a preocupação de que agentes comunitários de saúde sejam demitidos após as mudanças. Em nota, o coletivo de professores do Instituto de Medicina Social da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) diz que a atual estratégia “relativiza a importância” desses profissionais. Para Gondim, os agentes comunitários asseguram que os serviços de saúde cheguem à população mais pobre. “Quando se junta os dois papéis [de agente de endemias e comunitário], abre-se mão das especificidades de cada agente”. Isso pode causar demissões em massa, afirma. As entidades também temem que a lista de serviços essenciais estabeleceria, na prática, “serviços máximos” para as Unidades Básicas de Saúde, que deixariam de buscar disponibilizar outros tipos de atendimento. Gondim diz acreditar que as medidas foram pouco discutidas e, apesar de serem anunciadas junto à promessa de aumento de

investimento na atenção básica em 2017, se adequam, no longo prazo, à perspectiva de restrições de recursos. FOTO: ELZA FIÚZA/AGÊNCIA BRASIL - 11.08.2016 RICARDO BARROS EM EVENTO DE DIVULGAÇÃO DA PESQUISA SOBRE SAÚDE DO HOMEM As críticas à gestão Barros O rechaço à proposta do governo para a Política Nacional de Atenção Básica se soma a uma série de críticas à gestão de Barros à frente do Ministério da Saúde. O maior doador individual para a campanha de 2014 do ministro, que foi eleito deputado federal pelo PP no Paraná, é sócio do Grupo Aliança, uma administradora privada de benefícios de saúde. Em 2016, Barros afirmou que o governo não tem capacidade de suprir todas as garantias de saúde que a legislação prevê para o cidadão brasileiro. Sua gestão propõe que se diminuam as exigências de cobertura mínima obrigatória dos planos de saúde privados, o que resultaria em “planos de saúde populares”, mais simples e acessíveis àqueles com menor poder aquisitivo. Para o governo, isso aliviaria a pressão exercida sobre o SUS. Para críticos, os planos não dariam conta das necessidades de seus clientes, que recorreriam a serviços públicos. Movimentos sociais ligados à área de saúde também criticam o governo do presidente Michel Temer, integrado por Barros, pela proposta de emenda constitucional 241/55, a PEC do Teto. Aprovada em dezembro de 2016, ela congela por 20 anos os gastos públicos, que não podem crescer acima da inflação. Críticos avaliam que ela prejudica investimentos na área social.

MATÉRIA 04: “Para Ministro da Saúde, 80% dos exames do SUS são desperdício de dinheiro” - Falando Verdades

Conhecido pelas falas desastradas e que expressam uma visão privatizante do SUS, o ministro da Saúde de Temer, Ricardo Barros, vai para Cambridge (EUA) e ao participar da Brazil Conference, evento sobre o Brasil organizado pela Universidade Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), solta a seguinte pérola:

- **“80% dos exames de imagem no SUS (Sistema Único de Saúde) têm resultado normal” e que isso representa “desperdícios que precisam ser controlados”**

Em outras palavras, Barros vai contra a corrente de que a prevenção é sempre o melhor caminho tanto do ponto de vista da economicidade do Sistema quanto da qualidade de vida do paciente. Ele ainda afirmou para a BBC:

- **“Temos que ter controle da demanda que os médicos fazem destes exames e passar a avaliar como utilizam sua capacidade de demandar do SUS. Se o médico solicita muitos exames que dão resultado normal, ele não está agindo de forma correta com o sistema”**

O ministro defende ainda que a ideia de integralidade (oferta irrestrita de exames e tratamentos) na rede pública atrapalha a universalidade (atendimento a todos os brasileiros) no SUS.

- **“A integralidade não pode ser o ‘tudo do SUS para todos’. Eu sou gestor do SUS. Enquanto for tudo para todos, infelizmente, será uma tarefa impossível.”**

Mas ainda não acabou, Ricardo Barros disse sem informar valores que:

- **“Publicidade e eficiência são as marcas da minha gestão”**

Um dos principais projetos anunciados por Barros é a informatização do sistema público de saúde, proposta antiga mas nunca implantada no país.

- **“Espero que, quando completada a informatização, economizemos 20% desses recursos, porque o médico, tendo todo o histórico de saúde do paciente, terá mais clareza (nos diagnósticos).”**

MATÉRIA 05: “O SUS não é mercadoria! Ato em SP defende saúde pública” - Jornalistas Livres

*Por Marina Azambuja, especial para os Jornalistas Livres*

No dia 7 de abril comemora-se o “Dia Internacional da Saúde”. A data é marcada por palestras e campanhas de prevenção, cujo objetivo é conscientizar a população sobre doenças que afetam todas as nacionalidades. O tema escolhido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para 2017 foi a Depressão, transtorno silencioso e grave que é cada vez mais presente no cenário global e ataca todas as faixas etárias podendo ser responsável por desencadear outras patologias e até levar ao suicídio.

Porém, na capital paulista o dia 07 também é marcado pela oposição às medidas do Governo Federal que aprovou cortes orçamentários que congelam gastos públicos por 20 anos, além das privatizações da saúde no Brasil e na capital paulista e da reforma da previdência. A plenária municipal de saúde de São Paulo, realizou nessa sexta-feira o ato “O SUS não está à venda”. O manifesto apoiado por profissionais como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, assistentes social contou com a presença de representantes e membros de entidades sindicais, diretórios de saúde e vários movimentos sociais que foram às ruas em defesa da democracia, e contra o desmonte do SUS. Durante o ato, foi reforçado o convite para a greve geral que vai parar o Brasil no dia 28/04.

Os deputados Ivan Valente (PSOL), Carlos Neder (PT), e a vereadora Juliana Cardoso (PT) compareceram e discursaram a favor do Sus.

Neder declarou que “Não aceitaremos nenhum direito a menos.” e Ivan Valente chamou:”no dia 28 vamos à luta. Viva o sistema único de saúde. Saúde é um direito constitucional.”

A intervenção artística ficou por conta do grupo de hip hop “A Família”, fanfarra e bateria.

Após os pronunciamentos os manifestantes caminharam, cantaram e seguiram a canção “Vai sacudir, vai abalar quando o povo acordar. Saúde para o povão aqui não tem otário não”, do Theatro Municipal até á a Pça do Patriarca, onde encerraram o ato.

**O SUS**

Graças a constituição de 1988, foi implantado o Sistema Único de Saúde, que tem como propósito oferecer recursos desde campanhas de conscientização até cirurgias e tratamentos de câncer gratuitos aos brasileiros de todas as classes sociais.

Apesar das adversidades, os métodos e infraestrutura do sistema público de saúde destacam-se mundo a fora. Segundo o Banco Mundial, o SUS é referência internacional por apresentar seguimentos e projetos fundamentais para a redução da mortalidade, erradicação de doenças e atendimento integralmente gratuito em todas as regiões do Brasil.

Os manifestantes criticaram o governo Temer, Alckmin a gestão do prefeito João Dória que estão detonando as políticas públicas do Brasil enriquecendo grandes indústrias.

“... promovem o desemprego, transformando a saúde pública em negócio lucrativo para os hospitais privados.” Trecho da carta sobre o do mundial da saúde emitida por profissionais de São Paulo.

MATÉRIA 06: “Ministro da Saúde culpa mães que não ficam em casa por obesidade infantil” - Pragmatismo Político

Ricardo Barros, ministro da Saúde, relacionou o problema da obesidade infantil no Brasil ao fato de crianças “não terem a oportunidade de aprender a descascar alimentos” com suas mães.

Em sua fala, o ministro afirmou ainda que, como as mães não ficam em casa, crianças não têm oportunidade de acompanhá-las nas tarefas diárias, como ocorria no passado.

“Hoje as mães não ficam em casa, e as crianças não têm oportunidade, como tinham antigamente, de acompanhar a mãe nas tarefas diárias de preparação dos alimentos. E vai ficando cada vez mais distante a capacidade de pegar um alimento natural e saber consumi-lo”, disse Barros.

Em nenhum momento o ministro faz referência à figura paterna. “É preciso descascar mais e desembalar menos.”

A declaração de Barros ocorre uma semana depois da **polêmica fala de Michel Temer no dia Internacional da Mulher**, quando enalteceu o papel doméstico da mulher no cuidado com as crianças, com o marido, com o lar e com compras de supermercado.

Não é a primeira vez que Barros comete esse tipo de gafe. Em agosto, o ministro afirmou que homens vão menos ao médico porque trabalham mais. Na época, as declarações arrancaram críticas até de sua filha, Maria Victoria Barros. “Trabalhamos 5 horas a mais na semana que os homens”, reagiu a filha.

MATÉRIA 01: “Ocupação da luta, MTST outra vez” - Jornalistas Livres

por Lucas Martins 16 fevereiro, 2017

Na quarta-feira (15) o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) ocupou a calçada do Escritório da Presidência da República (EPR) em São Paulo, na Av. Paulista. O movimento decidiu ficar acampado na calçada da AV. Paulista com a R. Augusta até que suas reivindicações sejam atendidas.

Nesse momento pelo menos trezentas pessoas ocupam, em sistema de revezamento (contrariando o que dizem os senhores das panelas, não são vagabundos, mas trabalhadores) estão em constante atenção. Vigiados pela polícia, xingados por transeuntes. Mas resistentes. Lutando para deixar o bambu e a lona, instrumentos de luta e moradia provisória, para trás. E quem sabe, com um caminho menos temeroso pela frente.

As reivindicações do movimento são a manutenção do Minha Casa Minha Vida (MCMV) e a priorização de repasses para as faixas mais baixas, em renda mensal do programa (faixa 1- até R\$ 1.800,00 e faixa 1,5- até R\$ 2.350,00), uma vez que as faixas mais altas têm sido favorecidas pelo governo, contrariando o propósito do MCMV de prover habitação para a população com renda mais baixa.

Foto Christian Braga Foto Christian Braga Foto Christian Braga

Foto Christian Braga Foto Laura Barbosa Foto Laura Barbosa

A ocupação teve início depois de um grande ato do MTST. O ato começou dividido, uma parte da concentração foi no Largo da Batata, zona oeste de São Paulo, e local tradicional de manifestações. Outra se concentrou na Praça da República, no centro. Cada ato seguiu seu caminho, até que se encontraram na Praça do Ciclista, uma subindo pela Consolação e outra pela Rebouças. Entraram na Paulista formando um mar de gente, mais de trinta mil, de acordo com Guilherme Boulos, coordenador nacional do movimento. Seguiram até o EPR e foram recepcionados por um forte aparato policial. Esperaram por pelo menos duas horas, até que foi confirmado, não teriam resposta, o governo os ignorou. Foi a gota d'água para que a ocupação em frente ao EPR, tivesse início. Os bambus e lonas foram postos em montagem.

Foto Lucas Martins

## O MTST

é movimento que tem um grande histórico de luta, já ocupou diversos terrenos para reivindicar moradia, diversos órgãos públicos para assegurar que o governo cumpra seus compromissos e é ativo nos movimentos por democracia e contra o golpe. É hoje um dos poucos movimentos que consegue bater de frente com o governo golpista e conseguem mobilizar os trabalhadores para garantir a defesa dos direitos,

Como descrevem bem em sua apresentação o MTST “é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo

de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes” e assim defende a atuação “no território periférico, os bairros em que moramos, nos organizamos em movimentos populares. O MTST atua nas periferias para fazer a luta por nossos direitos. Por isso é um movimento territorial.” e para o movimento “o direito à moradia digna é uma bandeira central”.

Por isso suas ocupações tradicionais são em terrenos que podem ser transformados em áreas de habitação. Normalmente terrenos usados por seus donos para a especulação imobiliária, deixados vagos e sem uso, esperando a valorização no mercado. A maior parte dos terrenos ocupados são de grande porte, e se localizam nas periferias das cidades, onde se pode construir grandes complexos habitacionais. Muitos desses terrenos não cumprem com a função social da propriedade — definida pela constituição de 1988 como obrigatória — que exige de toda propriedade algum uso que envolva “o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” como está no Estatuto da Cidade, Lei federal que regula a obrigatoriedade da função social da propriedade. Esses terrenos não estão de acordo com a constituição, uma vez que não são utilizados para a sociedade de nenhuma forma, além de normalmente estarem acumulando dívidas com o poder público.

Foto Lucas Martins

Mas essa ocupação é diferente. Além de ser um importante passo para garantir os direitos de moradia, tem um caráter político, simbólico e histórico diferente.

Histórico, pois vai ser a chance do poder público demonstrar se, de fato, é minimamente democrático ou não. É a oportunidade de ver como será usada a PMSP. Se de forma democrática, tratando o MTST como tratou os partidários do impeachment ou se de forma seletiva, de acordo com interesses do governo. No ano de 2016, durante o processo de impeachment de Dilma, um grupo de militantes favoráveis a cassação da presidenta acampou, da mesma forma como acampa agora o MTST, na Av. Paulista. Os manifestantes de direita (pró-impeachment) ficaram mais de um mês em frente a FIESP com suas barracas, sem nenhum problema com a polícia, mesmo tendo sido encontradas várias armas brancas nas barracas. Quando foram retirados das calçadas, algum tempo depois da aprovação do impeachment (e muito depois de terem chegado lá) a cortesia e calma da polícia surpreenderam. Já a ocupação do MTST, que fica acampado até que o governo assuma os compromissos que tem com o movimento, já recebeu um tratamento diferente. A escolta policial que esteve presente desde o começo da ocupação até o presente momento é muito maior do que o outro acampamento viu por todo o tempo que ficou acampado. CHOQUE, Tática, tropa do braço, ROCANS, ficaram desde as 19hs (hora aproximada do início da ocupação) até a madrugada. Durante a noite o policiamento foi diminuindo, mas permaneceram algumas viaturas.

Foto Christian Braga Foto Christian Braga Foto Lucas Martins

Foto Lucas Martins Foto Lucas Martins

Simbólico, pois é uma ocupação que inverte as definidas castas geográficas de São Paulo. Onde já se viu sem-teto, serviçal, negro e pobre morando na Paulista. Pode ser nas tradicionais barracas de lonas e bambu dos assentamentos, mas eles lá fizeram sua casa. Afinal para quem tem que ocupar terreno no frio, na lama, o que é a Av. Paulista? As castas geográficas de SP funcionam assim: No centro pessoas com casa e panelas, nas quais batem. Nas periferias aqueles que precisam lutar, contra tudo e todos, pelo seu direito a um teto. Direito muitas vezes tirado pelos donos das panelas, a quem também pertencem os terrenos ocupados. Esses sem-teto estão ocupando um espaço público, mas que foi cercado e dominado pelos paneleiros. Eles nunca foram bem vindos dentro dos limites, mas como estão acostumados com a luta, essa é só mais uma.

Político, pois essa ocupação tem uma possibilidade de se tornar algo maior... um occupy brasileiro. Desde as ocupações dos estudantes secundaristas, explodiram essas práticas nos limites centrais da cidade, área dos senhores das panelas. Ocuparam-se as escolas e os MinCs, ocupações de maior visibilidade que as tradicionais ocupações do MTST. Mas os sem-teto, esses que não aceitam o lugar que lhes é enfiado por paneleiros, vieram morar na Av. Paulista. E com isso pode ser, que depois de tanta bomba, crie-se um QG da resistência.

No momento em que a esquerda parece ter perdido seu rumo, nada melhor que trazer o povo para a porta da presidência em plena Av. Paulista. Todos os desmandos golpistas (só nesse ano), desde a nomeação para o STF do plagiador e genocida (que comandava a polícia mais mata e mais morre, no mundo) Alexandre de Moraes, passando pelo silêncio covarde diante da crise penitenciária, a nomeação de Moreira Franco para Ministro (citado 34 vezes na delação da Odebrecht), até o silêncio cruel diante dos trinta mil que chegaram até a porta da Presidência, vinham sem pausa nem resistência. Mas aqueles que não podem parar para descansar, uma vez que não tem um teto sobre o qual parar, resolveram exigir dele a lembrança de que o povo guerreiro não está de brincadeira.

MATÉRIA 02: “Temer suspende financiamento da casa própria para classe média” - O Cafezinho
--

Escrito por Miguel do Rosário, Postado em Redação

Não tem mais para pobre.

Não tem mais para classe média.

O banco público do governo federal, a Caixa, agora só vai financiar imóvel para os muito ricos.

De quebra, o governo dá mais um golpe na construção civil.

Aquela festinha que o Temer fez com o FGTS serviu para isso: para secar a principal fonte de financiamento de casa própria do país.

Mas o chefe da Lava Jato, Dallagnol, o Zé do Powerpoint, não precisa se preocupar. Ele já tem dois apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida, que ele poderá vender pelo preço que quiser.

A propósito, vale reproduzir aqui twitter de Aécio Neves sobre o primeiro ano do governo Temer.

Aécio Neves



@AecioNeves

Completamos um ano de um novo governo no país. É impossível não reconhecer os desafios vencidos nesse período.

16:27 - 8 de mai de 2017

461

2.205 pessoas estão falando sobre isso

Informações e privacidade no Twitter Ads

\*\*\*

No Tijoloço

Caixa suspende financiamento para imóvel de classe média

Por Fernando Brito · 08/05/2017

Depois de cortar o investimento na faixa do Minha Casa, Minha Vida destinada aos setores mais pobres da população – a chamada “Faixa 1”, para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil, onde só foram contratadas unidades equivalentes a 1,1% da meta de 170 mil contratações no ano – o Governo Temer cortou boa parte do financiamento imobiliário também para a classe média.

Na Folha, com informações da Reuters, vem a informação de que o governo cortou os financiamentos imobiliários com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a linha pró-cotista, a linha de crédito com menores taxas depois do “Minha Casa”.

Por que? Falta de recursos no FGTS para conceder empréstimos:

“Os recursos disponíveis da modalidade atualmente são suficientes apenas para atender as propostas de financiamento já recebidas pelo banco”, afirmou o banco em nota.

A Caixa nega o que todo mundo sabe: com a liberação indiscriminada do FGTS, as reservas do Fundo para financiar imóveis desapareceram.

É por isso que sumiram os lançamentos de imóveis que não sejam de alto padrão, como se mostrou aqui há dias.

Em consequência, piora ainda mais a situação do mercado de trabalho da construção civil.

Ficamos assim: o sujeito tira R\$ 500 do FGTS, entrega para o agiota da financeira onde pegou um empréstimo para comprar algo e o FGTS não financia a obra onde ele iria trabalhar ganhando o triplo.

E a classe média, que bateu panelas contra esta história de casa para os pobres, que vá ao Itaú, pagar 12 ou 13% de juros, em lugar dos 8% ao ano que a Caixa cobrava nesta linha.

Genial!

<b>MATÉRIA 03: “Ministério confirmou que gestões Lula e Dilma gastavam mais com empresas do que com o povo” O Implicante</b>
--

Em 2010, o governo Lula gastou R\$ 23 bilhões com “subsídios implícitos”. Trata-se de uma modalidade que não necessita de autorização do Congresso, o que a blindou do controle das metas fiscais. Com Dilma Rousseff, a saída passou a ser cada vez mais explorada. Em 2016, quando a faixa presidencial cairia no colo de Michel Temer, a fatura fechou-se em R\$ 78 bilhões, um valor 239% superior. A prática ajudou a pipocar a dívida bruta de 52% para 73%. E a conta foi arcada pela população, com juros básicos cada vez mais altos.

O Ministério da Fazenda confirmou que, durante a passagem do PT pela Presidência da República, os “subsídios embutidos em operações de crédito e financeiras” aproximaram-se do trilhão de reais, com R\$ 420 bilhões focados no setor produtivo. Ou R\$ 48 bilhões a mais que os R\$ 372 bilhões destinados a programas sociais do Governo Federal, como o Minha Casa, Minha Vida, o Luz Para Todos e o FIES.

Em outras palavras, os governos Lula e Dilma Rousseff gastaram mais com empresários do que com a população mais carente do país.

É perceptível que a farra com tais subsídios se intensificou em 2011, primeiro ano do governo Dilma. A prática era pejorativamente tratada como “Bolsa Empresário”. Lula pode até tentar se livrar do tema lavando as mãos e terceirizando a culpa à sucessora. Mas vem sendo investigado, entre outras coisas, pelo lobby que teria feito justo neste período e em favor de tantos bilionários.

Até o momento da redação deste texto, conta já com uma condenação. Que tem tudo para ser apenas a ponta do iceberg.

### **ais carente do país**

MATÉRIA 04: “Governo encerra ciclo de planejamento em infraestrutura no Brasil” - Pragmatismo Político

Mauricio Muniz, GGN

A mudança do nome Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai apenas coroar o processo de destruição do instrumento de planejamento e execução da infraestrutura no Brasil que nos últimos dez anos entregou à população, 3,1 milhões de unidades habitacionais por meio do Minha Casa Minha Vida, obras de mobilidade urbana (51), saneamento urbano (4.660), ampliação de aeroportos (54); mais de 4 mil quilômetros de novas rodovias e mais de 3,2 mil quilômetros de rodovias duplicadas. Além de 3 milhões de ligações de energia elétrica no programa Luz para Todos, dentre outras obras em ferrovias, portos, energia elétrica, urbanização de favelas, adutoras e barragens.

O PAC induziu a retomada do planejamento e dos investimentos em infraestrutura tanto do setor público quanto do privado. Sob a coordenação da Presidência da República (Lula e Dilma), houve um processo permanente de planejamento, monitoramento e avaliação desses investimentos. O PAC significou um avanço na gestão da infraestrutura do Estado brasileiro, construção que envolveu setor público (federal, estadual e municipal) e privado. Trata-se de um instrumento que deveria ter continuidade, ser aperfeiçoado, mesmo que com outro nome.

A destruição do PAC compromete a transparência, a coordenação dos órgãos federais entre si e com estados e municípios, e destes com o setor privado. Interrompe-se um ciclo de reestruturação do planejamento e proporciona o ressurgimento de velhas práticas, menos republicanas.

Com o PAC, os ministérios setoriais – Transportes, Energia, Cidades, Integração – eram obrigados a planejar e executar uma carteira de projetos alinhada a objetivos de crescimento nacional e regional. Todos os projetos eram de conhecimento amplo, público, possuíam estimativa de recursos e cronograma. Além de transparência, havia segurança na disponibilidade de recursos para execução do Orçamento Geral da União (OGU). Dessa forma, construiu-se sinergia entre projetos executados com recursos públicos e aqueles executados pelo setor privado.

Com a anunciada redução do PAC a apenas projetos com recursos do OGU perde-se a capacidade de coordenação da infraestrutura como um todo. Por exemplo, a duplicação de uma rodovia com recursos públicos pode garantir a sua concessão na sequência. As intervenções da obra pública, portanto, devem estar previstas no projeto da concessão. A construção de uma ferrovia também deve estar articulada com sua concessão no futuro. Da mesma forma, uma nova hidrelétrica, deve ser pensada conjuntamente com outras intervenções de saneamento e habitação, muitas vezes realizadas com recurso do OGU. Segregar a coordenação da gestão de obras públicas da coordenação de obras executadas pelo setor privado, significa perder a capacidade de articulação e ganhos do planejamento integrado.

O PAC significou também a retomada do planejamento da infraestrutura executada por estados e municípios. O programa instituiu um sistema transparente e periódico de seleção de obras em todo o Brasil. Com isso, criou-se a necessidade de estados e municípios realizarem planos e projetos para disputarem o acesso aos recursos.

Como estas seleções eram públicas, nacionais e transparentes eliminou-se o uso político dos recursos públicos.

Além disso, a coordenação da execução de uma carteira de obras públicas ou privadas permitiu ao governo identificar entraves específicos de cada obra e aqueles comuns a todas obras. Por meio desse processo foi possível fazer avanços e superar gargalos históricos, como em licitações, com o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), em processos de licenciamento ambiental, nas condições de financiamento, de garantia, avanços regulatórios, entre outros. Reorganizou-se a capacidade de execução e monitoramento dos ministérios e criou-se uma carreira específica para fazer este trabalho, a de Analistas de Infraestrutura.

A situação hoje é bem diversa. Os recursos públicos para a infraestrutura foram minados na gestão Temer. Em 2016, o pagamento do PAC com recursos do OGU foi de apenas R\$ 42 bilhões contra R\$ 86,4 bilhões pagos em 2014. Em 2017, mais uma redução, R\$ 37 bilhões, que é o limite fixado para movimentação e empenho no PAC (Decreto nº 8.961/2017).

No exato momento em que o país mais precisa criar empregos e reduzir o custo de seus produtos para competir em âmbito mundial, extingue-se um dos principais instrumentos capazes de fazer o Brasil avançar nesses objetivos. É a volta da velha aposta de que o mercado sozinho cumpre o papel de regular e planejar as intervenções.

Para agravar a situação, houve ainda uma significativa redução da capacidade de se planejar e implementar as intervenções através de concessões. O país perdeu quase um ano sem fazer uma concessão de rodovia, ferrovia ou aeroporto.

Além de destruir a capacidade de realização de obras com recursos públicos, estão fazendo o mesmo com as obras de concessões privadas.

A carteira do Programa de Investimento em Logística (PIL) foi reduzida em 93,5%, passando de 170 para 11 os projetos na área de logística no, agora chamado, Programa de Parcerias de Investimento (PPI) ou Crescer. Além de atrasar a realização de novas concessões, estão retirando obrigações de investimento das empresas nessas concessões. Conceder para quê mesmo? Se as novas concessões ocorrerem agora, só haverá início de

novos investimentos no final de 2018 ou 2019. Leva-se de um ano e meio a dois anos para o início das obras, a partir da publicação do edital.

Em breve, conceder significará para o concessionário, apenas um negócio, e para o Estado, apenas uma forma de arrecadar com outorgas. Ou seja, não significará a ampliação da capacidade da infraestrutura e a redução do custo de logística.

Com a destruição do PAC e de sua lógica de planejamento e coordenação, contudo, o maior prejudicado será a população, em especial a de baixa renda. As obras de mobilidade urbana praticamente pararam, bem como as obras de recursos hídricos, construção de unidades habitacionais e as de saneamento.

A tão anunciada retomada de obras paralisadas é uma enorme lista de pequenas obras executadas por municípios, muitas vezes sem nenhuma capacidade de implementação. O governo federal discutiu com estados e municípios quais obras deveriam ser retomadas? Quais critérios foram utilizados para a escolha destas obras?

Em pouco tempo, a sociedade brasileira perdeu o direito de saber qual o planejamento do governo, o seu custo, cronograma, as suas prioridades de investimento. O Brasil parou de crescer, a população brasileira perdeu empregos e renda, as empresas perderam oportunidade de negócios e o Estado perdeu a capacidade de gestão.

\*Mauricio Muniz foi secretário do PAC de 2010 a 2016.

MATÉRIA 05: “MTST protesta em São Paulo contra mudanças no Minha Casa Minha Vida” - Jornal GGN

JOÃO PAULO CALDEIRA

QUI, 16/02/2017 - 14:11

**Jornal GGN** - Na tarde de ontem (15), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto convocou dois atos na cidade de São Paulo em protesto contra as modificações no programa Minha Casa Minha Vida pelo governo de Michel Temer.

As manifestações saíram do Largo do Batata, na zona oeste, e da Praça da República, no centro, em direção à sede da presidência da República em São Paulo. Segundo o MTST, cerca de 20 mil pessoas participaram dos atos e outros 200 militantes do movimento estão acampados na avenida Paulista.

Além de protestar contra as mudanças, os Sem Teto também pedem a contratação de moradias pela faixa 1 do programa, que atende famílias com renda de até R\$ 1800 mensais. O objetivo é manter o acampamento até o governo federal garantir que vai retomar a contratação de moradias para a população mais pobre.

Para o movimento, as alterações no Minha Casa Minha Vida prejudicam os mais pobres enquanto beneficiam a faixa da população de maior renda. O teto para acessar o

programa saiu passou de R\$ 6.500 para R\$ 9.000. Também foram elevados os limites do valor dos imóveis no caso de contratação com uso do FGTS.

Para Guilherme Boulos, líder do MTST, estas alterações fazem com que o programa se transforme em uma linha de crédito imobiliário, prejudicando o caráter social do MCMV.

"Quando você coloca o limite de renda familiar em R\$ 9 mil e centra o programa nas faixas 2 e 3, que é para a classe média, sendo que 84% do déficit habitacional é de quem ganha menos de três salários mínimos", explica, afirmando que o governo Temer "liquida o programa social e cria um balcão imobiliário".

Natalia Szermeta, também do MTST, diz que os recursos do programa para a moradia na faixa 1 estão estagnados desde o ano passado, a partir da posse de Michel Temer. "Há pouco tempo, ele anunciou 600 mil moradias, mas ele está investindo apenas em uma parcela da população, que a é de classe média", explica.

Somente 170 mil contratações serão destinadas para a faixa 1, de um total de 610 mil novas moradias. 35 mil estão na modalidade Entidade Rural e outras 35 mil para Entidades Urbanas, e as 100 mil restantes são do fundo de arrendamento residencial, em parceria com municípios e Estados.

*Com informações da Rede Brasil Atual*

MATÉRIA 06: "Mulheres são minoria entre donos de imóveis em São Paulo. Por que isso é um problema" - Nexo Jornal

Juliana Domingos de Lima 26 Mar 2017 (atualizado 16/Mai 14h28) Uma nova pesquisa mostra que o menor acesso à propriedade por elas também prejudica o acesso a serviços públicos e emprego FOTO: REPRODUÇÃO/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO MULHERES POSSUEM 900 MIL IMÓVEIS EM SÃO PAULO, ENQUANTO HOMENS, 1,5 MILHÃO Um novo estudo mostra que, se juntarmos todos os imóveis de São Paulo que têm mulheres como proprietárias, a cidade da qual elas são "donas" é quase duas vezes menor do que a dos homens. Da área total construída em São Paulo, 30% pertence a mulheres, e 57%, a homens. O restante é de pessoas jurídicas ou de proprietários cujo gênero não foi identificado. Essa proporção é semelhante quando se fala da quantidade de imóveis e não apenas em área construída. Segundo o estudo "A propriedade imobiliária das mulheres na cidade de São Paulo", disponibilizado com exclusividade ao Nexo e ainda não publicado, apesar de representarem 52% da

população da capital paulista, mulheres possuem apenas 33% dos imóveis em que pelo menos um dos proprietários é uma pessoa física. Os homens são donos de 55% deles. Para os 12% restantes, o gênero do proprietário não foi identificado ou um dos proprietários do imóvel — na matrícula, podem constar até dois donos simultâneos — é pessoa jurídica. Homens possuem 1,5 milhão de imóveis em São Paulo, e as mulheres, 900 mil. O trabalho é assinado por Priscila Specie, doutora em filosofia do direito pela USP e ex-chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano na Prefeitura de São Paulo, e Miguel Stevanato Jacob, pesquisador do Cepesp-FGV (Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas). Ele foi feito a partir da abertura da base de dados do IPTU, o Imposto Predial e Territorial Urbano, pela Prefeitura de São Paulo e de seu georreferenciamento na plataforma digital GeoSampa. Só a partir da disponibilização desses dados foi possível analisá-los pelo recorte de gênero. Como o estudo foi feito As bases de dados usadas por Specie e Jacob foram os nomes mais populares do Brasil segundo o Censo do IBGE, combinados às matrículas imobiliárias — o registro que comprova a propriedade de um imóvel — da Prefeitura de São Paulo, disponíveis na Geosampa, base de dados da prefeitura aberta desde 2016. O objetivo era ter uma estimativa do gênero dos proprietários dos imóveis urbanos da capital paulista possuídos por pessoas físicas. Em 2016, São Paulo contava com 3,3 milhões de imóveis. Desse total, 2,8 milhões têm pessoas físicas registradas como dono. O estudo foi capaz de identificar o gênero de 2,4 milhões desses proprietários. O restante corresponde a pessoas jurídicas e pessoas cujo gênero não foi identificado. A desigualdade também é regional Há dois tipos de desigualdade retratados pelo estudo: entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres. Esse segundo tipo aparece por meio da concentração no espaço de mulheres com imóveis e as que não possuem imóveis: as mulheres do centro possuem mais imóveis, em relação aos homens, do que as das periferias. “Isso traz uma evidência de que as paulistanas mais pobres têm ainda menos acesso à propriedade imobiliária, impondo-lhes ainda mais barreiras sociais”, dizem os pesquisadores, Specie e Jacob, em entrevista ao Nexo. “Como as oportunidades de emprego e a oferta de bens e serviços urbanos são extremamente concentradas na região central de São Paulo, o acesso à propriedade também ali concentrado aumenta a vulnerabilidade relativa das mulheres que moram na periferia”. Proporcionalmente, a área construída de imóveis que pertencem a mulheres é maior no centro expandido, uma região mais rica e urbanizada, do que os bairros afastados, que possuem menos infraestrutura urbana como transporte e saneamento. **DESIGUALDADE** Em nenhum dos 96 distritos da cidade a área construída dos imóveis possuídos por mulheres e homens está igualmente distribuída entre os dois gêneros. Os homens são donos da maior área de imóveis construídos em todos eles. No que o menor acesso aos imóveis afeta as mulheres Segundo o estudo, a maior dificuldade de acesso das mulheres à propriedade da terra não afeta somente a distribuição de riqueza urbana, mas também o acesso físico delas à cidade, aos serviços públicos (como de transporte e saúde) e às oportunidades de emprego. “O acesso à propriedade e ao emprego, especialmente para as mulheres, também significa autonomia para escolher onde morar em função de seu trabalho e do ‘trabalho reprodutivo’ [realizado por elas no cuidado com a família]: a proximidade de creches, equipamentos de saúde, etc., além de oportunidades de lazer (como praças,

parques e equipamentos culturais)”, dizem os pesquisadores. Specie e Jacob explicam que, em grandes cidades como São Paulo, o bem-estar de toda a população depende da redução de grandes deslocamentos diários, por meio da aproximação entre emprego e moradia. “Essa necessidade foi uma das prioridades na elaboração do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, aprovado em 2014. Como além do trabalho produtivo, ainda recai sobre as mulheres enorme responsabilidade decorrente dos cuidados da casa e da família — filhos e idosos, à mulher ainda cabe coordenar esses deslocamentos”, dizem. “O objetivo final não é favorecer a mulher, é favorecer o comum. Todo mundo ganha se a distorção que está pesando sobre as mulheres for corrigida” Priscila Specie Ex-chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano na Prefeitura de SP Mulheres proprietárias “Oscilo entre reconhecer que é importante que as mulheres sejam proprietárias e, por outro lado, que o importante é que não tenha propriedade”, diz Paula Santoro, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. “Tem outro debate por trás da ideia de ser proprietário que é maior do que a desigualdade de gênero”. Para Santoro, o crescimento do número de famílias monoparentais no Brasil — formada apenas por mulher e filhos — torna fundamental que as mulheres sejam proprietárias e, sem precisar pagar aluguel, possam sustentar com menos dificuldades sua família. Desigualdade tem raízes históricas O fato de as mulheres possuírem um número menor de imóveis em São Paulo tem origem na forma como a legislação brasileira entendia o gênero feminino até o século 20. Até o início do século passado, as mulheres eram legalmente dependentes do pai e, depois de casadas, do marido, perante o qual tinham o mesmo status legal que os filhos. “Mesmo com o Código Civil de 1916, receber herança e exercer direitos reais sobre imóveis só era possível para a mulher mediante autorização do marido, além da administração dos bens dos filhos só ser permitida à mulher na falta ou impedimento do marido”, explica Specie. Com a alteração das estruturas familiares a partir do pós-Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a ter maior participação em atividades produtivas. No plano constitucional, o princípio da igualdade entre homens e mulheres aparece de forma genérica pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1934. No entanto, somente com a Constituição de 1988 o princípio de igualdade entre homens e mulheres se estendeu a todos os direitos e obrigações, inclusive com relação à propriedade. A partir de então, legislações específicas — como a prioridade dada ao registro da unidade em nome da mulher no programa “Minha Casa, Minha Vida”, estabelecida na legislação federal — tentaram amenizar as desigualdades no acesso à propriedade das mulheres. EXPRESSO Como as mulheres se deslocam em São Paulo

MATÉRIA 01: “Quatro milhões de pensionistas poderão ganhar menos que um salário após Reforma” - Pragmatismo Político

A desvinculação das pensões por morte do salário mínimo, prevista na reforma da Previdência que o Congresso Nacional discutirá este ano, deve atingir cerca de 4 milhões de pessoas, segundo o jornal Valor Econômico. Com a mudança nas regras, elas devem receber menos do que o equivalente ao piso nacional do país. Ao desvincular o benefício do salário mínimo, o governo pretende corrigir o valor a ser pago com base na inflação. Essa correção, no entanto, não deverá ser mais anual, como ocorre atualmente, mas conforme a margem fiscal do governo, a exemplo do que é feito com o Bolsa Família.

De acordo com a reportagem, 55% dos 7,41 milhões de pensionistas ganham hoje um salário mínimo por mês. Esse percentual é que deve ser o mais prejudicado. Somente após a aprovação da reforma, o governo vai elaborar um projeto de lei para definir como será o reajuste desses benefícios, que deixarão de acompanhar o piso salarial.

Uma das mudanças mais polêmicas propostas pelo Executivo, a desvinculação das pensões do piso salarial já prevê que os novos pensionistas receberão menos do que um salário mínimo. Pela proposta, haverá uma cota familiar de 50% do mínimo. O restante será adicionado entre os dependentes na proporção de 10% para cada um até o limite de 100%.

Saiba mais:

O melhor texto para entender as novas regras da aposentadoria

Aliado de Michel Temer chama aposentados de ‘vagabundos remunerados’

Por que a reforma da Previdência de Temer é um desastre para o contribuinte?

O que fazer caso seja aprovada a nova regra para a aposentadoria?

A maldade do governo com as novas regras da aposentadoria

Reforma da Previdência de Temer afeta todos os cidadãos com menos de 50 anos

Aposentado aos 37 anos, FHC considera ‘razoável’ valor que recebe

Na prática, a reforma acaba com a pensão integral para quem perder o cônjuge e não tiver filhos. Uma viúva sem filhos, por exemplo, pode acabar recebendo apenas 60% do salário mínimo. Hoje, ela receberia um mínimo. Embora, pela proposta, a regra da cota familiar atinja apenas os novos pensionistas, a desvinculação do reajuste do salário mínimo com o estabelecimento de um novo índice valerá para todos os beneficiários.

Para receber um salário mínimo, exemplifica o Valor, a família precisará ter, além da mãe ou pai, quatro filhos, por conta da definição de adicional de 10% por dependente. Hoje, independentemente do número de filhos, a família recebe o mesmo valor, conforme o nível de contribuição do trabalhador, tendo o mínimo como piso.

O governo alega que o gasto com as pensões saltou de R\$ 14,5 bilhões, em 2000, para R\$ 92 bilhões, em 2015. Um crescimento de 47,6% no período. O número de beneficiários passou de 5,020 milhões para 7,412 milhões no período. As pensões por morte representam 26,6% do total de benefícios e 24,6% do valor pago pelo INSS em benefícios previdenciários.

MATÉRIA 02: “Por que o salário mínimo não teve ganho real pela primeira vez em 15 anos” - Nexo Jornal

José Roberto Castro 12 Jan 2017 (atualizado 27/Abr 17h33) Os R\$ 937 anunciados por Temer não cobrem a inflação de 2016. Recessão é principal culpada pela falta de aumento real FOTO: BRUNO DOMINGOS/REUTERS SALÁRIO MÍNIMO NÃO TERÁ AUMENTO REAL EM 2017 O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou na quarta-feira (11) o resultado do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de dezembro e, conseqüentemente, de todo o ano de 2016. O índice mede a variação de preços para famílias com renda de um a cinco salários mínimos. O INPC é justamente o levantamento usado pelo governo para balizar os reajustes anuais do salário mínimo. No final de dezembro, o presidente Michel Temer sancionou o novo valor do salário mínimo para 2017, serão R\$ 937 contra R\$ 880 do ano passado. Com a divulgação do INPC de 2016 é possível medir se houve ganho real no reajuste, ou seja, se o aumento do salário foi maior do que a inflação. O reajuste dado por Temer foi de 6,48% e o INPC divulgado foi de 6,58%. Isso significa que o salário mínimo teve uma desvalorização real de 0,1 ponto porcentual. Segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é a primeira vez que isso acontece pelo menos desde 2003. Até 2011, o salário mínimo era livremente estipulado pelo presidente da República, mas desde 2012 há uma lei que regula o valor. Para entender como o governo chegou aos R\$ 937 para 2017, o Nexo explica como funciona a regra do salário mínimo. Regra do salário mínimo Desde 2012, o salário mínimo no Brasil é reajustado por uma fórmula matemática, que valerá pelo menos até 2019. A ideia do governo Dilma Rousseff ao propor a lei era criar uma previsibilidade para os aumentos no Brasil. Todo fim de ano o governo decreta o salário mínimo do ano seguinte. Pela regra, o aumento é a inflação daquele ano mais o crescimento do Produto Interno Bruto no ano anterior. Por exemplo: para o salário mínimo de 2017 valem a inflação de 2016 e o PIB de 2015. Como o fator inflação serve apenas para repor perdas com a desvalorização do dinheiro, o ganho real vem do crescimento do PIB. O salário mínimo 2017 não teve valorização real principalmente porque o país não cresceu em 2015. Brechas na lei Apesar de ser uma fórmula matemática, a lei dá pequenas brechas ao presidente da República para definir o valor ao permitir que ele arbitre variáveis. A principal delas é a possibilidade de usar uma projeção para o INPC de dezembro - que só é divulgado em janeiro, depois do tradicional anúncio do reajuste. Foi o que aconteceu nos últimos dois anos. ÚLTIMO REAJUSTE DE DILMA No reajuste de 2016, Dilma tinha de levar em conta o crescimento de 2014 e o INPC de 2015. O PIB tinha avançado apenas 0,1% - o que garantia um mínimo ganho real no salário. Em um momento político difícil, a presidente usou uma projeção de 11,57% no INPC para o ano, que acabou não se confirmando em janeiro quando o IBGE divulgou o resultado um pouco menor: 11,28%. Com isso, o salário mínimo de 2016 teve um pequeno ganho real de 0,36%. A

projeção exagerada do INPC representou a maior parte do aumento real, cerca de R\$ 2,30. **PRIMEIRO REAJUSTE DE TEMER** Com Temer, acontece o movimento contrário, com a regra sendo usada para puxar o valor um pouco para baixo. O presidente até estipulou um INPC maior do que o apurado pelo IBGE (projeção de 6,74% contra resultado de 6,58%), mas usou outro trecho para dar um reajuste menor. O texto da lei autoriza o presidente a compensar “eventuais resíduos no reajuste subsequente”. A inflação projetada por Temer, somada a crescimento zero, levaria a um salário mínimo de cerca de R\$ 939,30, exatamente R\$ 2,30 acima do valor escolhido. A diferença entre os valores - o projetado pela inflação e o efetivamente proposto - está no desconto do reajuste dado a mais no ano anterior. A grosso modo, o governo Temer descontou do salário mínimo os R\$ 2,30 dados por Dilma no ano anterior e dessa forma chegou aos R\$ 937. Caso o governo Temer tivesse acertado a projeção do INPC e não tivesse descontado os “resíduos” do reajuste anterior, o valor do salário seria de R\$ 939,90.

**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO** Os anos apontados no gráfico correspondem ao período de vigência do salário mínimo. Como manda a fórmula elaborada pelo governo, o INPC corresponde ao ano anterior e o PIB ao crescimento de dois anos antes. O gráfico mostra que aumentos do salário mínimo acima da inflação dependem do crescimento do PIB utilizado na conta do reajuste.

MATÉRIA 03: “Pela 1ª vez desde 2003, salário mínimo não tem aumento acima da inflação” - Pragmatismo Político

Redação Pragmatismo

Redação Pragmatismo

Editor(a)

GOVERNO05/JAN/2017 ÀS 11:00COMENTÁRIOS

Pela 1ª vez desde 2003, salário mínimo não tem aumento acima da inflação

Pela primeira vez em 15 anos, reajuste do salário mínimo não tem ganho real e só repõe a inflação. Valor fixado pelo governo interrompe trajetória de crescimento contínuo e tira R\$ 1,4 bilhão da economia

salário mínimo aumento inflação

Gráfico do aumento real do salário mínimo no Brasil desde 2003, primeiro ano do governo Lula (Fonte: Dieese/G1)

Desde o dia 1º de janeiro está em vigência o novo salário mínimo nacional. De R\$ 880, o valor passou para R\$ 937. O ‘reajuste’ teve a mesma variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Na prática, não aumentou nada.

De acordo com os dados históricos do Dieese, maior aumento real foi em 2006, de 13,04%. O menor foi agora: 0%.

Para fixar o novo salário mínimo, o governo Temer aplicou um “resíduo redutor” de R\$ 2,29, valor que deixou de ser considerado no reajuste.

Segundo o Ministério do Planejamento, o redutor resulta “da diferença entre o valor observado para o INPC em 2015 e estimativa aplicada para o cálculo do reajuste do salário mínimo de 2016”.

Segundo o Dieese, 47,907 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, sendo 23,133 milhões de beneficiários do INSS, 12,212 milhões de empregados, 8,586 milhões de trabalhadores por conta própria, 3,792 milhões de trabalhadores domésticos e 184 mil empregadores.

Considerando este número e o “redutor” de R\$ 2,29, são aproximadamente menos R\$ 1,4 bilhão na economia este ano, contados 13 meses.

Em nota técnica divulgada nesta segunda-feira (2), o Dieese afirma que desde 2003 o salário mínimo teve aumento real de 77,17%.

Em valores de janeiro, o mínimo deste ano fica praticamente igual ao de 2015, pelos cálculos do Dieese (R\$ 937,01), interrompendo uma trajetória de crescimento contínua desde 2003 — primeiro ano do governo Lula. Em abril daquele ano, o mínimo equivalia a R\$ 535,37, em valores atuais.

Mesmo assim, neste momento os R\$ 937 permitiriam comprar 2,15 cestas básicas (com valor unitário estimado pelo Dieese em R\$ 435), a maior quantidade desde 1979. Em 2003, quem recebia o salário mínimo conseguiria comprar pouco mais de uma cesta (1,38).

“Do ponto de vista do sistema produtivo, o desafio é fazer com que se reduza a desigualdade na distribuição funcional da renda (isto é, entre trabalho e capital) e na distribuição salarial, promovendo a transição para uma estrutura mais igualitária com um patamar de rendimento mais elevado na média”, diz o Dieese.

“O SM (salário mínimo), em um processo de elevação contínua e acelerada, deve ser considerado como um instrumento para buscar um patamar civilizatório de nível superior para o Brasil, atendendo aos anseios da maioria dos brasileiros.”

MATÉRIA 04: “Temer afirma que só quem ganha mais reclama da reforma da Previdência. Será?” A Pública

O presidente Michel Temer durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O presidente Michel Temer durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

“63% dos trabalhadores brasileiros terão aposentadoria integral porque ganham salário mínimo, lamento dizê-lo. Quem pode insurgir-se é um grupo de 27%, 37%. A reforma pode merecer ajustamento, e quem vai discutir isso é o Congresso Nacional, mas quem reclama é quem na verdade ganha mais. Quem está acima desses tetos, quem tem aposentadoria precoce.” – Michel Temer, presidente da República, em discurso durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em 7 de março.

Falso O presidente Michel Temer discursava sobre a reforma da Previdência, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no dia 7 de março, quando disse que as alterações propostas para a aposentadoria dos brasileiros não vão prejudicar os trabalhadores de baixa renda. Como exemplo, apontou que “63% dos trabalhadores terão aposentadoria integral porque ganham salário mínimo”. Também disse que apenas quem ganha acima desse valor reclama das mudanças propostas por seu governo.

O Truco – projeto de checagem da Agência Pública – foi atrás dos dados para verificar se a afirmação de Temer é verdadeira. Entramos em contato com a assessoria de imprensa da Presidência da República para solicitar a fonte das informações usadas. Segundo o órgão, o índice de 63% de aposentados que recebem um salário mínimo foi obtido com o Ministério da Previdência Social. A pasta confirmou o percentual à reportagem em 10 de março: são 12,2 milhões de pessoas nesta categoria, do total de 19,2 milhões de aposentados. O mesmo número também já havia sido checado antes, quando analisamos uma fala da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Acontece que o presidente não se referiu aos aposentados de hoje, mas aos trabalhadores que ainda estão no mercado e que “terão aposentadoria integral porque ganham salário mínimo”. Um outro problema está no fato de os 63% de aposentados mencionados serem apenas do INSS, quando a reforma atingirá um número muito maior de pessoas – como funcionários públicos de estados e municípios.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 (Pnad 2015), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pessoas empregadas maiores de 10 anos que recebiam até um salário mínimo foi de 22,21%. A Pnad 2015 mostra ainda que metade (54,2%) dos trabalhadores encaixados nesta faixa não tinham carteira de trabalho assinada. Isso significa uma maior dificuldade para contribuir regularmente para a Previdência e, portanto, para se aposentar.

LEIA

TAMBÉM

Como homens e mulheres se aposentam em outros países?

Checamos a frase do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de que estabelecer a mesma idade mínima para os dois gêneros é uma tendência mundial

Checamos os documentos que citam Temer divulgados pelo Anonymous Grupo ativista publicou um post nas redes sociais com pacote de 600 páginas, que diz estabelecer relações entre o presidente e diversos políticos e empresários brasileiros

As pessoas que “ganham mais”, como destacou o presidente, realmente serão afetadas pelo projeto. De acordo com as novas regras propostas pelo governo federal, ao se aposentar com os requisitos mínimos previstos na reforma da Previdência – 65 anos de idade para homens e mulheres, e 25 anos de contribuição – o trabalhador só terá direito a 76% do valor médio sobre o qual contribuiu ao longo da carreira. Para atingir os 100%, terá de trabalhar por 49 anos.

Como o piso da aposentadoria continuará atrelado ao salário mínimo, quem completar 25 anos de contribuição receberá pelo menos o menor pagamento possível, atualmente de R\$ 937, mesmo se a nova fórmula apontar o direito a um valor menor. Assim, quem ganha o mínimo ao longo da carreira não precisará contribuir por 49 anos para receber a aposentadoria integral, de um salário mínimo, como sustentou Temer.

Outros impactos da reforma

O presidente errou, portanto, ao dizer que 63% dos trabalhadores brasileiros ganham um salário mínimo. Mas este não foi o único deslize de Temer. Ele também se equivocou quando defendeu que as reclamações contra a reforma partirão somente de pessoas com rendas mais elevadas – que precisarão contribuir mais tempo para receber o valor integral. Há diversos pontos do texto enviado ao Congresso que prejudicam diretamente os benefícios das pessoas de baixa renda.

O problema começa no aumento do tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria, que passará de 15 para 25 anos. Conforme já foi demonstrado pelo Truco, os trabalhadores remunerados nas menores faixas salariais têm maior dificuldade para contribuir com a Previdência, pois estão mais sujeitos à informalidade e ao desemprego. Segundo dados obtidos pela Folha de S.Paulo, se a regra dos 25 anos já estivesse valendo, 79% dos aposentados por idade não conseguiriam o benefício.

Além disso, diferentemente do que ocorre com as aposentadorias, a proposta do governo desvincula as pensões por morte do salário mínimo. A fórmula prevista permitirá ao governo pagar apenas 50% da aposentadoria para os pensionistas, com acréscimo de 10% para cada dependente. Esta medida impacta todas as faixas remuneratórias, inclusive as mais baixas. Segundo levantamento do jornal Valor Econômico, publicado em fevereiro, cerca de 55% dos 7,41 milhões de pensionistas ganham hoje até um salário mínimo.

Outro ponto que atinge as pessoas de baixa renda é a mudança proposta para o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS). Hoje, isso

garante um salário mínimo para as pessoas acima de 65 anos, mesmo que nunca tenham contribuído para a Previdência, assim como para pessoas com deficiência. É preciso que a renda por pessoa no grupo familiar seja menor que 25% do salário mínimo. Pelo texto da reforma, a idade para acessar o benefício será elevada para 70 anos e, assim como nas pensões por morte, os pagamentos poderão ser inferiores ao piso remuneratório nacional – o que já gerou protestos entre os deputados federais.

Além de ter utilizado erroneamente o índice de aposentados que recebem o mínimo, o presidente ocultou pontos centrais da reforma da Previdência que vão impactar negativamente a renda das pessoas mais pobres. As mudanças propostas não têm potencial para desagradar somente quem ganha mais, mas também as pessoas de menor renda e em situação de vulnerabilidade social. Após a análise dos dados, a conclusão do Truco é pela classificação da fala do presidente como falsa.

MATÉRIA 05: “Salário mínimo tem reajuste abaixo da inflação prevista pelo governo” -  
Jornal GGN

JOÃO PAULO CALDEIRA

DOM, 01/01/2017 - 12:29

ATUALIZADO EM 01/01/2017 - 12:32

Da Rede Brasil Atual

Mínimo vai a R\$ 937, com reajuste abaixo da inflação prevista pelo próprio governo

Saiu hoje (30), no Diário Oficial da União, o decreto fixando em R\$ 937 o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro, conforme anunciado na véspera pelo governo. O reajuste é de 6,48% sobre o atual, de R\$ 880. E fica menor que a inflação medida pelo INPC-IBGE calculada pelo próprio governo: a estimativa do Ministério da Fazenda para 2016 é de 6,74%.

O novo valor do piso nacional também está abaixo da aprovado pelo Congresso no Orçamento Geral da União para o próximo ano, que foi de R\$ 945,80 – isso representaria um reajuste de 7,48%. Nesse caso, o governo argumentou que o INPC, usado como referência no cálculo, ficará abaixo do previsto inicialmente. "Em virtude da inflação menor em 2016, o reajuste será menor do que o previsto na LOA (Lei Orçamentária Anual). Trata-se, portanto, de aplicação estrita da legislação", diz, em nota, o Ministério do Planejamento.

Nem tanto, considerando-se que o reajuste ficará abaixo do INPC de 2016 – o índice de dezembro será divulgado pelo IBGE em 11 de janeiro. De janeiro a novembro, a inflação está acumulada em 6,43%.

A lei a que o Planejamento se refere é a 13.152, de 29 de julho deste ano, ainda no governo Dilma, que fixa uma política de valorização do salário mínimo de 2016 a 2019. A regra prevê aplicação do índice de inflação (INPC) do ano anterior mais, a título de aumento real, o Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. No caso de 2017, já se sabia que não haveria ganho real, porque houve queda no PIB de 2015 (-3,8%).

A questão é se haverá aumentos reais em 2018 e 2019, caso o PIB brasileiro cresça nesses anos, por causa da chamada PEC do teto, a proposta de emenda à Constituição aprovada neste mês pelo Senado. Se o governo ultrapassar o limite de despesas, o salário mínimo não terá reajuste acima da inflação, acabando com uma política conquistada após mobilização das centrais sindicais, que a partir de 2004 fizeram uma série de marchas a Brasília. De acordo com o Dieese, de 2003 a 2016, o mínimo foi reajuste em 340%, enquanto a inflação do período somou 148,34%, com um ganho de 77,18%.

Confirmada a restrição ao ganho real, seria mais uma iniciativa do governo contrária aos gastos sociais. Na mesma nota em que informa sobre o novo valor, o Planejamento afirma que o reajuste significa incremento de R\$ 38,6 bilhões na massa salarial, ou 0,62% do PIB, o que terá, acrescenta, "efeitos positivos na retomada do consumo e do crescimento econômico ao longo do ano".

Um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, depois contestado pela FGV, chegou a fazer simulação e demonstrou que, caso as regras da PEC valessem desde 1998 o salário mínimo atual seria de aproximadamente de R\$ 400, menos de metade do valor oficial.

O Dieese aponta o salário mínimo como um fator de ampliação do mercado e de redução da desigualdade. Em 1995, com um piso nacional era possível comprar 1,02 cesta básica. Neste ano, 2,14, em valores de janeiro. O instituto calcula que 48 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, inclusive aposentados e pessoal da ativa.

**MATÉRIA 06: “Lula diz que mais pobres vão ganhar meio salário mínimo com reforma da Previdência. Está certo?” - A Pública**

22 de Março de 2017

Étore Medeiros

O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva discursa em manifestação contra a reforma da Previdência

O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva discursa em manifestação contra a reforma da Previdência. Foto: Ricardo Stuckert

“[A reforma da Previdência] vai fazer com que os trabalhadores mais pobres deste país, sobretudo os trabalhadores rurais deste Nordeste, passem a receber metade de um salário mínimo sem ter noção do que esses trabalhadores representam na economia da pequena

cidade desse país.” – Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República, em discurso no dia 15 de março.

FalsoO ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discursou contra a reforma da Previdência, durante ato em São Paulo, no dia 15 de março. Na ocasião, disse que a proposta do governo federal “vai fazer com que os trabalhadores mais pobres deste país, sobretudo os trabalhadores rurais deste Nordeste, passem a receber metade de um salário mínimo sem ter noção do que esses trabalhadores representam na economia da pequena cidade desse país”.

Será verdade que os trabalhadores mais pobres, especialmente os do campo, passarão a receber metade de um salário mínimo, caso seja aprovada a reforma da Previdência proposta por Michel Temer (PMDB)? O Truco – projeto de checagem da Agência Pública – resolveu conferir se a fala procede ou não.

Seguindo a nossa metodologia, perguntamos as fontes utilizadas pelo ex-presidente. De acordo com a assessoria do Instituto Lula, ele se baseou no próprio texto da reforma, “que altera o tempo de contribuição e idade mínimas e as regras do Benefício de Prestação Continuada”, diz a resposta enviada.

Recorremos, então, ao texto da reforma, dividindo a checagem em três partes. É verdade que alguém vai se aposentar recebendo metade de um salário mínimo? Além da aposentadoria, algum benefício previdenciário poderá pagar somente a metade do salário mínimo? O que muda para os trabalhadores rurais?

LEIA

TAMBÉM

Exageros e imprecisões marcam discurso de Lula em caravana

Ex-presidente defendeu desempenho de governos petistas em áreas como educação e economia, mas cometeu deslizes na maioria das informações checadas

Argumento de Lula em defesa de Temer é falso

Procuradoria-Geral da República não precisa ter provas materiais, como alegou o ex-presidente, para fazer denúncia

A primeira resposta é não, e inclui os trabalhadores urbanos e rurais, do Nordeste ou de qualquer outra região brasileira. Como anunciou o governo no dia em que apresentou a reforma ao Congresso Nacional, o piso previdenciário continuará vinculado ao mínimo. Ou seja, quando o salário mínimo aumentar, o valor da menor aposentadoria aumentará junto, de forma a se manter a equivalência entre os dois. O texto encaminhado aos parlamentares não apresenta modificações nesta vinculação.

Como a assessoria do ex-presidente mencionou um benefício previdenciário, além da aposentadoria, também checamos se algum benefício poderá pagar metade do salário

mínimo. Aqui, a resposta é sim. A nova fórmula de cálculo das pensões por morte permitirá ao governo pagar aos pensionistas apenas 50% do valor da aposentadoria, com acréscimo de 10% para cada dependente. A regra vale, inclusive, para o benefício deixado por mortos que recebiam um salário mínimo de aposentadoria. Neste caso, a pensão por morte poderá, portanto, ser de apenas metade do mínimo, se não houver dependentes na família.

O Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) também poderá ser inferior ao salário mínimo, já que a indexação deixa de acontecer, assim como nas pensões por morte. Não há nenhum indicativo, entretanto, de que o valor poderá, de imediato ou no futuro, equivaler à metade do salário mínimo, embora isto seja legalmente possível em caso de aprovação da reforma como pretendida pelo governo federal.

Também checamos as alterações previstas para os trabalhadores rurais, que são radicais, mas não incluem a redução do valor pago de aposentadoria a eles, como sustentou Lula. A polêmica equiparação das exigências para os contribuintes do campo e da cidade está entre os pontos previstos na reforma. A idade mínima para a aposentadoria no meio rural será elevada para 65 anos – atualmente, ela é de 60 anos para os homens e de 55 anos para as mulheres – e os agricultores terão de contribuir por 25 anos para requererem o benefício. Atualmente, eles podem se aposentar mesmo se nunca tiverem contribuído.

A análise da declaração mostra que o ex-presidente Lula errou ao dizer que a reforma da Previdência permitirá o pagamento de metade de um salário mínimo aos aposentados mais pobres do país. A situação não se aplica aos trabalhadores do campo, nem da cidade. Somente as novas concessões de pensão por morte, após a reforma, poderão pagar 50% do mínimo – ainda assim, somente, em alguns casos. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) deixa de ser vinculado ao piso previdenciário, mas não há nenhum dado ou proposta de que poderá equivaler à metade dele. O Truco conclui que a afirmação é falsa.

MATÉRIA 01: “Melhor ter acabado: cada aluno do Ciência sem Fronteiras custava R\$ 105 mil por ano” - Implicante

O governo enfim anunciou o encerramento do programa “Ciência sem Fronteiras”, que em tese serviria para fomentar a pesquisa por meio de bolsas em instituições estrangeiras, mas que na prática registrou uma porção de casos não propriamente louváveis.

Houve quem tratasse a decisão como algo “ruim”, pois parecia ser o fim do fomento da “ciência”.  
Bobagem.

Para se ter uma ideia do tamanho da coisa, o programa consumia ao todo R\$ 3,7 bilhões

ao ano, atendendo 35 mil bolsas. Ou seja, o custo anual de cada aluno era de mais de R\$ 105 mil.

Com o valor total, o mesmo Ministério da Educação atende 48 MILHÕES de alunos pelo PNAE (Programa de Alimentação Escolar).

E, no fim das contas, governar é fazer escolhas. Desse modo, a opção adotada foi a mais urgente.

**MATÉRIA 02: “Governo deve tirar dinheiro da Educação para emitir passaportes” - Pragmatismo Político**

Enviado ao Congresso nesta quinta-feira (29), um projeto do Ministério do Planejamento pretende tirar R\$ 102,3 milhões do orçamento do Ministério da Educação para que a emissão de passaportes pela Polícia Federal seja retomada.

Nesta semana, a PF suspende a emissão de novos passaporte por tempo indeterminado, afirmando que não haviam recursos. “A medida decorre da insuficiência do orçamento destinado às atividades de controle migratório e emissão de documentos de viagem”, afirmou a PF.

A proposta causou desconforto na Comissão de Orçamento do Congresso. O senador Dário Berger (PMDB-SC), presidente da comissão, pediu que fosse indicada uma outra fonte de recursos.

A ideia do governo era de retirar o orçamento que seria destinada para capacitação e formação inicial e continuada para educação básica, de programas de alfabetização de jovens e adultos, de ações de graduação, pesquisa e extensão e de iniciativas de valorização da diversidade e também da promoção de direitos humanos.

SAIBA MAIS: Tudo o que você precisa saber sobre a suspensão de novos passaportes

Delegado da PF e relator do projeto, o deputado federal Fernando Francischini (SD-PR) deve apresentar seu parecer nesta sexta, e o PL deve ser votada na próxima terça na Comissão Mista de Orçamento.

**Desmante**

Por meio de nota, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) afirmou que a suspensão da emissão dos passaportes é resultado da “falta de autonomia da instituição e do notório encolhimento imposto à PF”.

A ADPF diz que a suspensão é a consequência mais visível do desmante pelo qual passa a instituição, e que prejudica outras áreas como manutenção de viaturas e abertura de novos concursos públicos. Eles afirmam que cerca de 500 vagas de delegados não estão preenchidas.

Em outro ponto, a Associação diz que o valor pago pelo cidadão para emitir o passaporte – uma taxa de R\$ 257,25 – não vai para a Polícia Federal, e sim para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol), que atualmente está sob contingenciamento.

#### Avisos

A Polícia Federal vem avisando o governo sobre a falta de recursos para os passaportes desde o ano passado, sendo que ao menos nove avisos formais foram enviados para os ministérios da Justiça e do Planejamento somente neste ano.

Durante a discussão do Orçamento de 2017, a PF pediu o montante de R\$ 248 milhões, mas o governo autorizou somente R\$ 121 milhões, valor considerado insuficiente. Em maio, depois de cinco solicitações formais, o governo fez uma suplementação de R\$ 24 milhões. De acordo com a PF, não há permissão para realocar recursos de outros setores da instituição para a emissão dos passaportes.

MATÉRIA 03: “Reforma do Ensino Médio deve ser implementada em 2019, diz Mendonça Filho” - Jornal GGN

JOÃO PAULO CALDEIRA  
 QUI, 16/02/2017 - 16:51  
 mendonca-filho\_2.jpg

Jornal GGN - Sancionada na manhã de hoje (16) pelo presidente Michel Temer, a reforma do Ensino Médio deve estar implementada em todo o Brasil a partir de 2019, segundo Mendonça Filho, ministro da Educação.

"Há prazos para os estados se adequarem a essa realidade. A base [Base Nacional Comum Curricular] só estará concluída até o final de 2017. Não poderíamos exigir a implementação plena pelos estados em 2018. Então, isso será feito com mais profundidade só em 2019", afirmou o ministro.

Entre as principais mudanças na reforma estão a ampliação da carga horária, a formação técnica dentro da grade do ensino médio e a flexibilização do currículo. Mendonça Filho ressaltou o ensino médio é diferente em cada Estado, e que isso exigirá discussões com órgãos estaduais para a implementação da reforma.

“A lógica é preservar as peculiaridades e valorizar o protagonismo dos sistemas estaduais”, disse Mendonça. O ministro também afirmou que os Estados receberão apoio financeiro e técnico para adotar o novo Ensino Médio, sendo que R\$ 1,5 bilhão já foram disponibilizados para este ano e para 2018 para aumentar as matrículas no ensino

integral.

Atualmente, 6% dos alunos do ensino médio estão matriculados no ensino integral, e o governo planeja dobrar esse número em três anos.

“Eles estarão acentuando seu protagonismo e a área de conhecimento que já é da sua vocação, para que possam decidir sua trajetória. Ninguém vai fazer uma escolha definitiva sobre o curso, como faz no vestibular”, afirmou o titular da pasta da Educação sobre a possibilidade dos estudantes escolherem a área de conhecimento que pretendem aprofundar.

Mendonça Filho também explicou que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será adequado às mudanças da reforma. “Nenhuma mudança ocorrerá de forma repentina e, sim, obedecerá a esse ritmo de ampliação do ensino médio”, afirmou o ministro, que acredita que o novo formato irá promover a igualdade entre alunos da rede pública e de escolas particulares.

MATÉRIA 04: “Governo contrata youtubers para elogiar reforma do Ensino Médio” -  
Jornal GGN

JOÃO PAULO CALDEIRA  
SEX, 17/02/2017 - 11:22  
youtubers.jpeg

Jornal GGN - O governo de Michel Temer contratou dois youtubers por R\$ 65 mil para gravar um vídeo com visões positivas sobre a reforma do Ensino Médio, que foi sancionada ontem (16) por Temer.

Apesar de parecer espontâneo, o filme é uma publicidade disfarçada do Ministério da Educação. De acordo com a Folha de S. Paulo, não há indicações no vídeo de que o material é um conteúdo pago.

O vídeo foi publicado no final de outubro do ano passado pelo canal Você Sabia, que conta com 7,1 milhões de assinantes no Youtube e é comandado por dois jovens, Lukas Marques e Daniel Molo.

"Com esse vídeo você aí deve estar dando pulo de alegria. Se eu tivesse que fazer o ensino médio e soubesse dessa mudança eu ficaria muito feliz", diz um dos apresentadores. Também são destacados aspectos da reforma como a possibilidade do

estudante escolher áreas de conhecimento para se aprofundar.

Ainda segundo a Folha, outros dois canais foram sondados pelo governo, mas recusaram a proposta. Molo diz que o vídeo foi uma encomenda de sua produtora. "A gente já ia fazer um vídeo sobre o novo ensino médio. Como recebemos a proposta, decidimos aceitar"

O MEC disse que canais de youtube integram a estratégia de comunicação, e que o pagamento foi feito dentro da legalidade, através de uma agência escolhida por licitação. Entre outubro e janeiro, o ministério gastou R\$ 13 milhões em publicidade, um aumento de 51% em relação ao período anterior.

MATÉRIA 05: “O que acontece com o Ciências sem Fronteiras. E as possíveis consequências do fim do programa” - Nexo Jornal

Beatriz Montesanti 04 Abr 2017 (atualizado 05/Abr 14h40) MEC suspendeu em 2016 os intercâmbios para graduação com o argumento de que não teve o retorno esperado  
FOTO: VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL DILMA ROUSSEFF COM ESTUDANTES, DURANTE O LANÇAMENTO DA 2ª ETAPA DO CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, EM JUNHO DE 2014 No domingo (3), o colunista Lauro Jardim, do jornal “O Globo”, informou que o governo Michel Temer vai acabar com o Ciências sem Fronteiras (ou CsF), programa do governo federal que concede bolsas para alunos de graduação e pós-graduação realizarem um período do curso no exterior. O argumento utilizado pela atual gestão é o de que o programa não obteve o resultado esperado nos últimos anos. O programa ainda não foi oficialmente encerrado. Em 2016, o MEC (Ministério da Educação) já havia afirmado que não ofereceria mais bolsas para estudantes de graduação. Os benefícios para pós-graduação (incluindo mestrado, doutorado e pós-doutorado), no entanto, permanecerão, assim como o auxílio aos estudantes que já estão no exterior. O retorno da polêmica, no entanto, levanta o debate sobre o destino dado para os recursos da educação no Brasil. Entenda: O que é o Ciências sem Fronteiras O programa do governo federal foi criado em 2011 pela gestão da então presidente Dilma Rousseff. O objetivo inicial era o de conceder 101 mil bolsas de estudo até 2015, como forma de promover e internacionalizar a ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Dessas bolsas, 75 mil seriam financiadas pela União (por meio das agências de fomento à pesquisa Capes e do CNPq) e 26 mil pela iniciativa privada - o que não aconteceu. Em junho de 2014, os presidentes da Capes, Jorge Guimarães, e do CNPq, Glaucius Oliva, disseram a “O Globo” que entidades privadas deixaram de cumprir com a promessa, não colaborando com 11 mil bolsas. Das mais de 100 mil bolsas concedidas entre 2011 e 2015, 79% foram destinadas aos alunos de graduação e, o restante, a alunos de pós-graduação. Ao todo, os gastos com o programa foram de R\$ 12 bilhões nesse período. Algumas áreas foram priorizadas nesse tempo, como engenharia, biologia e ciências da saúde. Os países de destino, em sua maior parte, estiveram restritos à América do Norte e Europa. Estados Unidos, Canadá, França, Austrália e Alemanha foram os que mais receberam estudantes brasileiros. Problemas com o programa

Implementado em um período de bonança da economia brasileira, o CsF passou por alguns tropeços no desenrolar da crise econômica e política nacional desde o momento de seu lançamento. Em algumas ocasiões, por exemplo, foram noticiadas situações de estudantes que estavam no exterior com suas bolsas atrasadas, o que os deixava sem amparo financeiro fora do país. Em um dos casos, a instituição de ensino internacional escreveu para os alunos pedindo que usassem o “jeitinho brasileiro” para se virarem, enquanto aguardavam o repasse atrasado. A instituição posteriormente pediu desculpas pela mensagem. Em junho de 2016, durante o governo provisório de Michel Temer, o jornal “Folha de S. Paulo” publicou uma reportagem sobre estudantes de doutorado pleno que não tiveram o benefício renovado para concluir seus projetos de pesquisa. Na ocasião, o governo alegou que cortes foram realizados devido à insatisfação da Capes com os relatórios enviados pelos doutorandos. A especulação, no entanto, era a de que o governo estaria cortando bolsas no exterior para reduzir custos. Em julho do mesmo ano, o MEC anunciou o fim das bolsas de graduação. O último edital para esta etapa do ensino foi lançado em 2014, desde então, os recursos eram destinados apenas para manter alunos que já estavam estudando fora do país. À época, o ministro à frente da pasta, Mendonça Filho, disse que “com o montante gasto para mandar 30 mil estudantes para fora, seria possível pagar a merenda escolar para 40 milhões de alunos da educação básica.” Além disso, para o ministro, o Ciências sem Fronteiras não estava produzindo os resultados esperados, devido à “deficiência em inglês dos brasileiros e à falta de diretrizes claras sobre que perfil de estudante deveria ser financiado.” Mendonça Filho também chegou a criticar o fato de que o programa estava atendendo estudantes de classe média, que supostamente teriam condições de arcar com um intercâmbio acadêmico. O MEC ainda disse realizar “uma avaliação com a Capes e o CNPq” para analisar possíveis melhorias no programa. Entre elas, a possibilidade de oferecer bolsas para alunos do ensino médio da rede pública realizarem cursos de inglês no exterior durante o período de férias do ano letivo. Ministro da Educação entre abril e setembro de 2015, Renato Janine Ribeiro se manifestou em sua página do Facebook sobre a decisão. Segundo escreveu, vê como acertada a escolha de cortar as bolsas quando o país passa por uma crise financeira e acredita que a prioridade dos recursos da pasta deve ser a construção de creches. “Finalmente: não se pode pensar o CsF em torno só do fato de que deu chance a pobres de estudar fora. Não, ele não era um programa de inclusão social neste nível tão elementar. Era para bons e ótimos alunos, ricos ou pobres. Neste sentido, sim, mandou pobres para fora. Mas não era um programa social. Era um programa para fortalecer a economia brasileira e a parte que a Ciência e a Tecnologia nela desempenham. Isso é muito bom, mas claro que depende de dinheiro e de qualidade” Renato Janine Ribeiro filósofo e ex-ministro da Educação do governo Dilma Rousseff, em sua página no Facebook O corte, no entanto, foi criticado pelo também ministro da Educação de Dilma Rousseff, Aloizio Mercadante. Para ele, a suspensão de novas bolsas para graduandos é um “retrocesso inaceitável”. “Na realidade, trata-se de um governo interino que quer voltar a um Brasil em que só os ricos tinham o direito de entrar no ensino superior e de estudar no exterior” Aloizio Mercadante ex-ministro da Educação, ao G1 O que dizem especialistas Acadêmicos entrevistados pelo jornal “O Globo” disseram que o perfil das universidades brasileiras é defasado, o que impede seus estudantes de aproveitarem plenamente o intercâmbio. Além disso, argumentam que não faz sentido enviar alunos para o exterior enquanto faltam recursos para manter laboratórios e salas de aula nas universidades federais. “Nossos cursos de graduação são muito fechados. O conteúdo

programático é uma camisa de força. Precisamos de uma visão mais abrangente.” Helena Nader Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), ao “Globo” Vânia Pereira, antropóloga e especialista em CTI (ciência, tecnologia e inovação), discorda. Para ela, uma avaliação ampla sobre o CsF é precipitada. “É um programa muito importante para a política, economia, sociedade em geral brasileira, mas é muito complexo avaliá-lo”, diz ela ao Nexo. “Uma avaliação de impacto em torno da efetividade de um programa é medido para além de resultados e de custos. Deve-se analisar alterações positivas para a sociedade em vários campos sociais, como educação, economia, política. Afirmar que bolsistas estão retornando sem apresentar resultados é uma afirmação simples. O aluno que voltou do intercâmbio na graduação ainda precisa se formar, talvez realizar um pós, para então produzir efeitos relevantes para sociedade.” Vânia Pereira Antropóloga, ao Nexo Em 2013, Pereira avaliou alunos de graduação do Ciências sem Fronteiras em seu mestrado "Relatos de uma Política: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras". A partir de sua avaliação, a antropóloga reconhece que houve pontos fortes e fracos durante a vigência do programa. Acredita que o ideal, no entanto, seria reparar os erros, e não extingui-lo. Ela aponta como fraquezas do Ciências sem Fronteiras questões de planejamento e operacionais. Como, por exemplo, o grande número de alunos a serem contemplados, o que envolve uma quantidade de recursos extremamente grande. “É complicado analisar em 2011 a concessão de 101 mil bolsas, sem saber como estará o contexto nacional e internacional dali dois anos. Como estará o câmbio, os custos para se manter um estudante no exterior etc”, diz. Ela também argumenta que houve pouco diálogo do governo com as instituições e agências responsáveis por implementá-lo - a Capes e o CNPq. Como consequências, havia divergências na implementação do programa, como prazos e exigências diferentes, o que deixava bolsistas confusos. Sobre o preparo e maturidade dos jovens enviados para o exterior, Pereira acredita que seria mais adequado estabelecer um limite mínimo maior para a seleção dos alunos. Enquanto o programa para graduação esteve em vigor, estudantes podiam se inscrever a partir do segundo semestre do curso. “Acho que esse ponto poderia ser revisto, de levar o estudante mais velho, com mais cabeça e planejamento sobre o que pretende da vida.” Por fim, em relação à fluência no idioma, a pesquisadora lembra que as primeiras avaliações realizadas sobre o CsF já identificavam esse problema, tanto que, em 2012, foi criado pelo MEC o Idiomas sem Fronteiras, programa de ensino da língua on-line, uma forma de contornar a questão. Programa foi primeiro passo para avançar em CTI Entre os pontos fortes, Pereira ressalta o importante passo dado no sentido de avançar as fronteiras em ciência, tecnologia e informação no Brasil. Ela cita Coreia do Sul, China e Índia como exemplos de países que alavancaram suas economias a partir, entre outros fatores, da promoção de intercâmbios acadêmicos. Lembra também do Erasmus, programa para graduandos de universidades europeias, em vigência desde 1987. “Não se deve abandonar a ideia de popularizar nossa CTI, pararmos de ser importadores para sermos um país com perfil concorrente no mercado internacional.” Vânia Pereira Antropóloga, ao Nexo Além disso, ela ressalta o fato de que o programa, além de permitir o acesso ao intercâmbio acadêmico a estudantes que não teriam essa oportunidade, levou muitos deles a mudarem sua perspectiva sobre a vida acadêmica e profissional. Alunos de graduação que não podem mais concorrer ao benefício alegam que o intercâmbio era a única oportunidade de muitos deles terem contato com tecnologias e pesquisas que não existem no Brasil - e que serviam para completar suas formações. Além disso, ressaltam a “imersão cultural” como fator mais

importante da experiência, para além do desempenho acadêmico. ESTAVA ERRADO A primeira versão deste texto afirmava que a sigla CTI refere-se à ciência, tecnologia e informação. Na verdade, é sigla para ciência, tecnologia e inovação. A informação foi corrigida às 14h40 de 5 de abril de 2017.

**MATÉRIA 06: “Como o Fies saiu do controle, segundo o Ministério da Fazenda” - Nexo Jornal**

André Cabette Fábio 28 Jul 2017 (atualizado 31/Jul 12h35) Ministério questiona por que, ao invés do Fies, não se ampliou o ProUni, que tem gastos mais previsíveis e atende a público de baixa renda FOTO: GABRIEL JABUR/AGÊNCIA BRASÍLIA ALUNOS EM PROVA DO ENEM EM 2016 EM BRASÍLIA, UTILIZADA COMO BASE PARA CONCEDER FINANCIAMENTO PELO FIES Criado em 1999 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) é um mecanismo pelo qual o governo federal empresta dinheiro para estudantes pagarem mensalidades no ensino superior privado, com o compromisso de devolução no futuro, após a entrada no mercado de trabalho. O Fies tem um objetivo declarado: auxiliar pessoas de baixa renda que desejam cursar uma faculdade e não têm acesso a uma instituição pública. As taxas de juros foram modificadas algumas vezes, mas ficaram a maior parte do tempo próximas ou abaixo da inflação anual. Elas eram de 6,5% até 2010, quando caíram para 3,4%. Na última alteração, anunciada em julho de 2017, os novos financiamentos para o público mais pobre passam a acompanhar a inflação, que deve ser de 3,3% em 2017, segundo estimativas do mercado. Outra parte dos financiamentos terá juros fixados pelos bancos privados. No começo, até 70% dos estudos de um aluno podiam ser pagos pelo Fies. O programa foi mantido e ampliado a partir de 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o comando do país. Em 2007, o Fies já pagava até 100% do curso para os estudantes. Paralelamente, Lula criou o ProUni (Programa Universidade Para Todos), ainda em 2004, um sistema de bolsas de estudo integrais ou parciais para estudantes de baixa renda. A diferença é que, no caso do ProUni, não é necessário devolver o dinheiro para o governo. Em 2016, 30% dos estudantes da rede privada de universidades faziam parte de um dos dois programas do governo federal - 22% dos alunos matriculados em instituições particulares de ensino superior eram financiados por meio do Fies. A ‘farra do Fies’ e o balanço do novo governo Em 2015, o jornal O Estado de S. Paulo mostrou o descontrole dos financiamentos de estudantes por meio do Fies durante o governo Dilma Rousseff, num episódio que ficou conhecido como a ‘farra do Fies’. Na época, o Ministério da Educação afirmou, por meio de nota, que buscava “sempre aprimorar os processos com o objetivo de garantir mais oportunidades”. Entidades representativas do setor não se posicionaram. Agora, após o impeachment da petista e a ascensão do vice Michel Temer ao comando do país, o Ministério da Fazenda elaborou um relatório que sistematiza problemas do programa. Divulgado no início de julho de 2017 o diagnóstico afirma, em resumo, que o Fies se tornou insustentável ao liberar muito rapidamente recursos, concentrar a responsabilidade do financiamento sobre a União e basear o valor dos juros que cobrava em uma estimativa muito modesta sobre qual seria a inadimplência dos estudantes. Por isso, apesar de não ser um programa de bolsas como o ProUni, o Fies deveria se preparar para amargar 50% de calotes e pagar um subsídio total de R\$ 77 bilhões até a quitação dos financiamentos atualmente contratados, o que deve ocorrer apenas em 2044. Há sinais de que esse afrouxamento dos

mecanismos de controle não beneficiou apenas estudantes de baixo poder aquisitivo. A reportagem de 2015 do jornal O Estado de São Paulo mostrou que universidades incentivavam seus alunos já matriculados a procurar ajuda do governo em vez de pagar eles mesmos as mensalidades. Ou seja, o Fies estava funcionando como um repassador de dinheiro público para as universidades mesmo quando não era necessário. O diagnóstico do Ministério da Fazenda de 2017 tem uma avaliação similar. Ele destaca que, entre 2009 e 2015, cerca de 1 milhão de novas matrículas foram realizadas na rede privada. E o Fies concedeu mais do que o dobro de financiamentos estudantis: 2,2 milhões. Ou seja, uma parte desses financiamentos só pode ter ido para pessoas que já haviam se matriculado sem ter, inicialmente, acesso ao programa, o que indica que tinham meios de pagar pelos estudos pessoalmente. Por isso, o Ministério da Fazenda questiona por que não se ampliou o ProUni, que tem gastos mais previsíveis e é focado no público de menor renda.

### INADIMPLÊNCIA NO FIES

Como os gastos com o Fies foram ampliados O Fies banca o acesso de estudantes ao ensino superior privado ao possibilitar que esses tomem empréstimos da União via dois bancos estatais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Até 2009, esses empréstimos precisavam ser garantidos por fiador obtido pelos próprios estudantes. A partir daquele ano, no entanto, o governo tomou uma medida que tornou o Fies mais acessível para quem tem baixa renda, assim como atraente mesmo para quem tinha meios para apresentar fiador. O governo passou a se responsabilizar por garantir empréstimos com verbas de um fundo chamado Fgeduc (Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo). Apesar de ter uma pequena contribuição das instituições de ensino superior participantes do Fies, esse fundo é majoritariamente bancado pelo próprio governo. Com a entrada do Fgeduc no programa, o governo passou tanto a emprestar dinheiro quanto a ser o maior garantidor dos empréstimos. Ou seja, em caso de inadimplência em relação ao empréstimo do governo, era ele mesmo que cobria o calote via Fgeduc. Inicialmente, o acesso a esse benefício foi só para os estudantes capazes de comprovar renda de até 1,5 salário mínimo. Mas em 2014 o benefício foi ampliado para todos os participantes do Fies. Atualmente, cerca de 70% da carteira do Fies são garantidos pelo governo via Fgeduc. Apenas os 30% restantes são garantidos por fiança dos próprios alunos, afirma o relatório do Ministério da Fazenda. Como o uso do Fgeduc se multiplicou Para que o Fgeduc não garantisse empréstimos em excesso, o governo estabeleceu em 2009 que, como regra, ele não poderia servir para garantir mais do que 10 vezes o valor de seu patrimônio. Ou seja, se o fundo tivesse um patrimônio de R\$ 1 bilhão, não poderia garantir mais do que R\$ 10 bilhões. Inicialmente, levava-se em consideração para esse cálculo todo o valor contratado pelos empréstimos assinados pelo Fies. Eles consideravam o quanto um curso custaria no total, desde o momento em que o aluno se matriculava até sua formatura, ou seja, todas as suas mensalidades e taxas. Por exemplo, se um curso de medicina tem custo de R\$ 5.000 e dura seis anos, isso significa que ele custa R\$ 360 mil no total, apenas considerando as mensalidades. É esse valor total que era inicialmente contabilizado pelo governo para avaliar se o Fgeduc estava próximo ao limite. Mas a partir de 2013 uma lei alterou a forma como a contabilidade para atingir o limite do fundo deveria ser feita. O valor considerado passou a ser não aquele do contrato total, mas o já liberado pelo governo para os beneficiários do Fies até o momento. Se um estudante de medicina tivesse cursado três meses, por exemplo, isso significa que seriam contabilizados no cálculo do limite do Fgeduc não os R\$ 360 mil, mas apenas R\$ 15 mil. Dessa forma, multiplicou-se a quantidade de estudantes que um mesmo volume de recursos era autorizado a garantir no momento da mudança contábil -e que continuariam a ser uma responsabilidade do governo nos anos seguintes. Mais empréstimos pelo Fies puderam ser concedidos de uma vez, o que tornou o programa um

grande propulsor de matrículas no ensino privado. Em 2015, 40% das matrículas no ensino privado se utilizaram do Fies. **FIES IMPULSIONOU SETOR PRIVADO** O relatório do Ministério da Fazenda destaca alguns pontos principais segundo os quais esses empréstimos são insustentáveis. Por que o Fies se tornou insustentável **RISCO DO ALUNO** A análise afirma que um problema central do programa é que faltava clareza ao informar os estudantes de que o Fies se trata de um financiamento estudantil, e não de uma bolsa ou empréstimo a fundo perdido - casos em que o reembolso não é necessário. Além disso, o aluno tinha dificuldade de saber, no total, o quanto devia ao governo e como a dívida evoluía. Esse tipo de pendência, afirma o relatório, também tem um peso menor na vida cotidiana do devedor do que outras dívidas, como a imobiliária, a conta da luz ou o cartão de crédito. Tudo isso contribui para aumentar o risco de inadimplência. **UNIÃO BANCA RISCOS SOZINHA** As instituições de ensino concentravam apenas uma pequena parcela (menos de 10%) da garantia dos empréstimos do Fies. Como a maior parte do custo de um eventual calote não ficava com as universidades, elas não tinham incentivos para escolher os alunos com maior potencial de aprendizagem, ou mesmo para oferecer cursos de qualidade, que ajudariam que estes acessassem salários melhores e, conseqüentemente, tivessem maior capacidade de pagar as dívidas. **INADIMPLÊNCIA SUBESTIMADA** A inadimplência estimada pelo Fgeduc é de 10%, o que, segundo o trabalho, a subestimava. Com base nos contratos que já estão em fase de pagamento, mas que não estão sendo pagos, o estudo estima que a perda do Fies deve chegar a 50%. **SUBSÍDIO IMPLÍCITO** Como os juros dos financiamentos do Fies eram extremamente baixos, de apenas 6,5% e, depois, 3,5% ao ano, eles eram insuficientes para cobrir os custos do programa. Eles correspondem aos juros que o governo paga em seus títulos de dívida. Na prática, isso significa que o governo arca com o diferencial entre as taxas de juros incidente sobre um total cada vez maior de empréstimos. **GOVERNANÇA DO PROGRAMA** O relatório aponta para a ausência de planejamento fiscal de médio prazo relacionado à oferta de vagas, e para o fato de que a avaliação do risco de crédito dos alunos ser realizada por uma comissão composta por representantes das instituições de ensino e dos próprios alunos, partes interessadas no financiamento. Como o governo atual pretende sanear o programa Além das críticas presentes no relatório do Ministério da Fazenda, o governo federal anunciou em julho uma série de mudanças no Fies que têm como objetivo diminuir a inadimplência. Ele continua a abrir novos contratos de financiamento, mas as regras mudaram: O pagamento do empréstimo começa assim que o aluno formado consegue um emprego Alunos autorizam, no momento de assinatura dos contratos, que o governo desconte automaticamente uma parcela de seus futuros salários para pagar o empréstimo Os alunos sabem o valor total da dívida assim que assinam o contrato. Dessa forma, têm um retrato completo da situação. Antes, o valor variava durante o curso, à medida que as mensalidades eram ajustadas Para os alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos, o financiamento terá juros que acompanharão a inflação -e não poderão ficar abaixo dela, como chegou a ocorrer anteriormente. 100 mil novas vagas são reservadas para essa modalidade em 2018 Haverá outra modalidade para estudantes com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos. A verba virá do BNDES e de fundos regionais de desenvolvimento de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas será administrada por bancos privados que a liberarão de acordo com seus critérios. A taxa de juros não está definida. São 60 mil vagas para essa modalidade em 2018 Haverá uma modalidade especial para estudantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com juros de 3% ao ano acima da inflação. O dinheiro virá, dos fundos regionais, mas também será liberado pelos bancos privados de acordo com seus critérios de análise de crédito. São 150 mil vagas para essa modalidade em 2018.

## ANEXO B - Detalhamento Técnico – Web design

### Detalhamento técnico – Observatório Luminar

#### Geral

Os princípios da estruturação do layout do Observatório Luminar são a responsividade e a funcionalidade, aliadas a design elegante e minimalista. Estes norteadores possibilitam ao leitor uma navegação fluida, já que a interface é modular e responsiva. Os plugins *Visual Composer*, *Slider Revolution* e *Layer Slider* foram utilizados para melhor aproveitamento e desempenho do layout. Estes plugins pagos contribuem para a personalização de grids, páginas internas e carrosséis de forma mais intuitiva e sem requerer códigos, o que facilita a manutenção e a atualização posterior da interface pelos próprios produtores do conteúdo, após a finalização do projeto de programação.

Outro ponto forte do site Luminar é a utilização do Search Engine Optimization (SEO), visando bons parâmetros no tráfego (visibilidade) do site, com foco total no acesso orgânico. Esta estratégia, sem dúvida, confere autoridade e legitimidade ao Luminar, já que seu público se deparará com um site bem posicionado (rankeado) nas pesquisas e de forma justa.

O site está hospedado no E-Consulters e na plataforma (também chamado de sistema de gestão de conteúdo, gerenciador de conteúdo ou Content Management System - CMS) Wordpress na versão 4.9.4. Com uma base de códigos paga da agência Qode Interactive, o site foi programado em HTML5, CSS3 e com o framework JQuery.

Na proposta de layout, o site conta com uma estrutura que se aproxima do *onepage* layout, entregando *briefings* do conteúdo e aprofundando estes tópicos nos links internos, por meio da navegação no menu. Esta elaboração será explicada a seguir.

#### Elementos

A grande vantagem da interface modular é o leitor compreender a estruturação do conteúdo de forma mais clara e intuitiva. Este recurso é essencial na *homepage*, uma vez que é nela que acontece o primeiro contato. Além da página inicial, onde o usuário se depara com as pílulas do conteúdo, o menu oferece a navegação para as páginas internas, onde estão posicionados os conteúdos aprofundados e completos. Todas as estruturas do site são responsivas.

Os elementos do site são:

**Menu:** o menu está presente na página inicial e nas páginas internas e ele se mantém fixo no topo da tela quando o usuário rola a página. Este recurso possibilita que o menu e seus links estejam em destaque durante toda a navegação do leitor. Outra função do menu é o *dropdown*, que expande/segmenta o conteúdo de uma aba em sub abas. O logotipo é uma entrada (link) para a página inicial.

**Carrossel ou slider:** presente na página inicial, ele traz a seleção de três conteúdos mais relevantes, escolhidos pelos administradores do site. Contam com um ícone, título, linha fina e botão. Podem ser utilizados tanto páginas quanto posts. Foi aplicado o efeito *parallax*, uma das tendências contemporâneas do webdesign.

**Grids:** cada módulo da *homepage* conta com grid próprio. Isto quebra a linearidade em blocos de leitura e deixa a experiência mais fluida e menos massiva. Os principais grids utilizados foram 1/12, 2/12, 3/12 e 4/12. Este recurso otimiza o aproveitamento da tela e dinamiza os conteúdos na página inicial. Também pode ser utilizado em páginas internas. Nas versões mobile, o grid é adaptado para melhor leitura, normalmente ficando em grid simples (1/12).

**Gradiente:** seguindo as tendências do webdesign, o gradiente do laranja ao roxo, condizente com a identidade visual do Luminar/Conexões, foi aplicado em certos elementos, como fundos (*backgrounds*). Foi aplicado como fundo do contador e dos títulos das páginas internas.

**Call action:** este recurso foi utilizado para chamar o leitor para um link interno. Seu posicionamento na página inicial secciona e dá destaque para esta chamada. Foi utilizado também de forma fixa no rodapé, este já presente em todas as páginas, incluindo as páginas internas.

**Ícones:** o uso de ícones quebra o volume textual e ilustra as seções e temas abordados no Luminar. Como ícones, foram utilizados o logotipo do Luminar e o pacote Font Awesome, este com excelente compatibilidade e de rápida leitura pelos diversos dispositivos, do desktop ao mobile.

**Formulário de contato:** o *widget* de formulário de contato, nesta proposta, foi integrado na *homepage* e também em uma página interna própria para contato.

**Rodapé ou footer:** no footer foram deixados os ícones para redes sociais, mas pode ser adaptado em outros grids com outros *widgets* também. Foi usado com a cor sólida da identidade visual, com o estilo *flat design* (sem utilização de sombras ou relevos), considerado tendência do webdesign.